

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dissertação de Mestrado



**Desenvolvimento, Gênero e Empoderamento: uma análise de
sua intersecção no sistema ONU.**

Yndira Coelho Soares

Pelotas, 2021

Yndira Coelho Soares

Desenvolvimento, Gênero e Empoderamento: uma análise de sua
intersecção no sistema ONU.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade
Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciência
Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luciana Ballestrin

Pelotas, 2021

A educação é uma prioridade! Como é que podemos resistir à exploração se não temos as ferramentas para entender o que é exploração? (ADICHIE, 2008, p.20).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao conhecimento. Parece meio estranho agradecer por algo amplo e que, por vezes, pode não ser material, mas para mim, foi um elemento essencial para o meu crescimento. Sou muito agradecida por ter sido incentivada ao mundo da leitura e também ter a curiosidade instigada desde cedo. Agradeço as oportunidades que me foram dadas, as ferramentas que me possibilitaram a imaginação, mas também que me fizeram compreender e questionar a realidade na qual estou inserida de forma científica.

Nesse sentido, reconheço o suporte da CAPES que possibilitou, através do financiamento, a realização da presente pesquisa. Este fomento, que vem desde a Iniciação Científica, foi essencial para a minha permanência e para o meu desenvolvimento profícuo na área científica.

Além disso, sou grata aos professores que estiveram em minha trajetória, instigando, transmitindo conhecimento e saberes, como também, aprendendo em conjunto. Em especial, a minha querida orientadora que me acompanha desde 2014, Luciana. Agradeço pela oportunidade de ter sido sua bolsista e por você ter me aberto as portas para o meio acadêmico. Ainda lembro - um pouco emocionada - do dia que recebi a notícia que tinha passado no processo seletivo para IC, aquela nova literatura, a minha insegurança de novata e o primeiro evento acadêmico. Obrigada por ter oferecido ferramentas essenciais para a minha compreensão enquanto mulher latina, feminista, internacionalista e agora, cientista política. Obrigada pela confiança, por acreditar em meu potencial, por estimular a minha capacidade investigativa, pelas conversas e pelos cafezinhos.

Agradeço aos meus pais, que se conheceram trabalhando em uma escola e que, talvez por isso, sempre colocaram minha educação em primeiro lugar. À minha mãe, por sempre me incentivar a ir atrás dos meus objetivos, a me ensinar a importância de ser independente e por me apoiar nas minhas escolhas, em especial a vir estudar tão longe de casa. Obrigada também por todo trabalho, remunerado e

não remunerado, que teve para que eu estivesse nessa posição hoje, essa conquista também é sua.

Ao meu pai agradeço pelo incentivo à leitura desde que eu era pequena. Mesmo quando não sabia ler, adorava ficar olhando a sua estante de livros e imaginando quais eram as histórias contidas naquelas páginas, depois de um tempo descobri que eram sobre Ciências Naturais, Pedagogia e Política. Este último tópico tocou meu coração e acendeu uma luz no topo da minha cabeça. Obrigada por todos os *espressos* nas livrarias e visitas às editoras.

À minha tia, pelo carinho e amor constante, mesmo na distância física. Às minhas irmãs, principalmente pelo suporte, conversas, conselhos e por serem um espelho para mim.

À Felipe, agradeço por todo companheirismo, pelas longas conversas, risadas, abraços, carinho, pelo colo em momentos difíceis e por me fazer sentir em casa mesmo estando tão longe. Sem dúvida, tornou esse processo mais leve.

À Marina pelo apoio, por me incentivar de forma frequente e ser minha parceira acadêmica. À Isabela por toda compreensão, carinho e pela nossa trajetória ter se cruzado. Ao Pedro, pelo companheirismo e estudos em conjunto. À Andressa, pelas conversas e por me ajudar nos materiais que não achava no Brasil.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos que me acompanham há muito tempo, que sempre torceram por mim e acreditaram na minha capacidade, em especial: Sâmela, Rodrigo, Thiago, Ana, Eli, Nath, Carol, Bruno, Alana, Isa, Nanda, Nena, Louise, Paty, Mariana, Sabrina e Nina. Ademais, sou grata também a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram com meu desenvolvimento educacional e que me deram suporte - emocional e material - para que estivesse neste local hoje.

RESUMO

SOARES, Yndira Coelho. **Desenvolvimento, Gênero e Empoderamento: uma análise de sua intersecção no sistema ONU**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A presente pesquisa visou investigar como a abordagem do empoderamento, inserida na agenda de gênero e desenvolvimento, foi mobilizada pela Nações Unidas (ONU) a partir dos anos 1990. Para tanto, fez-se uma análise descritiva a partir de fontes e dados secundários, sendo a pesquisa exploratória e qualitativa. Somado a isso, revisou-se a literatura interdisciplinar dedicada à intersecção dos dois temas, especialmente a perspectiva *Gender and Development* (GAD) e o empoderamento (empowerment), utilizando autoras feministas terceiro-mundistas e pós-coloniais. Ainda, buscou-se trazer os principais debates, conferências e dispositivos normativos, no âmbito institucional, que contribuíram para a articulação entre gênero e desenvolvimento através da noção de empoderamento. Para isso, mais especificamente, analisou-se a pesquisa *World Survey on the Role of Women in Development* (1994-2014) realizada pelos departamentos da ONU. Dessa forma, encontrou-se que o empoderamento das mulheres foi mobilizado no viés econômico, pautado na lógica da eficiência do mercado e do crescimento das nações. Somado a isso, notou-se que o conceito do empoderamento não é discutido em termos teóricos e que, as mulheres são vistas, frequentemente, através de uma ótica universalizante ocidental. Assim, houve uma predominância de aspectos da vertente liberal, *Women In Development* (WID). Portanto, a presente dissertação buscou entender como a perspectiva do empoderamento se tornou uma estratégia política especialmente em termos econômicos na ONU.

Palavras-chave: Gênero. Desenvolvimento. ONU. Empoderamento. Economia Política Internacional. ONU Mulheres.

ABSTRACT

SOARES, Yndira Coelho. **Development, Gender, and Empowerment: an analysis of their intersection at the UN System.** Thesis (Master degree in Political Science) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

This research aimed to investigate how the empowerment approach, part of the Gender and Development agenda, was mobilized by the United Nations (UN) since the 1990s. For this purpose, a descriptive analysis was conducted from secondary sources and data, as this is exploratory and qualitative research. Besides, the interdisciplinary literature dedicated to the intersection of the two themes was reviewed, especially the Gender and Development (GAD) perspective and the empowerment, using Third-World and Postcolonial feminist authors. Still, it sought to bring the main debates, conferences, and normative devices at the institutional level, which contributed to the articulation between gender and development through the notion of empowerment. To this end, more specifically, the World Survey on the Role of Women in Development (1994-2014) conducted by UN departments was analyzed. Thus, it was found that women's empowerment was mobilized in its economic bias, based on the logic of market efficiency and the growth of nations. Added to this, it was noted that the concept of empowerment is not discussed in theoretical terms and that women are often seen through a Western, universalizing perspective. Thus, there was a predominance of aspects of the liberal dimension, Women In Development (WID). Therefore, this dissertation sought to understand how the perspective of empowerment became a political strategy, especially in economic terms at the UN.

Keywords: Gender. Development. UN. Empowerment. International Political Economy. UN Women

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	As três dimensões do empoderamento.....	46
----------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ocorrências do termo <i>empowerment</i> e suas variáveis nos relatórios.....	130
----------	--	-----

LSTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
CEDAW	Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CSW	Comissão sobre o Status das Mulheres
DAW	Divisão para o Avanço das Mulheres
DAWN	<i>Development Alternatives with Women for a New Era</i>
DESA	<i>Department of Economic and Social Affairs</i>
DPCSD	<i>Department for Policy Coordination and Sustainable Development</i>
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAD	<i>Gender and Development</i>
GEAR	<i>Gender Equality Architecture Reform</i>
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INSTRAW	Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento das Nações Unidas para o Progresso da Mulher
OEA	Organização dos Estados Americanos
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEWA	<i>Self-Employed Women's Association of India</i>
TPI	Tribunal Penal Internacional
UN	<i>United Nations</i>

LSTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

UN WOMEN	<i>United Nations Entity for Gender Equality and Women's Empowerment</i>
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
USAGI	Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher
WAD	<i>Women And Development</i>
WEAVE	<i>Women's Education for Advancement and Empowerment</i>
WID	<i>Women in Deveopment</i>
WIDF	<i>Women's International Democratic Federation</i>

SUMÁRIO

1 Introdução.....	13
2 A inserção do Gênero e Empoderamento na temática do Desenvolvimento: movimentos, correntes e debates feministas.....	19
2.1 A contribuição das teorias feministas para o desenvolvimento: uma análise das vertentes WID, WAD e GAD.....	24
2.2 O debate teórico sobre empoderamento de perspectivas feministas sobre desenvolvimento.....	33
2.2.1 Conceitualizando o em(poder)amento e os seus processos no debate feminista sobre gênero e desenvolvimento.....	35
2.2.2 Gênero, desenvolvimento e empoderamento no contexto dos anos 1990: críticas sobre sua instrumentalização institucional.....	51
3 A construção institucional da agenda de Gênero e Desenvolvimento na Organização das Nações Unidas: dos encontros à institucionalização..	56
3.1 Conferências Mundiais da Mulher na ONU (1970-1995): agendas, debates e limites.....	59
3.2 A discussão de gênero e empoderamento na ONU após a Plataforma de Ação e Conferência de Pequim.....	68
3.2.1 A inserção de gênero e empoderamento nos domínios da <i>UN Women</i> e ONU Mulheres após a Plataforma de Ação e Conferência de Pequim.....	79
4 Empoderamento sob a lente da ONU: uma análise do conceito na Pesquisa Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento (1994-2014).....	84

4.1 <i>Women in a changing global economy</i> (1994): “o que é bom para o crescimento também é bom para promover a posição econômica das mulheres”	87
4.2 <i>Globalization, Gender and Work</i> (1999): “é como na proverbial pergunta sobre o copo estar meio cheio ou meio vazio”	99
4.3 <i>Women and International Migration</i> (2004): “iniciativas mais amplas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todas as sociedades”	106
4.4 <i>Women’s Control over Economic Resources and Access to Financial Resources, including Microfinance</i> (2009): “é fundamental aumentar a igualdade de gênero na participação da força de trabalho e na educação para o crescimento econômico”	114
4.5. <i>Gender equality and sustainable development</i> (2014): “os desafios devem ser enfrentados juntos, de forma a realizar plenamente os direitos humanos de mulheres e meninas e ajudar países a fazerem a transição para o desenvolvimento sustentável”	122
5 Considerações Finais	130
Referências	136

1 Introdução

A década de 1970 simbolizou um marco relevante para o movimento internacional feminista e o campo do desenvolvimento. A grande inauguração simbólica foi realizada pela obra de Ester Boserup intitulada de *Woman's Role in Economic Development*¹; esta publicação estimulou a propagação da vertente *Women In Development*² (WID) e de encontros coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A partir disso, uma grande diversidade de questões, conferências, colaborações teóricas e pautas emergiram nas discussões a respeito da temática, sendo que uma dessas contribuições versou sobre a inserção do termo “gênero”. Essa incorporação foi fornecida pelos estudos feministas que estavam sendo produzidos no final dos anos 1970 e início dos 1980 e chegou à disciplina através do grupo *Gender and Development*³ (GAD) que, por sua vez, também trouxe consigo o conceito de “empoderamento” (*empowerment*).

A abordagem trazida pelo GAD foi descrita e teorizada por feministas do Terceiro Mundo. Segundo elas, o empoderamento estava acordado em preceitos que visavam profundas transformações sociais, econômicas e políticas (CORNWALL; RIVAS, 2015). Para o grupo, o conceito representava uma alternativa de mudança organizacional e de capacitação que romperia com as estruturas hierárquicas que subordinavam as mulheres⁴.

Paralelamente, no âmbito da ONU, uma série de conferências mundiais sobre mulheres ocorreram a partir dos anos 1970, abordando tópicos como igualdade, desenvolvimento, paz, educação, participação política e eliminação de discriminação. Esses espaços viabilizaram a participação de movimentos, grupos e coletivos internacionais feministas, promovendo, assim, discussões fundamentais

¹ “Papel das Mulheres no Desenvolvimento Econômico”. Foram feitas traduções de títulos, subtítulos e outros elementos ao longo da dissertação em uma tentativa de facilitar o acesso à temática na língua portuguesa.

² Traduzido como “Mulheres no Desenvolvimento”, este grupo buscava inserir as mulheres no âmbito do desenvolvimento e objetivava a eficiência econômica através do bem-estar feminino.

³ De forma sucinta, as feministas desta vertente, traduzida em português como “Gênero e Desenvolvimento”, prezavam pela análise das dinâmicas de gênero na matéria de desenvolvimento. Nesse sentido, os estudos produzidos pelas teóricas abordavam as estruturas de poder nas instituições, a divisão sexual do trabalho e o impacto da construção social sobre papéis e relações de gênero.

⁴ De acordo com as autoras, as mulheres não representam um grupo monolítico. As desigualdades e subordinações enfrentadas dependem não só do gênero, mas também da classe, do histórico colonial, da raça e do contexto geopolítico (MOSER, 1989).

para o avanço dos direitos das mulheres.

Como resultado, essas conferências deliberaram uma série de programas, resoluções e projetos como, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento das Nações Unidas para o Progresso da Mulher (INSTRAW) e a Plataforma de Ação. Ademais, também foram vistas sugestões de propostas, tais como a demanda pela formulação de um relatório que abordasse sobre a situação das mulheres no desenvolvimento.

A respeito deste último ponto, a conquista ocorreu em 1980 através da Assembleia Geral e está assentada na Resolução 35/78. O *World Survey on the Role of Women in Development*⁵, documento mais importante sobre gênero e desenvolvimento, é fruto do esforço conjunto da Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para as Mulheres, realizada em Copenhague em 1980 e das conferências da ONU acerca do Desenvolvimento. No contexto da Assembleia, solicitou-se para o Secretário-Geral que o relatório fosse pautado pela interdisciplinaridade, com um caráter multisetorial e um escopo abrangente (UN GENERAL ASSEMBLY, 1980).

Dando prosseguimento com os acontecimentos relevantes acerca da ONU e da temática, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 na cidade de Pequim, apresentou grandes avanços. Primeiramente, no nível institucional, por adotar o “gênero” e por empregar o termo “empoderamento”⁶ em sua Plataforma de Ação e, de forma secundária, por ter reunido um grande número de grupos e movimentos feministas (VIOTTI, 1995). Segundo o documento oficial do encontro, o empoderamento feminino seria indispensável para que a igualdade, o desenvolvimento e a paz fossem executados de forma plena (DECLARAÇÃO [...], 1995).

A teórica Jo Rowlands (1998, p. 11) revela que a palavra “empoderamento” foi difundida amplamente na década de 1990 por políticos ocidentais, feministas, Banco Mundial e espaços da ONU. Contudo, Rowlands (Ibid.) afirma que não houve uma definição exata do termo e que “seus usuários tendem a assumir que o significado apropriado será entendido sem ser explicado”.

⁵ Pesquisa Mundial sobre o Papel da Mulher no Desenvolvimento.

⁶ A inserção de ambos os termos ocorreu primeiramente na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994. Entretanto, é na Conferência de Pequim sobre as Mulheres, em 1995, que os termos foram mais discutidos e aprofundados.

Posto isso e com base no que foi apresentado até aqui, a presente investigação buscou responder às seguintes questões: como o empoderamento se tornou uma política estratégica para associar a diminuição da desigualdade de gênero e a promoção do desenvolvimento no âmbito da ONU, a partir de 1994? Quais são seus principais avanços e limites do ponto de vista teórico e institucional, segundo a diversidade da literatura feminista dedicada ao tema? O marco temporal escolhido se justifica pelo fato da terminologia associada, gênero e desenvolvimento terem entrado no léxico da organização no ano em questão, sendo vista na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em 1994 e, um ano depois, em 1995, sendo adotada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Pequim.

A hipótese é que, apesar da inovação do termo trazida pela ONU, o emprego do empoderamento no subcampo de gênero e desenvolvimento reproduz uma noção instrumentalizadora, ao invés de transformadora, na qual as mulheres se tornam um meio para atingir o crescimento econômico global. Além disso, acredita-se que esta utilização do empoderamento está arraigada numa perspectiva neoliberal e ocidental que centraliza a ação do indivíduo como a principal força motriz para alcançar metas culturais, políticas e econômicas, principalmente no curto prazo. Ou seja, noções que não transformam a estrutura socioeconômica que aparentemente pretendem intervir, que homogeneízam as mulheres e as colocam como receptoras de determinadas políticas – desconsiderando, portanto, as suas subjetividades e seus contextos de vida (aspectos fundamentais na literatura do empoderamento).

Para responder essas perguntas e averiguar a hipótese foi empregada a técnica de pesquisa documental e bibliográfica para realizar uma análise descritiva de cunho exploratório e com natureza qualitativa, utilizando-se, portanto, de dados secundários obtidos em periódicos, documentos oficiais, relatórios e a literatura acadêmica que aborda o assunto. Quanto à teoria, será feita uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre gênero, desenvolvimento e empoderamento realizados pelas teóricas feministas.

A revisão da literatura buscou compreender as complexidades estruturantes acerca da discussão do desenvolvimento referente ao gênero, tentando identificar como essa relação foi estabelecida em termos das principais vertentes de discussões e movimentos de mulheres. Da mesma forma, pretende-se entender como o empoderamento foi recebido, debatido e representado por essas teóricas

que frequentemente estão inseridas na disciplina da Economia Política Internacional, privilegiando a perspectiva terceiro mundista/pós-colonial. São alguns exemplos: Jo Rowlands (1997; 1998); Naila Kabeer (1994; 1999; 2003; 2005; 2012); Shirin M. Rai (2002; 2006); Gita Sen (1987; 2019); Caren Grown (1987); Srilatha Batliwala (1993; 1994); Caroline Moser (1989; 1993); Jane L. Parpart *et al* (2000; 2006); dentre outras.

No tocante à parte documental, de forma primordial, coletou-se os dados através das plataformas *online* oficiais da ONU, principalmente da *UN Women*, ONU Mulheres⁷ e relatórios da Assembleia Geral. Por meio desses domínios, verificou-se a associação e as referências sobre gênero e desenvolvimento, observando o aparecimento do termo empoderamento e os programas relacionados. Pretendeu-se trazer as principais discussões e contribuições realizadas pela ONU a respeito da temática, investigando possíveis mudanças e avanços institucionais nesse campo.

Além de abordar as conferências, debates e agendas, esta dissertação também investigou a Pesquisa Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento, a partir de 1994, através dos relatórios emitidos pela instituição e disponíveis na plataforma da *UN Women*. A pesquisa é realizada a cada cinco anos desde 1984, apresentada para o Segundo Comitê da Assembleia Geral – que versa sobre tópicos de natureza financeira e econômica –, como também em outras instâncias⁸ e divulgada nos meios de comunicação. Esses documentos visam investigar e analisar o papel das mulheres no desenvolvimento, a partir de temas que estão em relevância no cenário regional e/ou internacional (UN GENERAL ASSEMBLY, 1980). Dessa forma, a Pesquisa Mundial está pautada no viés de gênero no campo do desenvolvimento.

Com base no marco temporal da presente dissertação, os documentos a serem investigados totalizam cinco (5): *Women in a changing global economy* (1994); *Globalization and its impacts on gender and work* (1999); *Women and migration* (2004); *Women's control over economic resources and access to financial resources, including microfinance* (2009); e, *Gender equality and sustainable*

⁷ Apesar de existir o site “ONU Mulheres” em português, não necessariamente significa que as informações são as mesmas, o domínio em inglês possui maior acervo de dados e que foram imprescindíveis para a presente pesquisa. Portanto, ambos se complementam.

⁸ A Pesquisa também é apresentada em outras instâncias, como na Conferência Mundial sobre a Mulher e para na construção da Agenda 21.

*development (2014)*⁹ (WORLD SURVEY [...], 2019 s/p).

A análise dessas pesquisas buscou entender como a ONU tem mobilizado o conceito de empoderamento. Dessa forma, observou-se quais foram as bases teóricas abordadas e se, no período em questão, houve mudanças nas diretrizes; a periodicidade do uso; o contexto no qual a expressão apareceu; se esteve relacionado com algum objetivo; e, se existiu alguma resolução a respeito do termo.

Assim, o objetivo geral da dissertação foi o de analisar como o empoderamento se tornou uma política estratégica para a diminuição da desigualdade de gênero e a promoção de desenvolvimento no âmbito da ONU de forma associada, a partir de 1994, observando seus principais avanços e limites do ponto de vista teórico e institucional. Como objetivos específicos, a pesquisa pretendeu: (i) revisar a literatura sobre desenvolvimento, gênero e empoderamento no âmbito das discussões feministas; (ii) descrever a evolução histórica e institucional da agenda de gênero e desenvolvimento, entendendo a construção do empoderamento como política estratégica para a diminuição da desigualdade de gênero e promoção do desenvolvimento de forma associada; e (iii) analisar como se deu essa construção nos relatórios da Pesquisa Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento.

Para tanto, a dissertação se encontra dividida em três capítulos¹⁰. O primeiro intitulado “A inserção do gênero e empoderamento na temática do desenvolvimento: momentos, correntes e debates feministas”, versa, inicialmente, sobre a entrada do feminismo no debate sobre desenvolvimento e suas vertentes; já na segunda parte aborda a crítica feminista terceiro-mundista/pós-colonial sobre a temática do desenvolvimento; e, por último, como consequência, a importância da perspectiva do empoderamento para este aporte. O segundo capítulo, “A construção do Gênero e Desenvolvimento na Organização das Nações Unidas: dos encontros à institucionalização”, refere-se sobre o papel desempenhado pela ONU quanto ao gênero e desenvolvimento, apresentando os principais fóruns, críticas, tópicos, contribuições e conquistas para o campo. Por fim, o terceiro capítulo,

⁹ Na tradução: Mulheres em uma economia global em mudança (1994); Globalização e seus impactos sobre gênero e trabalho (1999); Mulheres e migrações (2004); Controle das mulheres sobre recursos econômicos e acesso a recursos financeiros, incluindo micro-finanças (2009); e, Igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável (2014).

¹⁰ Cabe salientar que, devido às normas, a Introdução aparece enumerada. Contudo, para um melhor entendimento, a ordem expressa nesse parágrafo refere-se aos capítulos, ou seja, o capítulo um está marcado como “2”, e assim por diante.

“Empoderamento sob a lente da ONU: uma análise do conceito na ‘Pesquisa Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento (1994-2014)’”, traz mais detalhes sobre esta pesquisa, bem como a estrutura dos documentos produzidos. Sobretudo, analisa os relatórios tendo em mente o problema central da investigação e em confluência com o que foi produzido nos capítulos anteriores.

A justificativa teórico-social para a escolha e defesa da temática reside no fato de que a maioria dos trabalhos que versam sobre gênero, desenvolvimento e empoderamento na ONU, bem como à vasta discussão feminista sobre essas agendas, encontram-se ainda em sua grande maioria na língua inglesa, dificultando uma maior publicização e, por consequência, um debate justo em todas as esferas e locais. Além disso, as teóricas abordadas estão inseridas em uma perspectiva pós-colonial/terceiro mundista, frequentemente advindas do Sul Global, e que possuem uma visão crítica acerca do sistema internacional, distanciando-se do *mainstream* da disciplina. Por fim, a elaboração desta pesquisa está inserida em um contexto político de recrudescimento do conservadorismo que se opõe à igualdade de gênero e às teorias feministas, deslegitimando ao mesmo tempo a importância de organismos multilaterais, especialmente dos órgãos da ONU.

Entende-se, assim, que o recorte da pesquisa é inovador e de natureza relevante. Acredita-se que é de extrema importância que as pesquisas sobre gênero continuem ganhando espaço e força dentro do ambiente acadêmico para que haja cada vez mais debates, atualizações e contribuições.

2 A inserção do gênero e empoderamento na temática do desenvolvimento: movimentos, correntes e debates feministas

Como foi abordado na Introdução, o presente capítulo versa inicialmente sobre a intersecção do desenvolvimento com o feminismo, assim como, as vertentes que surgiram a partir deste encontro. Em um segundo momento, será abordada as críticas feministas terceiro mundista/pós-colonial sobre a temática; e, por último, como consequência, a importância da perspectiva do empoderamento para este aporte.

Além disso, foi realizado um esforço em tentar separar os acontecimentos das Nações Unidas e do desenvolvimento feminista, tanto como teoria quanto prática, principalmente pelo fato de ambos estarem imbricados. Nesse sentido, o que se

expõe neste capítulo sobre a ONU é feito de forma breve para que se compreenda como esses estudos foram impulsionados e como ocorreu a discussão do feminismo dentro do desenvolvimento.

Antes de discorrer sobre o encontro entre esses dois campos, fez-se necessário dissertar brevemente acerca do desenvolvimento e do contexto anterior ao encontro com os debates feministas. Posto isto, foi fundamental recapitular até a Guerra Fria, momento no qual a temática em questão ganhou destaque no cenário internacional. Naquele contexto, o termo começou a ser utilizado para descrever e diferenciar sociedades ocidentais – supostamente, desenvolvidas e modernas – das não-ocidentais – supostamente, atrasadas e primitivas. Em 1950, alguns teóricos economicistas começaram a conceitualizar etapas para serem percorridas pelos países então considerados “subdesenvolvidos” do Terceiro Mundo, a fim de atingir a modernidade e o progresso; e, na década seguinte, com o retorno do sentimento nacionalista, a expressão “menos desenvolvida” também foi inserida¹¹ no debate (REDDOCK, 2000).

Dessa forma, "a premissa básica era a crença no papel da modernização como única força capaz de destruir superstições e relações arcaicas, independentemente do custo social, cultural e político". Essa modernização viria através do urbano e industrial, assim, "somente por meio do desenvolvimento material o progresso social, cultural e político poderia ocorrer" (ESCOBAR, 2007, p.78).

O cenário de Guerra Fria trouxe um quadro de frequente embate ideológico e de segurança econômica entre as duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética. O retrato disso foi percebido, principalmente, por meio da institucionalização dos regimes econômico-financeiros internacionais e sentidos pelas elites pós-coloniais que procuravam alternativas. A título de exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), frutos da Conferência de Bretton Woods¹² (1944), exerceram funções essenciais para a formulação de compromissos e preceitos do desenvolvimento, atuando de forma direta e indireta (RAI, 2002).

¹¹ Para Arturo Escobar, a problemática do subdesenvolvimento e do Terceiro Mundo "apareceram como conceitos funcionais dentro do processo em que o Ocidente, e de maneiras diferentes o Oriente, se redefiniu e o resto do mundo". E que, mesmo após o fim da Guerra Fria e, consequentemente, do Segundo Mundo, "as noções de Primeiro e Terceiro Mundo (e Norte e Sul) continuam a articular um regime de representação geopolítica" (ESCOBAR, 2007, P. 64).

¹² É pertinente notar que a Conferência de Bretton Woods ocorreu três anos antes da primeira fase de descolonização, iniciada pela Índia em 1947.

Essas instituições, no período do pós-Segunda Guerra, promoveram o desenvolvimento nos países europeus e do Japão, excluindo nações que estavam passando pelo processo de descolonização e/ou que ocupavam posições emergentes no sistema internacional (Ibid.). As organizações internacionais empregaram medidas para “promover taxas de câmbio estáveis, promover o crescimento do comércio mundial e facilitar movimentos internacionais de capital”, na tentativa de prevenir medidas de protecionismo e regulamentações dos mercados (Ibid., p. 47). Além disso, agiram de forma combativa às contestações dos países socialistas e da União Soviética (Ibid.).

A formulação desses regimes configurou um poder hegemônico para os Estados Unidos no sistema internacional e que, por conseguinte, transformou-se em referência a ser seguida quanto à modernização¹³. Essa influência ocorreu, inclusive, intelectualmente, através de “estudos detalhados, formulação de políticas e pesquisas em países em desenvolvimento” (CONNELLY *et al* 2000, p.56). Essas perspectivas¹⁴ desconsideravam as particularidades sociais, culturais, políticas e econômicas das nações que não faziam parte do ocidente (REDDOCK, 2000). E que também fomentavam que os problemas enfrentados por nações do Terceiro Mundo poderiam ser resolvidos com questões técnicas, era “como um objeto de gestão racional que deveria ser confiado a um grupo de pessoas” (ESCOBAR, 2007, p. 97-98).

Dessa maneira, as políticas internacionais de desenvolvimento eram pautadas pelo “crescimento econômico, crescimento econômico com industrialização e industrialização com investimento em capital físico” (KABEER, 2003, p.04). Para obtê-lo, sugeriu-se aos países “subdesenvolvidos” a política de substituição de importações – procedimento que visava à troca de importação de bens e produtos por fabricação doméstica. Ainda que houvesse uma crença de que a evolução viria gradualmente no formato “*trickle-down*”¹⁵, com geração de empregos e bem-estar social (Ibid.; CHEN *et al*, 2004).

Essas agendas igualaram modernidade à masculinidade ocidental: “a

¹³ Os países da Europa, juntamente com os países da América do Norte, estavam vivenciando os “anos dourados do pleno emprego” (CHEN *et al*, 2004, p.01).

¹⁴ É necessário destacar que as décadas nas quais essas concepções ganharam expressividade, cinquenta países se emanciparam de regimes coloniais e as mulheres tiveram um papel importante na luta por essa independência (REDDOCK, 2000).

¹⁵ Economicamente é traduzido como “a ideia de que os pobres experimentam efeitos positivos quando os ricos ficam mais ricos e gastam mais dinheiro” (TRICKLE-DOWN, 2019, s/p, tradução própria).

modernidade foi retratada em oposição a uma família feminizada e tradicional; exigia o surgimento do homem racional e industrial, um indivíduo receptivo a novas ideias e crenças” universais (TICKNER, 2001, p. 88). Portanto, as mulheres eram notadas como um empecilho para a modernização por serem consideradas como tradicionais, atrasadas e resistentes (REDDOCK, 2000; PETTMAN, 1996).

Todavia, as mulheres participavam ativamente na construção de estratégias para alcançar suas metas no contexto de independência, como por exemplo, na África Oriental, onde muitas participavam de seminários e encontros para lograr conquistas próprias. Foi nesse momento que a questão de gênero começou a adentrar na agenda do desenvolvimento, de forma incipiente. Ainda neste período, as mulheres desses países conduziram pequenas delegações, em termos numéricos, para a Organização das Nações Unidas e, de forma resultante, contestaram certos aspectos da temática desenvolvimentista (REDDOCK, 2000).

O final da década de 1960 e o começo dos anos 1970 trouxeram algumas mudanças¹⁶ políticas e econômicas. Nos países desenvolvidos, a flexibilização, assim como a especialização se tornaram diretrizes fundamentais quanto à questão produtiva e, o estado de bem-estar e as políticas de regulamentação econômica logo foram suprimidos. Já nos países em desenvolvimento, notou-se que o “crescimento econômico” não gerava “empregos ou benefícios” no curto prazo (CHEN *et al*, 2004, p.01-02).

Paralelamente, a partir de 1970, o valor do Produto Interno Bruto (PIB) começou a estabelecer a posição – de Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo – que o país ocupava no sistema internacional econômico. Nesta configuração, o Terceiro Mundo passou a representar as nações que tinham os menores valores do PIB. Todavia, é relevante constatar que essas sociedades partilhavam de um passado colonial e/ou imperial de exploração e violência (RAI, 2002).

Em confluência com isso, Arturo Escobar pontua que a criação de estatísticas fomentou o entendimento de pobreza no nível internacional e, por conseguinte, a saída dessa condição seria o crescimento econômico. Ainda para o autor, a pobreza virou um "conceito organizador e objeto de uma nova problematização", nesse sentido gerou discursos e um conjunto de ações que reproduziram a noção de que "a característica essencial do Terceiro Mundo era sua pobreza e que estava

¹⁶ Shirin M. Rai (2002) elucida que o desenvolvimento nos anos 1970 ganhou mais uma correspondência: a com o governo democrático.

enraizado no crescimento econômico e o desenvolvimento tornou-se uma verdade universal, óbvia e necessária" (ESCOBAR, 2007, p. 51-52).

Ainda nos anos 1970, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou intensas e pluridisciplinares jornadas de trabalho em países menos desenvolvidos, devido às altas taxas de desemprego que assolavam essas nações. De forma semelhante, pesquisadores que estavam inseridos no Banco Mundial, solicitaram uma série de políticas para administrar e redistribuir o crescimento econômico doméstico (CHEN *et al*, 2004). Essas organizações internacionais realizaram de maneira intensa a tarefa de coordenar e possibilitar "esforços necessários para superar o atraso geral e o subdesenvolvimento econômico" (ESCOBAR, 2007, p.79).

Além disso, na mesma época, demonstrou-se um interesse maior por pequenos produtores, pelas necessidades básicas e pela geração de renda daqueles que não possuíam terras. Entretanto, essas visões não representavam o todo e logo foram dissipadas na metade da década em função do choque do petróleo em 1973, da queda de crescimento econômico nos países do Primeiro Mundo e do aumento da dívida dos países em desenvolvimento (KABEER, 2003).

Da mesma forma, foi nesta conjuntura que a introdução do ponto de vista das mulheres na matéria do desenvolvimento ocorreu. A obra que se destacou e representou um divisor de águas do campo foi *Woman's Role in Economic Development*, lançada em 1970, por uma economista da área da agronomia, Ester Boserup. Nela, a autora explica como "as mulheres eram frequentemente negligenciadas pelos planejadores de desenvolvimento em seus papéis como trabalhadoras, proprietárias e empresárias, e na produção comum e de subsistência" (PETTMAN, 1996, p. 122).

Por meio da análise de dados de pesquisas feitas na América Latina, Caribe e África, Boserup focou na importância feminina para a configuração econômica dessas nações, bem como expôs as sequelas coloniais e o que a modernização poderia causar no âmbito da divisão sexual do trabalho. Ademais, a autora enfatizou a necessidade de agregar as mulheres nos aportes do desenvolvimento e que, similarmente, deveria haver um empenho para modificar os efeitos da modernização que atuam diferentemente sobre homens e mulheres do Terceiro Mundo (REDDOCK, 2000).

De forma sucinta, a introdução do presente capítulo buscou contextualizar o debate do desenvolvimento antes da inserção feminista. Dessa forma, notou-se que

a temática ficou em voga a partir da Guerra Fria e foi percebida através da criação de regimes internacionais econômico-financeiros e de índices, como o PIB. Além disso, observou-se que a abordagem sempre seguiu uma linha de crescimento econômico e de fomento à modernização. Na seção a seguir, será discutido como ocorreu a entrada teórica das mulheres no campo do desenvolvimento e seus principais desdobramentos.

2.1 A contribuição das teorias feministas para o desenvolvimento: uma análise das vertentes WID, WAD e GAD

O lançamento do estudo de Ester Boserup em conjunto com o retorno do feminismo nos países ocidentais criou o ambiente propício para o florescimento da temática e, da sua primeira vertente/grupo: *Women in Development* nos anos 1970 (REDDOCK, 2000). O aporte contestava a ideia difundida de que a modernização iria acarretar, necessariamente, no aumento da igualdade de gênero e, simultaneamente, revelava que os processos de desenvolvimento eram sentidos diferentemente por homens e mulheres. Possuindo sede em Washington, o movimento atuou através de *lobby* em audiências no congresso dos Estados Unidos estadunidense, visando intervir nas políticas internacionais de desenvolvimento dos Estados Unidos (RAZAVI, MILLER, 1995a; CONNELLY *et al*, 2000).

Como resultado, o grupo conquistou a Emenda Percy em 1973, que representou a obrigação de análises das possíveis consequências dos programas de desenvolvimento no que se refere ao gênero. A perspectiva da WID também pretendia que as mulheres fossem incorporadas plenamente na vida econômica de suas nações. O movimento começou a crescer ao redor do mundo e várias agências começaram a investir e adotar os preceitos da WID, relacionados à modernização e às teorias do feminismo liberal, dentro da agenda política para o desenvolvimento (CONNELLY *et al*, 2000).

O feminismo liberal tinha como base a filosofia liberal dos séculos XVI e XVII: da igualdade, enquadrada na lógica do homem racional; e, da liberdade, delimitada na concepção do consentimento e dos limites da esfera pública e privada. As feministas liberais, de um modo geral, preocupam-se com a igualdade de oportunidades relacionadas à educação, emprego, propriedade e outros aspectos legais/ políticos. E quanto à liberdade,

argumentam que as mulheres devem ter o direito de escolher questões como aborto, pornografia e prostituição. Esse compromisso com a existência de esferas públicas e privadas distingue a teoria liberal-feminista de outras teorias feministas. No entanto, deve-se notar que as teóricas feministas liberais traçam a linha entre público e privado de maneira diferente de outros teóricos liberais. Por se concentrarem em questões como a violência doméstica e a vulnerabilidade econômica das donas de casa, argumentam que é necessária alguma regulamentação da vida doméstica para proteger a segurança e o bem-estar das mulheres (CONNELLY *et al*, 2000, p.116, tradução própria).

De forma inédita, no âmbito da WID, houve uma organização dos grupos feministas para concatenar diretrizes e práticas, pois havia o desejo de “melhorar o acesso das mulheres à educação, treinamento, à propriedade e ao crédito, e por mais e melhores empregos” (Ibid., p.57). A forma para lograr essas metas seria por meio das políticas de desenvolvimento, com as mulheres sendo agregadas na criação e realização das mesmas (Ibid.).

Dessa maneira, as concepções da WID por vezes eram direcionadas para linhas mais específicas: igualdade, principalmente relacionada à cidadania e direitos sociais, mas que, eventualmente, poderiam contrariar alguma questão cultural; antipobreza, dando ênfase nas necessidades básicas da mulher e no acesso ao crédito, orientação que ocasionalmente reproduzia noções ocidentais da divisão sexual do trabalho; e, eficiência¹⁷, que se relacionava diretamente com o trabalho e foi muito utilizada por agências e governos no plano internacional (PETTMAN, 1996). Além disso, o grupo sempre apresentava uma espécie de “lista de verificação para garantir o status das mulheres nas sociedades” que, para os “tecnocratas do desenvolvimento”, mostrava-se muito “útil e acessível” (CONNELLY *et al*, 2000, p. 58).

O ponto central da análise da WID era o de que a desigualdade entre homens e mulheres tinha sua gênese na exclusão do sexo feminino no mercado e que, ao integrar as mulheres na produção, haveria um benefício tanto para estas alcançarem a igualdade, quanto para o desenvolvimento nacional. Portanto, a lógica da eficiência passou a ser difundida e muito utilizada por defensores da WID para justificar o investimento nas mulheres (RAZAVI; MILLER, 1995a). Ademais, como o movimento possuía princípios liberais, foi dada a ênfase no indivíduo “mulher” e não

¹⁷ Segundo Caroline Moser (1993, p.86, tradução própria), a eficiência “depende fortemente da elasticidade do trabalho das mulheres, tanto em suas funções reprodutivas quanto de gerenciamento comunitário. Ela atende apenas às necessidades práticas de gênero ao custo de mais horas de trabalho e aumento do trabalho não remunerado. Na maioria dos casos, essa abordagem falha em atender a qualquer necessidade estratégica de gênero”.

nas divisões sociais estruturantes (RAI, 2002).

A abordagem trazida pela WID começou a ser questionada, principalmente, por limitar ações que pudessem realmente trazer uma transformação estrutural. Por destacar a modernização, o movimento, por vezes, fortaleceu as instituições ocidentais como forma de conhecimento e descartou formas de pensar próprias do Terceiro Mundo. Inclusive, grupos de mulheres mais radicais ficaram desapontadas quando perceberam que a WID tinha sido cooptada e financiada de forma imprópria e, algumas feministas do Terceiro Mundo, começaram a atuar de forma independente (CONNELLY *et al*, 2000).

Assim, essa vertente da contribuição feminista para o crescimento econômico, fomentada pela WID, trouxe benefícios em termos de estratégia política, contudo, acabou desconsiderando a luta pela igualdade de gênero, deixando-a para um segundo plano (GHAJ, 1995). Tampouco houve uma tentativa de romper com os arranjos sociais vigentes, não buscando averiguar as causas de marginalização feminina. O que ocorreu foi o uso das mulheres como um meio para alcançar o desenvolvimento e outros objetivos associados ao crescimento econômico (ROWLANDS, 1997).

Percebeu-se, além disso, que a WID não se preocupou em discutir o trabalho doméstico que as mulheres exerciam – e ainda exercem –; evitou questionar os problemas internacionais enfrentados pelas feministas terceiro-mundistas; e, não empregou, em sua análise sobre as mulheres, análises interseccionais, como raça e classe (CONNELLY *et al*, 2000). As críticas ao aporte, principalmente vistas nos escritórios, agências e governos, vieram sob a forma de trabalho, ativismo, pesquisas e atividades através de organizações não-governamentais (ONGs), “coalizões de pequena base”, acadêmicos e formadores de política (Ibid., p. 58).

Paralelamente, em meados da década de 1970, havia outra corrente teórica no campo do desenvolvimento e mulheres: *Women and Development*¹⁸ (WAD). Essa perspectiva emergiu de forma contrária a visão da modernização convencional, tendo como base os teóricos marxistas da dependência¹⁹, mas colocando as

¹⁸ Mulheres e Desenvolvimento.

¹⁹ De modo geral, esses teóricos – como Samir Amin (1974) e André Gunder Frank (1969; 1979) – denunciavam como a modernização tinha uma relação causal com o subdesenvolvimento dos países que faziam parte do Terceiro Mundo. Para os autores, a “‘metrópole’ capitalista se beneficiava de um Terceiro Mundo periférico e dependente e (...) o sistema capitalista foi projetado para perpetuar essa dependência. Eles pediam a separação da metrópole, uma atitude crítica em relação à tecnologia ocidental e um compromisso com a autoconfiança do Terceiro Mundo” (CONNELLY *et al*, 2000, p.

mulheres como sujeitos de análise. Para a WAD, o sexo feminino sempre esteve presente no desenvolvimento e que a lógica da WID perpetuava a dependência econômica dos países do Terceiro Mundo (RATHGEBER, 1990).

A WAD estava relacionada com o feminismo radical/feminismo neo-marxista. Essa linha surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos e é inspirada no marxismo, mas acreditava que a equidade de gênero não deveria ser relegada para segundo plano, posterior à igualdade de classe. Para essas teóricas, a subordinação feminina era primária e as dominações sexuais advindas da estrutura social eram as mais difíceis de mudar. Um dos seus motes era “o pessoal é político” (CONNELLY *et al*, 2000, p. 123-124).

Para a WAD, os projetos deveriam ser apenas focados em mulheres, sem abordar homens (CONNELLY *et al*, 2000). Para a vertente, a relação entre o desenvolvimento com as mulheres era muito mais fundamental do que apenas a inserção destas no desenvolvimento: o “ponto de partida é que as mulheres sempre foram importantes atores econômicos em suas sociedades e que o trabalho que realizam dentro e fora da família é central para a manutenção dessas sociedades” (RATHGEBER, 1990, p. 492- 493). Esse grupo foi muito popular no meio acadêmico e de ativistas de organizações não-governamentais (CONNELLY *et al*, 2000).

Apesar de constatar que os homens subalternos nos países do Terceiro Mundo são impactados por estruturas internacionais desiguais, a WAD não dedicou trabalhos nessa área e, por isso, acabou ignorando assuntos que tangenciassem relações de classe, raça e gênero, ou seja, seu poder de mudança estrutural não foi de fato efetivo (RATHGEBER, 1990). Além disso, como esse viés se preocupou em atuar de forma prática e diversa em pequenos projetos somente de mulheres, há pouco material documentado sobre a parte teórica (CONNELLY *et al*, 2000).

Por mais que houvesse divergência da abordagem WID, ambas perspectivas convergiram na discussão da antipobreza na década de 1970. Respalhada em instituições como FMI e o Banco Mundial, esse movimento aconteceu em um contexto internacional de debate sobre a dependência, da “crescente preocupação com a pobreza do Terceiro Mundo” e do predomínio do “pensamento liberal do desenvolvimento” (Ibid., p. 61). Outro ponto em comum das duas abordagens foi que houve “uma preocupação singular com o setor produtivo em detrimento do lado

reprodutivo do trabalho e da vida das mulheres” e isto resultou na ênfase do “desenvolvimento de atividades geradoras de renda sem levar em consideração o tempo que essas estratégias colocam sobre as mulheres” (RATHGEBER, 1990, p. 493).

A década seguinte dos anos 1980 foi marcada por um pensamento político conservador nos governos e nas instituições. As consequências das crises do petróleo, como a recessão mundial e o aumento de dívidas, levaram à redução de políticas de ajuda e ao aumento de receios de uma “má administração econômica e do subdesenvolvimento nas economias do Terceiro Mundo” (CONNELLY *et al*, 2000, p. 61). Em decorrência disso, foram feitas políticas de ajuste fiscal nas instituições internacionais em prol da eficiência, mas que acarretou em “declínios nos níveis de renda, cortes graves nos programas de gastos sociais do governo, particularmente saúde e educação, e reduções nos subsídios alimentares” (MOSER, 1993, p. 71).

Apesar de o reajuste vir com um slogan a longo prazo de que a eficiência traria benefícios para homens e mulheres (CONNELLY *et al*, 2000), essa política afetou diretamente na mudança de “hábitos de compra e nos padrões de consumo” das sociedades do Terceiro Mundo, impactando diretamente na vida das mulheres, principalmente no aumento do tempo de trabalho não remunerado, como o cuidado e “autoprodução de alimentos” (MOSER, 1993, p. 71).

De forma antagônica, grupos que trabalhavam com mulheres e desenvolvimento iniciaram uma série de contestações de que os ajustes iriam melhorar a vida da população, denunciando que mulheres e crianças pagariam, no curto prazo, por isso. A partir desse questionamento, foram criados projetos específicos que tinham como objetivo reduzir as implicações dos reajustes para a minoria mais afetada: “mulheres, crianças, idosos e deficientes” (CONNELLY *et al*, 2000, p. 62).

Similarmente em 1980, o movimento *Gender and Development* (GAD) emergiu como forma alternativa ao *mainstream* da época. A perspectiva em questão valorizou todos os âmbitos relacionados à vida das mulheres e, ao reconhecerem “a construção social da produção e reprodução como base da opressão das mulheres”, deram destaque para as “relações sociais de gênero, questionando a validade dos papéis que foram atribuídos às mulheres e homens em diferentes sociedades” (RATHGEBER, 1990, p. 494).

O viés do GAD, também conhecido como “abordagem de empoderamento” ou

“planejamento com consciência de gênero”, tinha base no feminismo socialista ocidental e compreendia que o cerne da desigualdade no desenvolvimento estava nas desigualdades hierárquicas das relações de poder. Esse feminismo socialista surgiu ainda na década de 1970 de um desmembramento com o marxismo clássico – que colocava a classe acima da opressão de gênero – e, também, do feminismo radical que não enxergava hierarquias de classe presente entre as mulheres ou que deixava a classe em segundo plano. Para essas teóricas, ambas as categorias estavam no mesmo patamar de importância e estariam intrinsecamente relacionadas (CONNELLY *et al*, 2000).

Segundo essas, a opressão se relacionava “com os vários modelos de reprodução e produção, assim como a classe e a posição econômica” (TICKNER, 2001, p. 17). Dessa forma, o patriarcado, além de dominar a “sexualidade, procriação e trabalho” das mulheres, também atuaria de forma histórica, constituindo-se de acordo com o contexto “racial, cultural, político, econômico e religioso” do momento (CONNELLY *et al*, 2000, p. 127).

Assim, os objetivos desse aporte eram pautados na “equidade e desenvolvimento sustentável, com mulheres e homens como tomadores de decisões” e a resposta estava no empoderamento de mulheres e minorias ao ponto de conseguir alterar as relações sociais hierárquicas (CONNELLY *et al*, 2000, p.141).

Dessa forma, o GAD não estava preocupado apenas com as mulheres, mas com a construção dos papéis de gênero em homens e mulheres. Estudou também como “a natureza da contribuição da mulher no contexto do trabalho feito tanto dentro como fora de casa” e recusava “a dicotomia público/privado que comumente foi utilizada como mecanismo para a manutenção do trabalho familiar e doméstico realizado por mulheres” (RATHGEBER, 1990, p.494).

Além disso, outro aporte feminista utilizado pelo GAD – e principalmente o termo “empoderamento” – surgiu através do ativismo de mulheres, teórico e prático, do Terceiro Mundo. O feminismo terceiro-mundista/pós-colonial foi resultado da união do pós-colonialismo e feminismo ainda nos anos 1980. Segundo Luciana Ballestrin (2020, p. 04), essa vertente pode ser enquadrada dentro dos “feminismos subalternos”²⁰. De acordo com a autora, nesse grande grupo existem algumas

²⁰ Conjunto de “movimentos de mulheres que identificam na existência de um feminismo hegemônico a promoção de uma outra relação de subalternidade sobre mulheres historicamente subalternizadas”.

localizações²¹ específicas quanto à geopolítica, ao espaço-temporal, político-cultural, raça, etnia, cor, orientação sexual, etc (Ibid.).

O feminismo terceiro-mundista “questionou o caráter ‘colonial’ do discurso feminista ocidental” (BALLESTRIN, 2017, p. 1040). Nesse sentido, o trabalho de Chandra Mohanty (1988, p.62-63) elucida que apesar de haver uma tentativa de entender as mulheres como sujeitos históricos, existe uma "relação arbitrária" que "coloniza discursivamente as heterogeneidades materiais e históricas das vidas das mulheres no terceiro mundo" e que (re)produz uma visão de "mulher do terceiro mundo". De acordo com a autora, existe uma construção da "diferença do terceiro mundo", a qual o feminismo hegemônico – ocidental – se "apropria e coloniza as complexidades constitutivas que caracterizam a vida das mulheres nesses países".

Para Mohanty (1988, p. 79-80), essa “ 'diferença do terceiro mundo' inclui uma atitude paternalista em relação às mulheres do terceiro mundo”, nessa lógica, às suas questões “são conduzidas no contexto do relativo 'subdesenvolvimento' do terceiro mundo”. De forma complementar a essa ideia, para Escobar, a homogeneização é um dos "efeitos alcançados pelo discurso do desenvolvimento" o que também demonstra o "seu sucesso como forma hegemônica de representação". Para o autor,

a construção dos "pobres" e dos "subdesenvolvidos" como sujeitos universais pré-constituídos, a partir do privilégio dos representantes; o exercício do poder sobre o Terceiro Mundo possibilitado por essa homogeneização discursiva (que implica a eliminação da complexidade e da diversidade dos povos do Terceiro Mundo, de tal forma que um colono mexicano, um camponês nepalês e um nômade tuaregue acabem sendo equivalentes como "pobres" e "subdesenvolvidos") (ESCOBAR, 2007, p.99-100, tradução própria).

Nesse sentido, para Mohanty, "é nesse processo de homogeneização discursiva e sistematização da opressão das mulheres no terceiro mundo que o poder é exercido em grande parte dos escritos feministas ocidentais" (p. 63). Dessa forma, são vistos algumas categorizações, nas palavras da autora:

Nessa lógica, os feminismos subalternos englobam, por exemplo, o "feminismo pós-colonial, terceiro-mundista, transcultural, fronteiro, latino-americano, 'do sul', 'de cor', negro, indígena, comunitário, lésbico, islâmico" (Ibid., p.05).

²¹ Para a autora, esses movimentos estão inseridos na América Latina e Caribe, Ásia, Oceania e África. Além disso, frequentemente marcados por espaços "comunitários comunais, rurais, não modernos e religiosos" e por representações "negras, mestiças, indígenas e 'chicanas', sejam elas transgênero, homossexual e bissexual" (BALLESTRIN, 2020, p.05).

essa mulher média do terceiro mundo leva uma vida essencialmente truncada com base em seu gênero feminino (leia-se: sexualmente restrita) e sendo 'terceiro mundo' (leia-se: ignorante, pobre, sem educação, ligada à tradição, religiosa, domesticada, orientada para a família, vitimizada, etc.) (MOHANTY, 1988, p. 65, tradução própria)

Quanto ao desenvolvimento, a autora elucida que especialmente na vertente WID, encontram-se os melhores exemplos para visões universalistas das mulheres do Terceiro Mundo, principalmente em prol do desenvolvimento econômico. Nessa visão, as mulheres formam um grupo "estável", assim, "assume uma unidade universal a-histórica entre as mulheres com base em uma noção generalizada²² de sua subordinação" (MOHANTY, 1988, p. 72).

Somado a isso, o discurso feminista ocidental, ao homogeneizar as mulheres do Terceiro Mundo, também colocam-as "como sujeitos fora das relações sociais". Dessa maneira, as qualificam de acordo com os padrões sociais estruturais do ocidente através de uma noção de (Ibid., p. 79-80).

No GAD, a articulação feminista terceiro-mundista/pós-colonial é vista especialmente através do viés do "empoderamento", introduzido pelo grupo *Development Alternatives with Women for a New Era* (DAWN)²³ (CONNELLY et al, 2000). Como Jan J. Pettman (1996, p.124), elucida, "a abordagem do empoderamento sinaliza um fortalecimento do trabalho feminista nos estados do Terceiro Mundo" e se relacionava com a capacidade de transformação.

O enfoque teórico sobre empoderamento será explicado melhor na próxima seção, mas, antecipa-se que "essa abordagem gera uma agenda muito mais ampla, que atende à carga dupla ou tripla das mulheres, à violência específica ao gênero, às ideologias de feminilidade que atraem as mulheres, às resistências e estratégias de mudança das mulheres e apoia as organizações autônomas das mulheres" (Ibid., p. 124).

Nas palavras de duas organizadoras do DAWN, Gita Sen e Caren Grown (1987, p. 22, tradução própria):

²² Para a autora, "esse movimento analítico - e os pressupostos em que se baseia - limita a definição do sujeito feminino à identidade de gênero, ignorando completamente a classe social, identidade, e a etnia" (Ibid., p.72).

²³ Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era. Esse grupo se formou em Bangalore, Índia, em 1984, através de discussões sobre "experiências de estratégias de desenvolvimento, políticas, teorias e pesquisa" de mulheres advindas de diferentes locais (SEN; GROWN, 1987, p. 09).

nós sabemos agora através da nossa própria pesquisa que a subordinação das mulheres tem uma longa história e está profundamente integrada nos processos econômicos, políticos e culturais. O que nós conseguimos fazer nos últimos anos foi moldar os movimentos das mulheres e as redes mundiais, como nunca existiram antes, para começar a transformar essa subordinação em processo para quebrar outras estruturas opressivas também. As mulheres sabem muito bem o quão duro tiveram que lutar em suas famílias, organizações políticas e comunidades para alcançarem a autonomia pessoal que estimulam (...) mudanças socioeconômicas mais amplas. Inicialmente equipada com pouco conhecimento ou preparação para desafiar o peso total da opressão de gênero (interligado com classe, nacionalidade e subordinação étnica), nós adquirimos habilidades, autoconfiança e capacidade para organizar a mudança.

Portanto, o aporte trazido pelo GAD enxergava as mulheres como atrizes no processo de mudança e não apenas como “receptoras passivas de assistência no desenvolvimento”, além de realçar a importância de as mulheres se constituírem em coletivos/grupos de forma organizada para que suas reivindicações políticas pudessem ser escutadas (RATHGEBER, 1990, p. 494).

Ao considerarem a palavra “gênero” ²⁴ em vez de “mulheres”, essas teóricas enfatizavam que as relações de gênero, bem como as práticas comportamentais, são socialmente construídas e que, por isso, podem ser alteradas. Nessa lógica, os “interesses estratégicos de gênero surgem de uma análise da subordinação das mulheres e requer mudanças nas estruturas de gênero, classe e raça”, a fim de obter a equidade (CONNELLY *et al*, 2000, p. 63).

Como foi visto nos parágrafos anteriores, a perspectiva GAD nasceu na década de 1980 no contexto de políticas de reajustes fiscais, dívidas, privatizações, recessão econômica, aumento do trabalho feminino e feminização da pobreza. Por conseguinte, a vertente GAD destacou e politizou, a importância da atuação estatal – principalmente no fornecimento de serviços públicos como creche e sistema de saúde – para proporcionar a autonomia das mulheres (RATHGEBER, 1990).

Ademais, essa abordagem almejava uma mudança estrutural a longo prazo²⁵, além de intenso trabalho para que houvesse uma transformação nas estruturas de subordinação. Dessa forma, tornou-se difícil encontrar o GAD como linha nas

²⁴ Ao tomar o gênero como uma categoria de análise, o GAD deixou nítidas as relações de poder sexistas no desenvolvimento e nas instituições ditas “neutras”. No entanto, o “gênero” pode acabar sendo sinônimo para mulheres e isso pode acarretar na instrumentalização delas como um meio para alcançar outros objetivos, assim como ocorreu no WID (ROWLANDS, 1997).

²⁵ Apesar de pensar no longo prazo, o GAD provê métodos para investigar se algumas políticas de curto prazo conseguem auxiliar na transformação das estruturas hierárquicas que as mulheres se encontram (CONNELLY *et al*, 2000).

agências e programas de desenvolvimento (Ibid.). Logo, o aporte que continuou a predominar nos anos 1980 em escritórios e nas agendas institucionais foi o WID e, na esfera das ONGs e do ativismo feminista, o que prevaleceu e cada vez tomou proporções maiores, moldando e sendo moldada por experiências das mulheres, foi a perspectiva trazida pelo GAD (CONNELLY *et al*, 2000).

Contudo, a partir dos anos 1990, notou-se igualmente o fortalecimento do aporte WAD nas organizações de mulheres e um fortalecimento do ativismo feminista, que atuou pressionando teóricos e acadêmicos na tentativa de tornar mais plural a agenda de gênero e desenvolvimento. Percebeu-se também que certas agências e organizações adotaram a configuração do GAD como modelo, enquanto alguns governos e agências específicas de desenvolvimento continuaram apostando na visão da WID e, portanto, no enquadramento do feminismo liberal (Ibid., p. 64; BARRITEAU, 2000).

Essa seção buscou trazer os aportes teóricos feministas que permearam o debate sobre desenvolvimento, bem como suas bases ideológicas. Pretendeu-se explicar e diferenciar as vertentes, abordando suas principais contribuições bem como suas limitações. Além disso, intencionou-se contextualizá-las com o cenário internacional da época, principalmente quanto às políticas econômicas vigentes.

2.2 O debate teórico sobre empoderamento de perspectivas feministas sobre desenvolvimento

Esta seção abordará o empoderamento nas principais discussões no âmbito do gênero e desenvolvimento. Primeiramente, será discutida algumas concepções teóricas sobre a relação do poder com o empoderamento; de forma secundária, apresentar-se-á definições, métodos e estratégias das principais feministas que trabalham com o empoderamento na disciplina de gênero e desenvolvimento.

De forma primordial, é necessário salientar que o conceito de empoderamento é polissêmico, podendo assumir sentidos variados de acordo com o marco temporal, delimitação espacial, contextos e instituições (SHARMA, 2008). Assim, a noção de empoderamento tem um histórico de estudo para além desse campo, de forma incipiente nos anos 1960 com o radicalismo negro nos Estados Unidos da América e, depois, nos anos 1970 com diversos trabalhos em setores como “educação popular, psicologia comunitária e organização comunitária” em distintas localidades

que fomentaram a agenda do feminismo no desenvolvimento (KABEER, 1994; CORNWALL; RIVAS, 2015, p. 404).

O trabalho do brasileiro Paulo Freire intitulado “Pedagogia do Oprimido” (1974 [1968]) deu alicerces para articular o empoderamento dentro da agenda do desenvolvimento e gênero internacional, principalmente à alguns grupos da vertente GAD. A metodologia utilizada da educação como ferramenta de transformação, os novos movimentos sociais a partir dos anos 1970, a busca por uma total mudança na sociedade e a autopercepção do oprimido serviram de inspiração para outras áreas (SHARMA, 2008; CORNWALL, RIVAS, 2015). A abordagem de Freire sobre a “teologia da libertação” também serviu como base para o empoderamento, principalmente por questionar a abordagem paternalista de um desenvolvimento de cima para baixo. Contudo desconsiderou o aspecto do gênero e a importância da libertação das mulheres nesse processo (BATLIWALA, 2010).

Somado a isso, a “redescoberta dos ‘subalternos’ de Gramsci²⁶ e o papel hegemônico das ideologias dominantes”, o contexto de efervescência sobre as teorias que discutiam sobre a construção social, bem como o próprio surgimento da teoria pós-colonial serviram de fomento para o surgimento da abordagem do empoderamento feminista no desenvolvimento (Ibid., p. 113).

Foi nos anos 1980 que o termo começou a ser estruturado no feminismo. Naquele momento, o conceito de *empowerment* possuía um sentido radical, já que buscava romper com as hierarquias de poder que permeavam as relações de gênero e modificar o sistema econômico, social e político que desfavoreciam as mulheres (CORNWALL; RIVAS, 2015). Além disso, em suas raízes, a abordagem do empoderamento é pertencente às teóricas e ativistas do Terceiro Mundo, particularmente do Sul da Ásia e América Latina, que colocam no papel as suas vivências e exemplos de formas alternativas organizacionais e, por isso, contestaram não só as hierarquias de gênero, como também de raça, etnia e classe (MOSER, 1989; BATLIWALA, 2010).

Como foi retratado na seção anterior sucintamente, o empoderamento foi abordado primeiramente pelas feministas do grupo DAWN incluídas na vertente

²⁶ No trabalho de Antonio Gramsci sobre a hegemonia cultural, o autor traz o conceito de classe subalterna para retratar grupos que estão marginalizados na estrutura social. Em confluência com o que foi exposto anteriormente, as feministas da abordagem do empoderamento acreditam que as mulheres fazem parte dessa classe subalterna (BATLIWALA, 2010). Para maiores elucidações sobre o debate dos “feminismos subalternos”, além do já mencionado na presente dissertação, consultar Ballestrin (2017; 2020).

GAD. Na próxima subseção será discutida algumas das principais contribuições sobre a temática.

2.2.1 Conceitualizando o em(poder)amento e os seus processos no debate feminista sobre gênero e desenvolvimento.

De forma inicial, para entender o empoderamento, faz-se necessário abordar algumas concepções de poder que são discutidas e apropriadas de diferentes maneiras pelo feminismo. A autora Jo Rowlands (1997) elucida que mesmo dentro do campo do gênero e desenvolvimento, o termo é pouco definido, pois geralmente o empoderamento é colocado de uma maneira que assume que o leitor compreende seu significado. Nesse sentido, acaba sendo identificado como algo positivo ou que implica em uma mudança de pessoal relacionada ao poder, mas sem especificação.

Posto isso, retoma-se alguns conceitos de poder sobre (*power over*), poder para/de (*power to*), poder com (*power with*) e poder interno (*power from within*) que se relacionam e são fundamentais para a discussão²⁷.

Primeiramente, o “poder sobre” pressupõe uma relação desigual como também de causa e efeito. Nesta lógica, um grupo exerce domínio sobre outro que está em um posicionamento de subordinação (SHARMA, 2008). Segundo Jo Rowlands (1997), na perspectiva de gênero, nota-se que essa variável de poder dominante – que pode ser exercida sob a forma política, cultural e social – é realizada principalmente por homens com mulheres e com outros homens em condição de subalternidade. Portanto, não existe superação, é uma relação que não possui fim. Assim, quando o empoderamento opera nessa dinâmica de poder, ou seja, no momento em que mulheres vão se tornando empoderadas, nota-se certo temor e preocupação, pois se tem a ideia de que vai acontecer uma troca de posição. Por conseguinte, o sexo masculino perderia privilégios²⁸ e as mulheres ainda exerceriam o poder sobre esses (Ibid.; 1997,1998).

Por outro lado, “poder para/de” está correlacionado com a possibilidade de decidir sobre suas vidas (SHARMA, 2008), podendo ser observado em um ambiente

²⁷ Sabe-se que a discussão e conceitualização sobre “poder” tem uma vasta literatura dentro da Teoria Social e Política, da Sociologia e Ciência Política, tendo, por exemplo, Max Weber, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Michel Foucault como alguns autores fundamentais. Contudo, devido ao recorte da presente pesquisa, mobilizou-seo debate teórico travado entre as teóricas feministas do desenvolvimento.

²⁸ A autora comenta que o receio dos homens de perderem poder, de um modo geral, ainda é um entrave para o empoderamento feminino.

onde não existe divergência de interesses e não há sentimento de perda quando o outro adquire mais poder (ROWLANDS, 1997). Além disso, existe um objetivo em comum de desejar que uma minoria consiga ascender através de suas capacidades (Ibid., 1998).

Já o “poder com” traz como ideia central a importância do coletivo e da sua organização para criar metas e alcançá-las (SHARMA, 2008). Dessa forma, esta concepção de poder conseguiria fazer com que as mulheres se organizassem a fim de obter conquistas e avanços em suas vidas (PARPART *et al*, 2006). O ponto é justamente a força do coletivo: o alcance de reivindicações de um grupo minoritário é maior do que a ação individual (ROWLANDS, 1998).

Por último, o “poder interno” está relacionado com o reconhecimento e auto-compreensão que levaria às mulheres a identificarem o sistema de desigualdade no qual estão inseridas e, conseqüentemente, ao enfrentamento disso. O poder interno deve ser “autogerado”, relacionando-se com o domínio da administração de recursos, do estabelecimento de interesses/metastas e de deliberações (KABEER, 1994). Para a autora, o empoderamento nesta perspectiva do poder interno deve desenvolver uma percepção de agência, criar e consolidar redes, processos participativos e a conscientizar a importância de organização.

Dentre essas concepções, o “poder sobre” é o *mainstream* do debate e versa sobre uma inserção/participação das mulheres nas altas esferas políticas, no aumento da autonomia econômica e na otimização de oportunidades (ROWLANDS, 1997). Além disso, de acordo com essa forma de poder, as estruturas operam em uma lógica de dualidade e acabam propondo soluções que não rompem com isto; assim, o “poder sobre” envolve não apenas um entendimento da estrutura, mas também da sua própria internalização (RAI, 2007; ROWLANDS, 1997).

O “poder para”, “poder com” e “poder interno” se referem ao processo de se tornar “empoderada”. Enquanto os dois primeiros se preocupam com o modo no qual as mulheres compreendem suas capacidades, aquilo que desejam e como estes interesses estão postos nas estruturas, o “poder interno” vai mais além e traz a importância da conscientização no nível individual (ROWLANDS, 1997; PARPART *et al*, 2006).

As análises das teóricas feministas sobre o tema estão inseridas nos três últimos modelos de poder; inclusive, para algumas, as categorias podem ser complementares. Por exemplo, para Jane Parpart, Shirin Rai e Kathleen Staudt

(2006, p.4), o empoderamento deve abarcar “tanto a conscientização individual (poder interno) quanto a capacidade de trabalhar coletivamente, o que pode levar a politização do poder com outras pessoas, que fornece o poder de provocar mudanças”.

Essa concepção se relaciona diretamente com a literatura dos anos 1980 e do começo dos 1990 que retratava o empoderamento como um vínculo multifacetado e mútuo entre a “autocompreensão” e a “capacidade de auto-expressão” feminina, bem como a autonomia sobre os seus bens (CORNWALL; RIVAS, 2015, p. 405). Além disso, para essas teóricas, o empoderamento não deve ser algo concedido e, a partir disso, iniciam-se uma série de problematizações a respeito do “poder sobre” pessoas/recursos (PARPART *et al.*, 2006).

Portanto, de um modo geral, a abordagem do empoderamento concorda com a necessidade de as mulheres conquistarem mais poder. Contudo, para as feministas que estão inseridas nesse aporte, esse poder não tem a finalidade de dominar e subordinar outros grupos, mas sim de estimular a capacitação, autoestima e autonomia na vida das mulheres. E isso é perceptível principalmente através da possibilidade de fazer escolhas de vida sem condicionamentos e constrangimentos, de intervir em decisões e do controle sobre bens materiais e imateriais (MOSER, 1989).

Dessa forma, as colaborações dessas autoras trouxeram a dimensão das diferenças de poder e as consequências disto na vida das mulheres, sobretudo quanto ao seu potencial nos procedimentos de desenvolvimento – e que, para reverter esse cenário, seria necessário mudanças que gerassem incentivo às capacidades coletivas e individuais (KABEER, 2012). Então, o empoderamento estava relacionado com o ato de constatação dessas desigualdades e de “afirmar o direito a ter direitos e agir individualmente e em conjunto para promover mudanças estruturais a favor de uma maior igualdade” (CORNWALL; RIVAS, 2015, p.405).

Outro ponto importante que está inserido nessa perspectiva é a concepção de que as mulheres compõem uma categoria heterogênea. Neste entendimento, as intersecções entre classe, raça, localidade geográfica, etnia, bem como outros aspectos sociais, culturais e econômicos importam (KABEER, 2012). Segundo Maxine Molyneux (1985), é necessário que haja a identificação dessas diferenças entre as mulheres para que a formulação de teorias sobre seus interesses tenha efeito real na prática.

A autora apresenta diferenciações entre interesses das mulheres e interesses de gênero. O primeiro, interesses das mulheres, é visto em falas políticas e em algumas literaturas. Esse termo enquadra as mulheres em um grupo homogêneo de demandas iguais e que, portanto, é bastante questionável. Como Molyneux (1985, p. 232) explana, “as mulheres são posicionadas dentro de suas sociedades através de uma variedade de meios diferentes (...), os interesses que elas têm como grupo são igualmente modelados de maneiras complexas e às vezes conflitantes”.

Já os interesses de gênero demonstram que, de acordo com o lugar ocupado na sociedade, tanto mulheres quanto homens são capazes de apoiar questões sobre gênero e esse modelo se subdivide em dois sentidos: interesses estratégicos de gênero e interesses práticos de gênero. No âmbito estratégico, são realizadas investigações, conclusões e direcionamentos possíveis à respeito da subordinação feminina²⁹ de forma dedutiva, sendo essas diretrizes consideradas reivindicações legítimas e transformadoras perante o feminismo; por outro lado, os interesses práticos são resultados indutivos das circunstâncias nas quais as mulheres se encontram no meio social e mobilizados pelas próprias mulheres que estão nessas condições, frequentemente são saídas à curto prazo e não pretendem superar a subordinação na sua raiz (MOLYNEUX, 1985).

Por fim, Jo Rowlands (1998, p. 16) elucida que essa distinção entre o que seria “prático” e o “estratégico” abordada por Molyneux possibilitou o fortalecimento teórico do empoderamento. Concatenando com essa lógica, Naila Kabeer (2012) demonstra que no momento no qual a igualdade de gênero prendeu a atenção do *mainstream* político, de forma similar, existiu um esforço em trazer o empoderamento para essa discussão convencional.

O resultado desse empenho foi que houve um espraiamento do termo em diversos grupos políticos, mas o aumento dessa inserção não necessariamente mostrou comprometimento com as causas estruturais que subordinavam as mulheres (KABEER, 2012; ROWLANDS, 1998). À vista disso, Srilatha Batliwala (1994, p.129) questiona então: “como diferentes abordagens à ‘condição’³⁰ das

²⁹ Para Maxine Molyneux (Ibid., p. 233), “a abolição da divisão sexual do trabalho, o alívio do ônus do trabalho doméstico e da assistência à infância, a remoção de formas institucionalizadas de discriminação, a conquista de igualdade política, o estabelecimento de liberdade de escolha em relação à gravidez e a adoção de medidas adequadas contra a violência masculina e o controle sobre as mulheres” são alguns exemplos.

³⁰ Ao se referir sobre “condição” e “posição”, a autora traz a teórica Kate Young (1988) que define os termos. Para Young, a condição se relaciona diretamente com o estado material que as mulheres

mulheres, necessidades práticas, afetam a possibilidade ou a percepção de mudanças na ‘posição’ das mulheres, interesses estratégicos?”.

Segundo a autora, a pergunta é o cerne do que o empoderamento busca responder. Assim, algumas teóricas apresentam algumas respostas, explicações e conceitualizações a respeito do termo, sendo as precursoras desse movimento Gita Sen³¹ e Caren Grown – do grupo DAWN – (1987), Srilatha Batliwala (1993), Naila Kabeer (1994) e Jo Rowlands (1997).

A publicação pioneira do DAWN (1987, p.18), abordada na seção anterior, afirma que o empoderamento feminino “pode fornecer novas possibilidades para ir além dos dilemas econômicos atuais”. Para o grupo – que possui uma visão crítica do modelo (neo)liberal econômico e político, além do compromisso com as perspectivas das mulheres terceiro-mundistas –, o empoderamento é uma estratégia e alternativa às desigualdades de gênero.

Contudo, para a ONG, o processo de empoderamento não deve tomar o feminismo como uniforme – característica em comum da literatura em questão e que foi mencionada de forma breve nos parágrafos anteriores. As autoras Sen e Grown frisam que

Embora a subordinação tenha elementos universais, o feminismo não pode se basear em um conceito rígido de universalidade que nega a grande variação de experiência das mulheres. Existe e deve haver uma diversidade de feminismos, responsivos às diferentes necessidades e preocupações de diferentes mulheres, e por elas definidas para elas mesmas. Essa diversidade se baseia em uma oposição comum à opressão e à hierarquia de gênero, mas este é apenas o primeiro passo para articular e atuar em uma agenda política (Ibid., tradução própria).

E isso ocorre justamente pelo feminismo³² ser um movimento político, ou seja, é diverso, manifesta-se de acordo com o contexto no qual está inserido e dispõe de diferentes estratégias e objetivos em curto prazo. Desse modo, o DAWN identifica quais seriam as estratégias – que devem incorporar as esferas “econômica, política, legal e cultural” – do seu modelo a curto e longo prazo (SEN; GROWN, 1987, p.82).

Em curto prazo, as estratégias se referem a uma solução para as crises, mas

pobres estão inseridas e, já a posição, versa sobre o local/status social e econômico no qual a mulher se encontra (e em contraste com o sexo masculino).

³¹ Há um artigo de Gita Sen escrito em 1997 e intitulado “*Empowerment as an approach to poverty*”, igualmente importante para análise, porém não foi encontrado disponível para a leitura.

³² Sen e Grown elucidam que os movimentos/grupos/organizações feministas devem se “auto identificar” para que haja uma real ação política, pois a identificação possibilita o diálogo sobre os diferentes obstáculos e torna a construção de estratégias mais efetiva.

também se entrelaça com os objetivos do longo prazo. O movimento DAWN acredita, por exemplo, que políticas devem ser formuladas para que a agricultura se torne mais diversa, já que é um campo no qual as mulheres se destacam³³ (isso geraria, no longo prazo, maior estabilidade na exportação e igualmente na subsistência). No âmbito industrial e no setor informal, as teóricas e ativistas endossam a importância da organização das mulheres e que todo o suporte deve ser oferecido para que possam ter autonomia e voz em suas vidas (SEN; GROWN, 1987).

Quanto ao longo prazo, é fundamental que as estratégias estejam direcionadas para a transformação do sistema que tanto perpetua as desigualdades. Assim, “a libertação nacional da dominação colonial e neocolonial e a autossuficiência nacional, pelo menos em requisitos básicos como recursos alimentares e energéticos, serviços de saúde e provisão de água e educação” são pautas imprescindíveis para alcançar a igualdade de gênero, raça, etnia e classe (Ibid., p.83).

Da mesma forma, outras demandas no longo prazo também são exemplificadas pelas autoras como necessárias para transformar a vida das mulheres, sendo essas, mudanças no setor das exportações - tanto em indústrias quanto no ramo da agricultura; redução do uso de recursos que não são renováveis; diminuição de gastos com questões militares e o incentivo para a desmilitarização; e, maior controle sobre as empresas multinacionais (SEN; GROWN, 1987).

No que tange aos processos de empoderamento – em organizações, movimentos e indivíduos –, Sen e Grown (Ibid., p.89), explicam que as condições estão pautadas de forma dual: de um lado, através de “recursos (...), treinamento de habilidades, e formação de lideranças”; de outro, “processos democráticos, diálogo, participação na formulação e decisão de políticas, e técnicas de resolução de conflitos” são igualmente cruciais.

Dentro das organizações, as autoras defendem a importância de que os processos internos sejam democráticos e acessíveis para que as mulheres se empoderem e consigam ter voz perante os constrangimentos impostos pela

³³ As autoras (1986, p. 86) esclarecem que, como as mulheres se sobressaem neste campo, “as políticas devem mobilizar as experiências e habilidades” delas e que, similarmente, é necessário inseri-las em sindicatos.

sociedade. Outro ponto interessante, diz respeito à flexibilidade de membros³⁴; para Sen e Grown, é pertinente que haja a adaptabilidade devido ao pouco tempo livre que sobra para as mulheres participarem de organizações e movimentos. Dessa forma, a exequibilidade da organização no futuro – da capacidade de fornecer a expansão da autonomia das mulheres – dependeria do cumprimento desses processos internos.

Portanto, a obra *“Development, Crises, and Alternative Visions: third world women’s perspectives”* do DAWN, expõe alguns breves pontos do empoderamento e algumas possibilidades para a transformação das estruturas que (ainda) perpetuam desigualdades. A “mobilização política, mudanças legais, conscientização e educação popular” são elementos decisivos para essas mudanças e fazem parte do processo de empoderamento feminino (1987, p. 87).

No contexto dos anos 1990, notou-se que as agências, organizações e atores estatais que trabalhavam com gênero e desenvolvimento adotaram a abordagem de empoderamento em sua análise, ainda que não se tivesse uma clareza sobre o seu significado. Como traz Batliwala (2010, p. 114), tornou-se corriqueiro “encontrar relatórios anuais de ONGs ou agências doadoras falando sobre como seu objetivo era o empoderamento, mas era impossível encontrar uma definição do que significava para eles”.

Então, em 1992, Batliwala iniciou um estudo sobre como o empoderamento tinha sido instrumentalizado e absorvido por cerca de vinte e cinco grupos de mulheres de base e agências de desenvolvimento no sul da Ásia. A pesquisa foi lançada no ano seguinte sob o título de *“Empowerment of Women in South Asia: Concepts and Practices”* e o objetivo da obra era clarear as conceitualizações a respeito do termo.

Através do seu estudo, a teórica, encontrou que muitas vezes, o empoderamento era colocado como sinônimo de desenvolvimento e, que, o poder se relacionava com a economia. As atividades econômicas - acesso ao crédito, renda ou títulos de propriedade – podem melhorar a vida das mulheres; porém, notou-se que essas aumentaram seus encargos, nem sempre indicando uma melhoria, de fato, em sua situação econômica.

³⁴ Essa flexibilização diz respeito aos encargos da divisão sexual do trabalho que, por vezes, impedem e constroem-nas de participarem ativamente, e de forma assídua, da vida política. Nesse sentido, as organizações devem ser flexíveis com relação a frequência e disponibilidade das mulheres.

Batliwala (1992) observou que as agências de desenvolvimento ainda permaneciam pautadas no foco econômico em prol da eficiência, assim como continuavam seguindo uma lógica de desenvolvimento para as mulheres em um sentido de ajuda. Sob a lógica do empoderamento, contudo, deveria se seguir uma linha diferente do convencional, atribuindo os planejamentos dos programas de desenvolvimento à gestão das próprias mulheres, estimulando sua participação ativa e não passiva (como uma beneficiária) para que, posteriormente, fossem capazes de praticar sem nenhum suporte externo.

A pesquisadora identifica em sua análise que o real empoderamento é aquele que é realizado por meio da conscientização e organização das mulheres, ou seja, é “um exercício da escolha informada dentro de uma estrutura crescente de informação, conhecimento e análise” (BATLIWALA, 1993, p. 07). As vivências e os seus contextos particulares devem ser o começo do “autoconhecimento” e do estímulo para a “autoimagem positiva” e, para além disso, deve-se incentivar a compreensão crítica a respeito da sociedade e das relações de poder que as permeia. Da mesma forma, as próprias mulheres devem discernir, a partir de suas análises e compreensões críticas, suas demandas e propostas para agir em prol da sua transformação pessoal, material e da forma que é tratada na “esfera pública” (Ibid., p. 13).

Seguindo essa lógica, a autora propõe, a partir de sua análise no sul asiático, cinco elementos fundamentais para o empoderamento das mulheres. O primeiro seria criar essa consciência crítica, até mesmo no âmbito pessoal; o segundo, a disponibilidade para obter informação; o terceiro componente seria o fomento às novas habilidades e capacitações; e, por último, a possibilidade de acessar saberes alternativos.

Além disso, o empoderamento seria um processo no qual transformaria todos os indivíduos ao seu redor e, principalmente, as relações de poder que estruturam a sociedade. Essa mudança seria realizada através de três maneiras: questionando valores que apoiam a desigualdade social; modificando o modelo tradicional de “acesso e controle dos recursos econômico, natural e intelectual”; e, alterando “as instituições e estruturas que reforçam e sustentam as estruturas de poder existentes (como família, estado, mercado, educação e mídia)” (BATLIWALA, 2010, p.115).

A autora reforça que essa transformação de poder deve ser realizada especialmente no bojo familiar. Para Batliwala (1993, p. 9, tradução própria),

o empoderamento das mulheres, se for um verdadeiro sucesso, significa a perda do poder tradicional e do controle dos homens sobre as mulheres em suas casas: controle do corpo e da mobilidade física; o direito de abdicar de toda a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelo cuidado das crianças; o direito de abusar ou violá-la fisicamente; o direito de gastar a renda da família em prazeres pessoais (e vícios); o direito de abandoná-la ou de ter outras esposas; o direito de tomar decisões unilaterais que afetam toda a família.

Contudo, isso não representa que o empoderamento é contrário aos homens, mas sim que esses também podem se libertar de amarras e papéis de gênero.

Segundo Batliwala (2010, p. 114), a pesquisa de Naila Kabeer, lançada um ano depois, em 1994, “refletiu e melhorou bastante a estrutura” do seu trabalho sobre o sul asiático. Em “*Reversed Realities*”, Kabeer faz um extenso apanhado de diversos tópicos sobre gênero e desenvolvimento. O objetivo da autora é esclarecer diferentes conceitos e práticas que se perderam e/ou que foram excluídos de uma abordagem *mainstream* do desenvolvimento, inclusive sobre o empoderamento.

Para a teórica (1994), como foi visto de forma breve, o empoderamento se relaciona diretamente com o poder. A autora elucida que existe uma falha ao relacionar o poder somente com a tomada de decisão individual, pois isso acaba excluindo outras dinâmicas que estão imbricadas e que influenciam diretamente nesse processo, tais como as relações de gênero.

Essas influências atuam duplamente sobre uma perspectiva interpessoal, pela divisão sexual do trabalho, controle material, acesso a recursos e da própria família e, por outro lado, através da esfera institucional, com a criação de normativas e regras, e também da utilização de mecanismos parciais que beneficiam o poder masculino. Isso é visto por meio da exaltação de certos corpos, *know-how* e competências que obedecem a um sistema hierárquico de classe e gênero.

Dessa forma, ainda segundo Kabeer, o poder é multidimensional e, assim

reside não apenas na capacidade dos homens de mobilizar recursos materiais de uma variedade de arenas para promover seus interesses individuais e de gênero, mas também na capacidade de construir as ‘regras do jogo’ de maneira a disfarçar as operações desse poder e construir a ilusão de consenso e complementaridade. Consequentemente, embora as mulheres possam alcançar seus objetivos com sucesso e conseguir restringir significativamente os homens no processo, ainda é provável que seus objetivos sejam moldados por sistemas sociais que negam acesso imediato aos privilégios, autoridade e estima sociais (KABEER, 1994, p.229, tradução própria).

De outro modo, a autora acredita que não existe uma ausência absoluta de poder; mesmo aqueles que carecem de poder possuem o potencial de reagir e de modificar esse cenário. Dessa forma, o poder interno/interior surge como essencial para formular estratégias de ação para o empoderamento e para favorecer na capacitação das mulheres na administração de recursos, na formulação de agendas e nas suas deliberações. Portanto, o cerne da discussão do poder deve se concentrar no desempoderamento e no empoderamento.

Para Kabeer (Ibid.), um importante pilar na construção das estratégias de ação para o empoderamento é a criação de uma identidade coletiva que se fundamenta através de dois processos. O primeiro, a subordinação de gênero, percebida através da naturalização de certos comportamentos e do *status quo*; e, de forma secundária, a força coletiva, capaz de transformar essa realidade desigual. Faz-se necessário ressaltar que, como a subordinação é feita de forma coletiva, logo, o reconhecimento e a transformação desse cenário deve ser realizado de forma coletiva também.

Assim, em circunstâncias em que há o aumento de normas que restringem a capacidade de atuação coletiva em “redes comunitárias”, existe uma redução da capacidade de estimular mudanças no *status quo*. Além disso, a autora ilustra que se houvesse naturalmente a articulação de coletivos de mulheres pobres, o empoderamento delas incomodaria. Portanto, “a capacidade organizacional das mulheres mais pobres é vista como um instrumento vital para articular seus interesses no processo de desenvolvimento” (Ibid. p. 253).

A teórica ainda enfatiza a necessidade de criar e consolidar essas redes de apoio que possuem a abordagem do empoderamento, ou seja, que utilizam métodos que visam aumentar o acesso das mulheres às oportunidades e alternativas. Kabeer também comenta que a diferença dessa abordagem daquela usada pelo *mainstream* é o “grau de importância”, isto é, qual a relevância dada à identificação das necessidades e a execução das estratégias.

Seguindo essa lógica, a autora traz alguns pontos de operacionalização através de ONGs dessa dinâmica de disponibilidade de oportunidades e transformação. Primeiro, deve existir um processo participativo no qual se reconhece as necessidades e que estabelece prioridades; e, de forma secundária, as ONGs devem possuir normas e ter uma capacidade de ação de intervenção ampla, de modo que seja possível uma interferência em “instituições convencionais de

distribuição de recursos” (Ibid. p.261).

Dessa forma, essas organizações precisam proporcionar novos meios com o objetivo de viabilizar diferentes perspectivas e alternativas para as mulheres. Concomitante a isso, a teórica afirma que é extremamente necessário pensar nos papéis das mulheres; essas devem ser vistas como atrizes que estão numa posição limitante devido à uma condição social, mas que possuem potencial, capacidade e qualidades. Portanto, as ONGs não devem tratá-las como “clientes carentes” e nem reproduzir “velhos papéis e restrições” (Ibid.).

De forma adicional, Kabeer ainda sugere que deveria haver métodos distintos em relação às ONGs que estimulem a organização de grupos – como coletivos e associações – e que fosse fomentado diferentes alternativas para a conscientização das mulheres. A autora explica que isso é fundamental para modificar o sistema de subordinação no qual essas estão inseridas. O empoderamento - imbricado com a conscientização – acarreta no rompimento da sujeição das mulheres, ocorrendo através do questionamento de concepções e valores que validam suas opressões. Nesse pensamento, portanto, as mulheres detêm a capacidade para atuar nessa transformação, sendo protagonistas em suas análises e estratégias.

Por fim, o último trabalho a ser analisado na conceitualização do termo, é o de Jo Rowlands (1997), intitulado “*Questioning Empowerment: working with women in Honduras*”. A obra foi uma tentativa de investigar como o empoderamento era empregado no contexto de organizações de mulheres para o desenvolvimento em Honduras.

Através do estudo de caso e de uma literatura de gênero e desenvolvimento, a autora buscou conceitualizar e traçar possibilidades de como o empoderamento poderia ser estimulado. O seu desejo com o livro é de “incentivar um uso mais preciso e explorar como um uso mais disciplinado do conceito de empoderamento pode fornecer uma ferramenta útil para ativismo, planejamento de gênero, planejamento de projeto e avaliação” (ROWLANDS, 1997, p. VI).

A teórica Jo Rowlands (1997, p. 14) afirma que “o empoderamento deve envolver a destruição de construções sociais negativas, para que as pessoas se vejam com capacidade e direito de agir e influenciar decisões”. Além disso, no início da obra em questão, a autora traz um modelo que demonstra que empoderamento é vivenciado em três dimensões, conforme a Figura 1 abaixo:

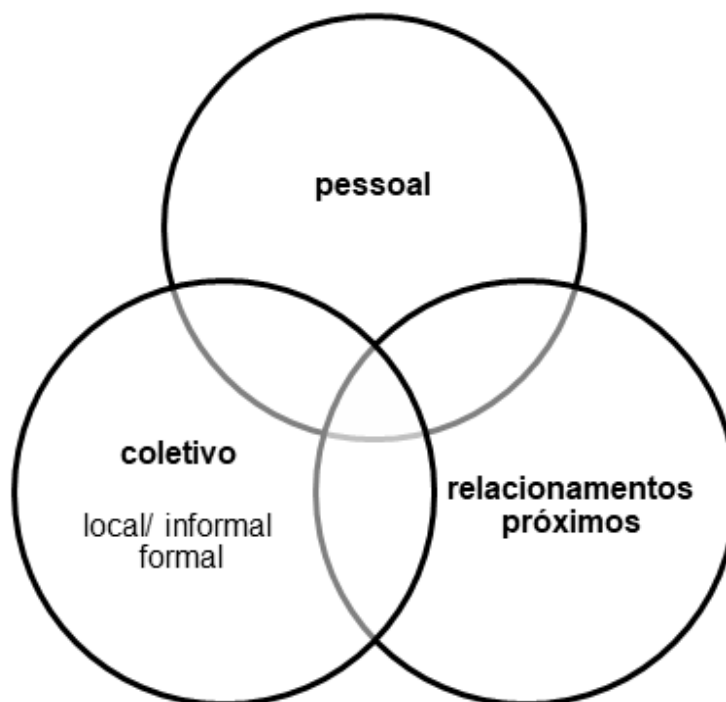


Figura 1: As três dimensões do empoderamento.

Fonte: ROWLANDS, 1997, p. 14, tradução própria.

A dimensão pessoal diz respeito à segurança em si mesma e em se sentir capaz de forma individual; a relacional compreende a habilidade de acordar e de ser agente nos relacionamentos, ou seja, ter voz e participar na tomada de decisões; e, por último, a coletiva, refere-se à dimensão na qual os indivíduos agem de forma conjunta para obter um resultado mais expressivo, tanto através do sistema tradicional político quanto em associações/cooperativas/coletivos que não estejam nos moldes da competição. Ademais, essa atuação coletiva pode ser micro, como um bairro; ter um caráter mais formal e uma abrangência nacional; ou, ainda, atuar nos “procedimentos formais das Nações Unidas” (ROWLANDS, 1997, p. 15).

Entretanto, no decorrer do livro, o qual a autora buscou realizar um estudo científico de cunho empírico por meio de entrevistas sobre o empoderamento em Honduras, Rowlands relata que o modelo retratado acima era simplista e tinha carência de detalhes, não sendo capaz de ser utilizado para analisar as dinâmicas de poder, as relações das dimensões entre si e nem de representar a heterogeneidade dos processos de empoderamento.

A pesquisadora (1997, p.110) ilustra que esse modelo não conseguia abarcar,

por exemplo, como “o aumento da independência econômica pode contribuir para o aumento da autoconfiança individual; ou o aumento da autoconfiança individual pode contribuir para um aumento da independência econômica”. Portanto, Rowlands afirma que para identificar os componentes e sua relação, mostra-se crucial a presença de um modelo de projeto/propositivo mais dinâmico e flexível.

A partir disso, a teórica apresenta alguns “núcleos” que foram identificados durante a sua pesquisa. Primeiramente, no âmbito do empoderamento pessoal, Rowlands (1997, p. 111-112) notou que as mulheres entrevistadas utilizavam com frequência expressões como “dignidade”, “autoestima”, “autoconfiança”, “segurança em si”, “senso de agência”, “ser um indivíduo que pode interagir com o ambiente e fazer as coisas acontecerem”, “ter direito a ser respeitada”. Além disso, observou-se também um desejo de ser pertencente e participante do contexto social e cultural no qual estão inseridas.

A teórica traz ainda que os obstáculos enfrentados pelas mulheres para o empoderamento são relacionados com o próprio sistema no qual estão inseridas, tanto por uma questão econômica desfavorecida quanto à internalização do que é ser mulher. Contudo, “cada mulher experimenta o processo de maneira individual, relacionada à sua própria história, circunstâncias e ações” (ROWLANDS, 1997, p.114).

Já no núcleo do empoderamento coletivo, notou-se que existe uma relação de dependência com a dimensão anterior; o empoderamento individual deve existir antes, como também pode ocorrer uma retroalimentação das dimensões de forma circular. Além disso, percebeu-se que elementos como “auto-organização” e o “gerenciamento” foram cruciais para o empoderamento. Observou-se que na maioria dos projetos/programas que não houve preocupação com a auto-organização e a gestão, ocorreu uma crise devido à intervenções externas, através de políticas ou do corte de ajuda de outros de fora do grupo. Ademais, uma das consequências desse tipo de empoderamento é a capacidade para fazer acordos e dialogar com outras associações e instituições/secretarias/órgãos oficiais. Dessa forma, isso também aumenta a possibilidade de conseguir “financiamento, conhecimento e equipamento” (Ibid., p.119).

Por último, constatou-se nessa pesquisa que o núcleo do empoderamento nas relações próximas estava vinculado com “autoestima”, “autoconfiança”, “senso de agência” e “comunicação”, bem como com as “habilidades do indivíduo para

negociar, comunicar e defender seus direitos” (Ibid., p.). Percebeu-se também que quando o companheiro incentivava e se mostrava aberto ao diálogo, isso gerava, para as mulheres, um sentimento de empoderamento na relação. As transformações foram notadas principalmente em assuntos mais íntimos como “renda, fertilidade, uso do tempo e capacidade para participar das reuniões” (Ibid., p.121).

Por outro lado, a autora reparou que os constrangimentos com relação a esse empoderamento estavam associados ao machismo e à masculinidade, em situações relacionadas ao feminicídio, violência em todos os seus âmbitos, dependência econômica e presença de vícios - alcoolismo e outras substâncias.

Jo Rowlands conclui o estudo sobre o modelo, afirmando que esses núcleos descritos acima não correspondem ao empoderamento. Nas palavras da autora (1997, p.127, tradução própria):

o empoderamento não pode ser simplesmente equiparado a autoconfiança e dignidade; é também o que acontece como resultado de ter autoconfiança e dignidade. Daí a necessidade de “um senso de agência” como um elemento essencial do empoderamento pessoal ou coletivo. Os processos de empoderamento são dinâmicos e as três dimensões de empoderamento sugeridas no modelo estão intimamente ligadas: mudanças positivas em uma dimensão podem incentivar mudanças na mesma dimensão ou em outra. Fatores que incentivam o empoderamento podem ser reforçados e estão se fortalecendo; fatores e obstáculos inibidores podem ser mitigados e superados, servindo assim para incentivar e afirmar o empoderamento.

Seguindo essa lógica, a teórica elabora que as diferentes facetas do empoderamento podem ser destrinchadas em três conjuntos: contextual/ material, quando se relaciona ao ambiente; estrutural, quando abarca o caráter das atividades desempenhadas; e, por último, psicológico, quando implica na autocompreensão da opressão sentida de forma particular e da tentativa de sua superação. Segundo Rowlands, esse último processo parece ser o principal ponto no decurso do empoderamento.

Portanto, no âmbito do gênero e desenvolvimento, o empoderamento assume a natureza de um processo e não de um fim, possuindo um caráter flexível e possível de ser alterado de acordo com o contexto em questão. Para a autora, isso significa que ele depende do momento histórico e econômico; da posição geográfica; e, de fatores culturais e étnicos. Também, sujeita-se às particularidades individuais nas quais o indivíduo vivenciou/vivencia. E por fim, esse processo também é moldado a partir das opressões sociais de gênero.

De forma complementar, para as agências de desenvolvimento obterem uma ferramenta de análise sobre o empoderamento no contexto desejado, pode-se, por exemplo, aplicar um questionário com dois propósitos: conhecer os elementos centrais para o processo e entender quais seriam os fatores que estimulam e os que são limitantes. O objetivo geral de elaborar perguntas é identificar “as áreas de ação” que dariam suporte ao processo de empoderamento, tanto a nível pessoal quanto coletivo. Contudo, Rowlands afirma que é necessário prestar atenção ao realizar as perguntas, principalmente para não ocorrer preconceitos e isso exige uma atenção extra à sua elaboração.

Nesse sentido, a metodologia a ser empregada - tantos nos questionários quanto na prática do processo do empoderamento - requer respeito às mulheres. Isso significa que não se deve “sugerir um curso de ação que mudaria uma forma cultural existente (...), mesmo quando essa forma inclui comportamentos flagrantemente opressivos, pelo fato de ser uma interferência na integridade cultural” (ROWLANDS, 1997, p. 134).

Portanto, as mulheres devem ser livres em suas escolhas e ações; a grande questão que precisa ser trabalhada é a “opressão internalizada” que, muitas vezes, as impedem de enxergar outras possibilidades. Para tanto, o método deve ser didático e que possibilite uma autoanálise, identificação e compreensão, mas sempre entendendo que não existe uma fórmula para aplicar em todas as circunstâncias.

Quanto às organizações e agências de desenvolvimento que têm interesse em apoiar esses procedimentos realizados por ONGs e grupos locais feministas, o suporte deve ter um caráter de solidariedade, estabelecendo uma relação de aliança e não de atuação direta. Isso, porque, segundo Rowlands (Ibid., p. 137), “os processos de empoderamento podem levar muitos anos e podem exigir uma abordagem aberta, com resultados imprevisíveis e inconclusivos” e que “a adoção de uma abordagem de empoderamento envolve as próprias mulheres definindo a agenda e gerenciando o ritmo da mudança”.

Nessa lógica, para a teórica, isso pode representar uma dificuldade em obter recursos e fica claro que a reeducação dos parceiros é um elemento fundamental para a compreensão de que uma resposta positiva no processo de empoderamento, não necessariamente significa tangível. Portanto, essas organizações devem estar conscientes de que o processo de empoderamento pode levar um tempo maior do

esperado, além de abdicar do controle sobre o procedimento.

Por fim, outro aspecto que também deve ser trabalhado e reeducado para que o processo de empoderamento³⁵ seja positivo diz respeito aos homens. A autora (Ibid., p. 131) notou em seu estudo que os homens têm um papel fundamental nas relações de empoderamento pessoal, já que algumas mulheres precisavam enfrentar “o condicionamento de gênero e as relações de poder na decisão de sair do lar para o envolvimento em grupo”.

Essas mulheres tiveram que entrar em contato de forma mais explícita com a opressão internalizada, visto que sua sujeição poderia vir através da violência ou da dependência financeira. Entretanto, existiam de forma oposta, relações nas quais as mulheres obtinham apoio de seus parceiros e dos homens de sua família.

Jo Rowlands (1997, p. 132, tradução própria) salienta que existem muitas formas nas quais as mulheres podem se empoderar de forma pessoal, mas

se ela continuar a assumir toda a responsabilidade pelas tarefas domésticas, incluindo cuidar das crianças, ao mesmo tempo, seu “empoderamento” na verdade aumentará a sua carga. Em alguns casos, (...) a mulher costuma resolver o problema devolvendo parte do trabalho a outra mulher.

Assim sendo, o trabalho a ser desempenhado com os homens também se relaciona com a conscientização para que haja um engajamento na transformação social. Isso implica que seja realizada uma modificação em todas “as dimensões identificadas anteriormente em relação aos processos de empoderamento”. Como, por exemplo, só o fato dos homens utilizarem menos o “poder sobre” as mulheres em qualquer esfera social, já resulta na diminuição de alguns constrangimentos sentidos por estas e possibilita a construção de um meio social no qual se faz possível fazer o uso de outras formas de poder (ROWLANDS, 1997, p.132).

Para finalizar o debate trazido por Rowlands, faz-se necessário destacar que a abordagem do empoderamento se difere da abordagem da eficiência, haja vista que são as próprias mulheres que estão encarregadas de si mesmas: identificam, analisam, procuram soluções e tomam decisões. Como foi dito anteriormente, não cabe a nenhuma organização não governamental internacional ou governamental protagonizar ou decidir por elas.

³⁵ Jo Rowlands (1997) frisa que o empoderamento é uma questão de gênero, raça, classe, etc. Isso varia conforme as identidades e variáveis do contexto em específico.

Assim, utilizando-se das principais literaturas, essa subseção buscou trazer os principais conceitos teóricos e estudos sobre o empoderamento da perspectiva do desenvolvimento feminista. Como foi visto, existe uma convergência de pensamentos entre as autoras, principalmente ao frisarem a importância da atuação das mulheres como protagonistas de suas próprias vidas – escolhas, pensamentos, decisões e organizações – e, por isso, o empoderamento não é algo a ser dado, devendo vir através da autoconscientização. Ademais, o termo possui uma relação direta com a busca da transformação real das estruturas sociais de poder vigentes, referindo-se a uma transformação pessoal e coletiva.

À vista de entender a problematização e os objetivos desta pesquisa, a próxima subseção abordará brevemente a leitura crítica de como o conceito foi absorvido e empregado nas agências e organizações desenvolvimento nos anos 1990.

2.2.2 Gênero, desenvolvimento e empoderamento no contexto dos anos 1990: críticas sobre sua instrumentalização institucional.

Como foi discutido nos parágrafos anteriores, a abordagem do empoderamento emergiu através dos grupos de feministas do Terceiro Mundo, frequentemente inseridas no viés do GAD. Além de teóricas, as feministas estavam articuladas em movimentos internacionais, acarretando na propagação do termo em diversos espaços.

Isso foi visto principalmente na IV Conferência Mundial sobre Mulheres³⁶ realizada pela ONU, em 1995 na cidade de Pequim. Esse encontro foi o mais importante na temática e reuniu um grande contingente de feministas, como também introduziu o termo “gênero” e o “empoderamento” na instituição (VIOTTI, 1995). Essas novas terminologias foram aceitas com certo entusiasmo pelos atores estatais que logo aderiram ao bordão do empoderamento (BATLIWALA, 2010).

Dessa forma, verificou-se que, a partir dos anos 1990, o “empoderamento se tornou um mantra para praticantes e teóricos do desenvolvimento – o ‘bem’ inquestionável aspirado por instituições tão diversas como o Banco Mundial, a Oxfam e as organizações não-governamentais mais radicais” (RAI *et al*, 2007, p. 01). Essa contradição ocorre justamente pelo êxito preliminar da verdadeira abordagem

³⁶ Como foi dito no início do capítulo, a menção à ONU é feita de forma simplista apenas para fins de contextualização, pois o capítulo seguinte versará sobre a organização detalhadamente.

do empoderamento (BATLIWALA, 2010).

Segundo Batliwala (2010, p. 113), “não é de surpreender, portanto, que o ‘empoderamento’ (...) logo se tornou um chavão da moda e amplamente usado. A nítida perspectiva política da qual surgiu, emergiu difusa e diluída”. Com o termo sendo utilizado de forma abrangente e como algo “na moda”, muitas agências que buscavam por fundos absorveram em seus projetos frases como “empoderamento de mulheres” para obter recursos financeiros, mas sem, de fato, incorporar os conceitos da abordagem em questão (ROWLANDS, 1998).

Batliwala (2010, p.116) exemplifica no contexto indiano uma situação complementar, na qual as agências financiadoras logo abarcaram em seu léxico de terminologias o empoderamento e espalharam para ONGs e organizações de mulheres que tiveram que alterar inúmeras especificidades de seus projetos: “foram obrigadas a mudar seu idioma, senão suas estratégias, para se ajustarem ao novo mantra do empoderamento”.

Portanto, o avanço do termo bem como a sua reprodução ocorreu de forma retroalimentada. Se, por um lado as agências financiadoras incorporaram essa terminologia para organizações voltadas para o desenvolvimento de mulheres, por outro, também houve a absorção do termo por estas organizações para conseguirem recursos em seus projetos. Isso resultou em um esvaziamento do conteúdo transformador do termo.

Por conseguinte, por mais que as agências, organizações e atores do desenvolvimento trocassem seus rótulos WID, WAD ou GAD pelo “empoderamento”, isso não necessariamente implicava em uma preocupação com a conceitualização e a metodologia transformadora da abordagem (BATLIWALA, 2010). A narrativa que perdurou nesses ambientes era pautada na lógica de “poder sobre”, ou seja, de concessão de poder e, portanto, podendo ser retirado. Além disso, as mulheres deveriam “ser levadas ao desenvolvimento” e seriam “capacitadas” para se inserirem nesses espaços (ROWLANDS, 1998).

Para Andrea Cornwall (2018, s/p) essa “versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais” pode ser definida como “empoderamento *light*”. Essa visão reproduz a mesma lógica da WID, na qual as mulheres são instrumentalizadas para atingir o avanço econômico; assim, o empoderamento seria um novo termo, mas ainda representaria uma ferramenta para alcançar um fim

(ROWLANDS, 1998). Seguindo essa lógica, foi visto uma substituição de frases como “bem-estar das mulheres” e “elevação das mulheres” por “empoderamento feminino” (BATLIWALA, 2010).

Isso é manifestado através de uma linguagem que coloca “as mulheres como um bem precioso de desenvolvimento, a boa mãe conscienciosa, diligente e voltada para a comunidade cujo empoderamento pode ‘elevar’ sua família, comunidade e país a sair da pobreza” (CORNWALL, 2018, s/p). A exemplo disso, Batliwala (2010) cita o caso indiano, onde no anos 1990 vários setores estatais - principalmente burocratas - apoiaram ONGs e grupos do empoderamento, porque havia uma percepção de que essa abordagem levaria à melhores índices de desenvolvimento e a saída de algumas regiões da linha da pobreza.

Segundo Cornwall (2018, s/p, tradução própria), o empoderamento *light* assegura um conjunto de benefícios ao desenvolvimento, como uma

melhor saúde infantil, melhor governança, melhores resultados econômicos, o santo graal do crescimento. As mulheres se tornam um meio de assegurar esses resultados, instrumentalizados para ‘suprir’ o desenvolvimento.

Ao determinarem a “equidade de gênero” através do empoderamento feminino, mensurado “de acordo com seu nível de acesso ao mercado”, essas instituições também acabaram invisibilizando atividades informais que são realizadas pelas mulheres que são igualmente importantes para a economia internacional (GRIFFIN, 2010, p. 224-225).

A avaliação feita por essas instituições é realizada principalmente através de medidores quantitativos, tais como *rankings*, índices, coeficientes (PETERSON, 2010). Dessa forma, o foco nas questões sociais por parte das organizações de desenvolvimento somente é realizado quando existe a possibilidade de alterar marcadores quantitativos, em uma tentativa de possibilitar o aumento das capacidades do mercado (GRIFFIN, 2010).

Esse viés da igualdade de gênero utilizado pelas instituições financeiras internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, por exemplo, é percebido como um eixo que pode ser removido ou adicionado com base na eficiência do mercado. Essas políticas e compromissos com a redução da desigualdade de gênero é feita mediante otimização de crédito, consultas e produtos que essas instituições oferecem (GRIFFIN, 2009).

Além disso, para Rita Segato, há um “fracasso das estratégias de gênero de prestigiosos programas de cooperação internacional”. Segundo a autora, isso ocorre devido à aplicação de uma perspectiva eurocêntrica e universalizante da noção gênero, ou seja, os programas falham em adotar “categorias próprias” de acordo com o contexto no qual o projeto é elaborado. Nota-se que esses programas/projetos têm “dificuldade de perceber a especificidade do gênero nos ambientes comunitários de sua atuação” (SEGATO, 2012, p. 124).

Somado a isso, por vezes é utilizado por essas agências o conceito da “mulher econômica racional”, principalmente para inserir o sexo feminino no discurso do crescimento e da eficiência, em especial aquelas que estão no ambiente agrícola e/ou no comércio local (RANKIN, 2001). A mulher, nesta lógica, não é “projetada para desafiar as associações naturalizadas e des-historicizadas” (GRIFFIN, 2009, p.76). O objetivo desse aporte é facilitar o acesso ao microcrédito para que essas mulheres consigam se tornar eficientes no modelo vigente econômico, ou seja, a visão da “mulher econômica racional” também desconsidera o trabalho doméstico ou informal como atividade econômica. Além disso, promove o acesso ao microcrédito feminino por suposições estereotipadas de gênero; nessa lógica, as mulheres são responsáveis e confiáveis justamente por estarem encarregadas de realizarem as atividades domésticas e o cuidado de outrem, ou seja, dificilmente irão assumir riscos. E que, portanto, não altera o pensamento desenvolvimentista tradicional (GRIFFIN, 2009).

Como é elucidado de forma bastante clara por Cornwall (2018, s/p, tradução própria),

vemos o recrutamento das descobertas feministas para a recriação didática de fábulas feministas que inscrevem e reinscrevem de diferentes formas em todo mundo a “mulher empoderada” como economicamente autônoma. Ficções numéricas evocativas – as mulheres fazem 70% do trabalho do mundo, as mulheres possuem 1% da propriedade do mundo – são mobilizadas em favor de argumentos para a igualdade em que apenas a feminista mais corajosa se atreve a resistir em aceitar. Tais números, e os argumentos a eles associados, tornam-se ficções que circularam, assumindo vida própria à medida que passam do site para o relatório, para os discursos e para as políticas. Investir em mulheres, nos é dito repetidas vezes, é o melhor investimento que as agências de desenvolvimento podem fazer.

Portanto, percebe-se que a abordagem do empoderamento se perde, saindo

“do domínio das mudanças sociais e sistêmicas” e sendo convertida “para o domínio individual” (BATLIWALA, 2010, p.119). O estímulo desse empoderamento *light* dentro da esfera mercadológica ocorre através da aquisição material e do poder individual (BATLIWALA, 2010; CORNWALL, 2018).

Por fim, pretendeu-se com essa subseção explicar algumas críticas feministas de como o termo foi absorvido e empregado por agências, instituições e organizações de um modo geral. Observou-se que a origem do termo é esquecida e o componente radical é banalizado pela instrumentalização institucional. Na narrativa *mainstream* o desenvolvimento das mulheres, a igualdade de gênero e o empoderamento surgem às vezes como sinônimos, perdidos em seus significados iniciais e cheios de bordões sedutores.

Contudo, o seu interior ainda objetivava instrumentalizar mulheres a fim de se obter uma melhora nos índices de desenvolvimento do país ou região. Como foi visto ao longo do capítulo, essas instituições e agências convencionais se moldaram ao que era novo e que estava em voga no cenário à época.

De uma forma geral, o presente capítulo buscou trazer as principais discussões do desenvolvimento, gênero e empoderamento. Foi abordado brevemente que mesmo antes da inserção das mulheres na disciplina nos anos 1970, essas já faziam parte dos processos de desenvolvimento, principalmente nos países que lutavam por independência.

Intentou-se demonstrar quais foram os aportes feministas do desenvolvimento, seus objetivos, suas bases ideológicas e suas diferenças. Observou-se que as abordagens do GAD e do empoderamento surgiram como uma crítica às linhas anteriores: as feministas desse grupo almejavam uma mudança na estrutura de social dos papéis de gênero, classe e raça.

Percebeu-se também que a grande parte das feministas do GAD eram oriundas de países do Terceiro Mundo e que estavam apoiadas em teorias pós-coloniais. Essas mulheres buscavam a transformação através da abordagem do empoderamento no gênero e desenvolvimento, indo além da lógica econômica e da simples inserção das mulheres no campo.

3 A construção institucional da agenda de Gênero e Desenvolvimento na Organização das Nações Unidas: dos encontros à institucionalização

Este capítulo versará a respeito do papel desempenhado pela ONU quanto à agenda "Gênero e Desenvolvimento". Assim, abordará os principais fóruns, críticas, temáticas, contribuições e conquistas. Para tanto, de forma inicial será abordado brevemente o preâmbulo institucional para a realização da I Conferência Mundial da Mulher. Na primeira seção, tratar-se-á das conferências fundamentais sobre os direitos das mulheres, de 1975 a 1995 e, na segunda, será discutido sobre o contexto pós anos 1990 na instituição, buscando analisar quais foram os principais desafios e metas dessa agenda.

Primeiramente, cabe lembrar que a ONU foi fundada oficialmente por cinquenta países através da Carta das Nações Unidas em São Francisco, nos Estados Unidos no ano 1945 (HISTORY [...], UN, 2020, s/p). A organização foi criada com o objetivo geral de obter a paz, além de buscar

salvar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que duas vezes em nossa vida trouxe tristeza incalculável à humanidade; e reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, nos direitos iguais de homens e mulheres e de nações grandes e pequenas; e estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes de tratados e outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e; promover o progresso social e melhores padrões de vida em maior liberdade (PREAMBLE, Charter of The United Nations, 1945, s/p).

Para tanto, a ONU estabeleceu na Carta a criação de órgãos como o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Entretanto, a instituição não excluiu a possibilidade de criar outros órgãos subsidiários que se mostrassem necessários para o cumprimento dos objetivos (ARTICLE 7, Charter of The United Nations, 1945, s/p).

Irene Tinker (2004, p. XVI) elucida que “as mulheres e seus direitos foram poucos discutidos” na Carta e que o acréscimo dos direitos iguais para homens e mulheres foram feitos por algumas delegadas que estavam presentes. E, no ano seguinte, através de um *lobby* realizado por mulheres – sobretudo por latino-americanas que já haviam realizado conquistas no âmbito da Organização dos

Estados Americanos (OEA) ³⁷ – houve uma campanha para que os seus direitos fossem abordados na instituição.

Como resultado, ainda em 1946, o ECOSOC³⁸ decidiu fundar um “subcomitê de mulheres para os Direitos Humanos” e, no ano seguinte, a Comissão sobre o Status das Mulheres (CSW) tomou forma e se tornou um órgão independente. Em seus primeiros anos de trabalho, a comissão enfatizou a importância dos direitos das mulheres a sua educação (Ibid.).

Dessa forma, notou-se que de 1947 até 1962, a CSW atuou na criação e alteração de conceitos para encontros internacionais. Além disso, teve papel crucial na formulação e na inclusão de terminologias mais igualitárias na redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Aqui, a CSW questionou que o termo “homem” ³⁹ não deve ser sinônimo de “humanidade” (A BRIEF [...], 2020, s/p).

Por exemplo, a delegada indiana Vijaya Lakshmi Pandit, argumentou durante o Terceiro Comitê da Assembleia Geral⁴⁰ pela importância da não discriminação de sexos e ênfase do termo “mulheres” na Declaração, bem como se opôs fortemente sobre o domínio colonial que rejeitava os direitos humanos (WOMEN WHO [...], 2020, s/p).

Outros diversos pontos foram abordados nas Assembleias Gerais pela CSW, como por exemplo, “direitos das mulheres relacionados à cidadania, emprego e direito da família” (TINKER, 2004, p. XVI). À vista disso, a comissão elaborou as primeiras convenções que admitiam e buscavam defender os direitos das mulheres na esfera internacional. Ademais, a CSW atuou em outros departamentos, como por exemplo, na Convenção de 1951 da Organização Internacional do Trabalho onde debateu “sobre remuneração igual para homens e mulheres” (A BRIEF [...], 2020, s/p).

³⁷ Em 1923, diversas mulheres que não estavam inseridas na OEA foram para a V Conferência dos Estados Americanos, buscando fomentar o debate sobre o sufrágio feminino. Cinco anos depois, essas mulheres, organizadas, lograram a criação da Comissão Interamericana das Mulheres (CIM). (BRIEF HISTORY [...], 2020, s/p).

³⁸ O ECOSOC desde de sua criação é voltado para com os assuntos “econômicos, sociais, culturais e de saúde” e se mantém no campo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Além disso, é um órgão bastante independente que, por exemplo, tem o poder de convocar conferências internacionais sobre assuntos de sua competência, de elaborar estudos e relatórios e de recomendar tópicos a serem discutidos na Assembleia Geral (ARTICLE 62; ARTICLE 66, Charter of The United Nations, 1945, s/p).

³⁹ Antes da terminologia “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, usou-se “Declaração Universal dos Direitos do Homem”.

⁴⁰ A Assembleia Geral é um órgão com função deliberativa no qual cada Estado tem direito a um voto. Nessa instância, os países que são membros da ONU se reúnem para debater questões e tópicos presentes na Carta ou nos demais órgãos (CHAPTER IV, Charter of The United Nations, 1945).

Ainda nos 1950, com o aumento do número dos países independentes se inserindo na organização, houve uma demanda para que a ONU realizasse maiores discussões sobre o desenvolvimento (TINKER, 2004). Em consequência disso, aconteceu a I Década de Desenvolvimento, de 1960 a 1970.

Segundo o Secretário Geral da ONU, U Thant, a abertura da década foi o primeiro passo para o entendimento dos “reais objetivos do desenvolvimento e a natureza do processo”. Em suas palavras:

Estamos aprendendo que o desenvolvimento diz respeito não apenas às necessidades materiais do homem, mas também à melhoria das condições sociais de sua vida e de suas amplas aspirações humanas. Desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, é crescimento mais mudança (1ST DEVELOPMENT DECADE, 2020, s/p).

Ainda para o secretário, era um momento em que se objetivava que cada país “subdesenvolvido” crescesse de forma considerável no âmbito econômico. Para a organização, a meta era uma renda agregada nacional que equivalesse a 5% no final da década. Ademais, apesar de reconhecer que algumas discussões havia ganhado espaço, como “a demarcação dos setores públicos e privado na vida econômica, desenvolvimento agrícola *versus* desenvolvimento industrial e educação *versus* treinamento vocacional”, elas não eram fundamentais para resolver os problemas de desenvolvimento (UNITED NATIONS, 1962, p. VI).

A I Década de Desenvolvimento realizada pela ONU (1960-1970) ignorou a presença de mulheres no campo, bem como, desprezou sua relevância e aumentou a desigualdade econômica. Em contrapartida, Gloria Scott⁴¹, em 1972, começou a lutar para que houvesse uma inserção das mulheres no desenvolvimento e, além disso, o ECOSOC solicitou que houvesse uma dedicação maior quanto às consequências socioeconômicas nos projetos (TINKER, 2004).

Este esforço foi para que houvesse um encontro de especialistas para discutir o vínculo do desenvolvimento com as mulheres e despertar a atenção da CSW para a temática. A encarregada de redigir a reunião, e que também fazia parte do Comitê

⁴¹ Gloria Scott, socióloga e economista pela *London School of Economics*, foi chefe do departamento de planejamento social da Organização das Nações Unidas em 1966 e organizou “seminários regionais preparatórios para a Primeira Conferência Mundial da ONU sobre Mulheres em 1975”. Dois anos depois, em 1977, Scott entrou para o Banco Mundial com o cargo de consultora para “mulheres em desenvolvimento” – função criada após a Conferência no intuito de prosseguir no estudo “de como as mulheres afetam e eram afetadas por projetos e políticas financiados pelo banco” (FRASER; TINKER, 2004, p. 14).

de Planejamento de Desenvolvimento da ONU, foi a pesquisadora Ester Boserup, autora do livro *Woman's Role in Economic Development* (Ibid.).

3.1 Conferências Mundiais da Mulher na ONU (1970-1995): agendas, debates e limites.

Como vimos no capítulo anterior, a obra de Boserup inaugurou a discussão teórica sobre o feminismo e o desenvolvimento. No campo prático, isso não foi tão diferente; nos anos 1970, observou-se a extensa atuação teórica e a presença das mulheres dos movimentos WID e WAD para tornar o sexo feminino visível no sistema de desenvolvimento internacional e, principalmente na ONU. Assim, esta seção discutirá as principais temáticas abordadas no contexto da instituição sobre gênero e desenvolvimento.

Nesse sentido, uma conquista relevante foi a I Conferência Mundial da Mulher ocorrida na ONU, realizada graças a um esforço conjunto de mulheres, pesquisadoras e de ONGs que tinham caráter consultivo na ONU – a atuação principal foi a do grupo *Women's International Democratic Federation (WIDF)*⁴² (CHEN, 1995). Ademais, observou-se que, apesar das diferenças entre os movimentos feministas presentes na conferência, existia uma expectativa de que houvesse solidariedade entre os grupos e, como consequência, houve um depósito de esperanças naquele encontro (CONNELLY *et al*, 2000).

Realizado no México em 1975, ele teve como mote “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”: a igualdade foi trazida à discussão com base em atividades já realizadas da CSW já o desenvolvimento e paz foram acrescentados pela Assembleia Geral na tentativa de provocar novos debates (TINKER, 2004). O diálogo se pautou, de forma sucinta, na erradicação da discriminação contra as mulheres, bem como seu progresso na esfera social. Declarou-se, conjuntamente, que o ano em questão seria o I Ano Internacional da Mulher (CONFERÊNCIAS [...], 2019, s/p).

O tópico mais discutido na conferência foi o da igualdade, principalmente em termos de direitos – divórcio, ao voto, a guarda dos filhos, propriedade, etc. – e,

⁴² A WIDF foi fundada em Paris em 1945 por 40 mulheres que buscavam evitar novos conflitos e reivindicavam direitos para as mulheres e crianças. Em 1951, a sua sede se mudou para Berlim Oriental, devido a protestos contrários ao "envio de soldados franceses ao Vietnã e a distribuição de um relatório especial sobre crimes de guerra americanos na Coréia". Entre 1970 e 80, o movimento chegou a ter mais de 100 países como membros (GRADSKOVA, 2020, p.271).

como resultado, os Estados presentes se comprometeram em construir escritórios e políticas para as mulheres. Outros questionamentos surgiram no encontro, inclusive sobre assuntos que causavam divergência de opiniões, como “a reestruturação do sistema econômico internacional, determinação do destino dos palestinos e desmantelamento do *apartheid*” (TINKER, 2004, p. XXII-XXIII).

Nesta instância foi aprovado o projeto de ação⁴³ que orientou medidas para os governos e plataformas internacionais de 1976 a 1985 (CONFERÊNCIAS [...], 2019). No que concerne o plano de ação, algumas feministas proferiram críticas, comparando-o com uma “lista de compras”, muito genérico e sem elucidar as reais causas da desigualdade que as mulheres enfrentavam (CHEN, 1995). Similarmente, na conferência, criou-se o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Progresso da Mulher (INSTRAW), com o objetivo de propulsionar e organizar estudos sobre as mulheres em âmbito global; também, o Fundo para Mulheres – mais tarde conhecido como UNIFEM – que buscou arrecadar fundos com o intuito de doá-los às mulheres (TINKER, 2004).

No ano seguinte, em 1976, ocorreu uma reunião no *Wellesley College* nos Estados Unidos com o intuito de debater sobre mulheres e desenvolvimento. A partir desse momento, as feministas do Terceiro Mundo começaram a perceber nuances entre as mulheres do Sul⁴⁴ e as do Norte e, no final, constataram que havia um predomínio de tópicos e compromissos, os quais beneficiavam as mulheres ocidentais. Logo iniciaram uma série de questionamentos, problematizando como as pesquisas feitas por (e para) feministas do Norte afetam e transformam a vida das mulheres do Sul (CONNELLY *et al*, 2000).

Em vista disso, “pesquisadores e ativistas voltaram-se cada vez mais a sua atenção para os problemas e preocupações específicos de suas regiões”, dedicando-se a observar como são “os impactos de raça, colonialismo e desigualdades globais nas mulheres”. Para tanto, as feministas do Terceiro Mundo atuaram juntamente com outras minorias do Norte, teóricos da dependência e feministas marxistas para reverter esta agenda excludente ocidental que dominava

⁴³ No plano, a ênfase foi dada na igualdade de gênero e eliminação da discriminação das mulheres, na atuação feminina, no desenvolvimento e na paz (CONFERÊNCIAS [...], 2019).

⁴⁴ Essa distinção Norte x Sul ficou mais conhecida a partir de 1980, por meio de um relatório da “*Independent Commission on International Issues*”. Essa conceitualização não equivale, especificamente, à geografia: existem países que estão no norte, mas não possuem tantas semelhanças – políticas e econômicas – com os países industrializados e vice-versa. Segundo alguns teóricos, essa divisão representa “a reestruturação global e as mudanças que estão ocorrendo na economia global” (REDDOCK, 2000, p. 29).

nos órgãos internacionais (Ibid., p. 91).

Estes grupos expuseram que as nações do Sul não são homogêneas em termos políticos, econômicos e culturais, assim como as relações sociais dentro dos Estados não são as mesmas, incluindo as de gênero. Desta maneira, ao colocar as mulheres terceiro-mundistas como iguais, as visões hegemônicas⁴⁵ universais do campo de desenvolvimento da época trouxeram complicações singulares a essas mulheres do Sul (BARRITEAU, 2000).

Somado a essa questão, esses movimentos críticos manifestaram que a pesquisa de desenvolvimento deveria adotar um ponto de vista “engendrado” das relações humanas e, especialmente, dar ênfase nas relações desiguais de gênero. Deveria-se reconhecer que “as mulheres atravessam a encruzilhada da reprodução e produção. Elas são o elo entre o desenvolvimento humano e econômico, as trabalhadoras primárias nas esferas privada e pública”, implicando na importância de se analisar a esfera privada e as relações desiguais que a permeiam (Ibid., p. 168).

Como resultado dos questionamentos e de uma maior organização dos movimentos feministas, a partir de 1975 o número de ONGs de caráter consultivo junto à ONU cresceu e a sua orientação também mudou. Antes, a maioria das organizações era originária dos Estados Unidos da América e países da Europa, são exemplos: *The Associated Country Women of the World*, *The World Association of Girl Guides and Girl Scouts*, *World Young Women’s Christian Association* e *Zonta International* (CHEN, 1995).

Já no ano de 1980 foi realizada a II Conferência Mundial da Mulher – “Educação, Emprego e Saúde” – em Copenhague. Contudo, este encontro foi marcado por fortes tensões políticas que estavam ocorrendo no cenário internacional. A princípio, a conferência seria realizada na cidade de Teerã, mas a súbita transição do governo iraniano, em 1979, levou à intensas apreensões no Oriente Médio, e as discussões sobre Israel⁴⁶ ficaram em voga, resultando na mudança do local que sediaría o evento. Apesar da alteração do local do encontro,

⁴⁵ Como foi visto anteriormente, no cenário pós Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos exerceram domínio intelectual, implicando também na escolha de temas e aportes que foram aplicados através de “bolsas de pesquisa, pesquisa e formulação de políticas relacionadas ao Sul” (BARRITEAU, 2000, p. 169).

⁴⁶ Houve um debate sobre a presença do termo “sionismo” no Plano de Ação, porque aparecia como algo para ser combatido junto com “imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, (...), racismo, discriminação racial, apartheid, hegemonismo e ocupação estrangeira, dominação e opressão”. No final, Estados Unidos, Israel, Canadá e Austrália votaram contra o Plano de Ação por conta disso (UNITED NATIONS, 1980, p. 194-197).

houve embates, protestos e discussões sobre os eventos internacionais. Como consequência, os Estados Unidos retiraram seu apoio financeiro à UNIFEM e à INSTRAW (TINKER, 2004).

Além disso, a comunidade internacional debateu novamente sobre a desigualdade de direitos que as mulheres se encontravam. Mas, desta vez, voltaram-se mais para as ausências destas em esferas decisórias, especialmente do baixo engajamento dos homens na causa da igualdade, bem como, houve uma “cobrança de mais participação das mulheres na produção das riquezas das sociedades” (CONFERÊNCIAS [...], 2019, s/p). Para tanto, indicou-se que fóruns regionais deveriam ser organizados para que houvesse uma maior atuação feminina. Também foi recomendado o aumento da renda das mulheres que vivem em áreas rurais através da introdução de tecnologias que pudessem reduzir o seu tempo (TINKER, 2004, p. XXV).

Somado a isso, grupos regionais, institutos de pesquisa, associações e movimentos internacionais de mulheres do Terceiro Mundo floresceram. Na América Latina e Caribe, mesmo com governos autoritários, foi realizada a primeira reunião do *Encuentro*, em 1981, na Colômbia, onde as mulheres deliberaram planos para atuar na região, assim como, determinaram que o *Encuentro*⁴⁷ acontecia bienalmente e em diferentes países da América Latina (WALKER, 2000). Esses encontros fomentaram diversas “redes intra-regionais que tratam de questões e identidades específicas, assim como coalizões de *advocacy* (ou promoção e defesa de direitos)” (ALVAREZ *et al*, 2003, p. 543). Os encontros regionais também foram vistos em outros locais, como na “China, Índia, Serra Leoa, Sudão, Uganda, Zâmbia e Zimbábue”, observou-se nesses espaços de reuniões, uma tendência a institucionalização de pesquisas sobre políticas de desenvolvimento e seus impactos em “mulheres, crianças e homens” (BARRITEAU, 2000, p. 164).

Outro exemplo conhecido e citado anteriormente é a DAWN. Criada em 1984 em Bangalore, o movimento conta com pesquisa e o ativismo de diferentes mulheres de locais distintos. O grupo entende que as estruturas globais econômicas e políticas, juntamente com o legado colonial, restringem as alternativas e ação para o

⁴⁷ O *Encuentro* resultou em um *boom* do movimento feminista latino-americano. As conferências seguintes, a de Lima (1983) e, principalmente, a realizada em São Paulo (1985) que contou com a participação de dez mil ativistas, fortaleceram a rede de mulheres. Nesses locais, estabeleceram diálogos sobre ações, direitos civis, igualdade, urbanização, entre outros temas específicos regionais (WALKER, 2000).

desenvolvimento. Por conseguinte, a DAWN se posiciona de forma crítica às políticas de aumento da inserção das mulheres no desenvolvimento, inclusive trazida pela Década das Nações Unidas para o Progresso da Mulher. Como elas elucidam:

Um exame crítico do grande volume de evidências empíricas acumuladas durante a década das Nações Unidas, bem como de nossas próprias experiências como pesquisadores e ativistas, agora nos leva a desafiar essas suposições. Esses estudos mostram que, em vez de melhorar, o status socioeconômico da grande maioria das mulheres do Terceiro Mundo piorou consideravelmente ao longo da década. Com poucas expectativas, o acesso relativo das mulheres a recursos econômicos, renda e emprego piorou, seus encargos de trabalho aumentaram e seu status relativo, e até absoluto de saúde, nutrição e educação diminuiu (SEN; GROWN, 1996, p. 15-16, tradução própria).

Para reverter esse cenário, a DAWN, logo após a sua criação preparou conferências nos cinco continentes a fim de somar entendimentos plurais sobre o desenvolvimento – assim como organizou ações para a Conferência da ONU em Nairóbi, em 1985. Essas atividades, presentes no Fórum de ONGs da Conferência, versavam sobre “os efeitos do desenvolvimento orientado para o crescimento, as crises econômicas, políticas e culturais e visões e métodos alternativos para os movimentos de mulheres”. Além disso, a DAWN ofereceu cursos sobre mídia, feminismo e socialismo. O somatório dessas práticas proporcionou uma ampla participação e discussão – mais de duas mil mulheres participaram dos seminários e arenas de debate da DAWN em Nairóbi –, renovando e trazendo questões pontuais sobre a temática de desenvolvimento e gênero (Ibid., p.11).

Este evento em questão foi a III Conferência Mundial sobre a Mulher que teve como título: “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”. Na preparação para a reunião, existiu, entre as feministas dos Estados Unidos, certa apreensão a respeito da delegação norte-americana não se apresentar, devido aos embates da conferência passada, mas Maureen Reagan – filha do então presidente à época – organizou e comandou a delegação do país (TINKER, 2004).

A representação de Maureen Reagan não significou que houvesse representatividade, de forma fiel, na luta por igualdade entre os sexos. As suas concepções estavam relacionadas às mulheres que dispunham de posições conservadoras e que gozavam estabilidade financeira. Em seu discurso, por exemplo, afirmou que “as mulheres dos Estados Unidos estão adiantadas em seu percurso rumo à emancipação” e que “todas as barreiras à igualdade política foram

há muito eliminadas””. Ainda segundo Reagan, os únicos problemas tangentes à desigualdade de gênero⁴⁸ e que eram enfrentados pelas mulheres estavam pautados nas “mulheres refugiadas, a integração das mulheres no processo de desenvolvimento, a alfabetização e a violência doméstica” (apud DAVIS, 2017, p. 101-102).

Angela Davis (Ibid., p.102), que também estava presente nessa reunião, questiona em sua obra essas falas. Segundo a autora, ao expor esses problemas como se fossem somente esses fatores, Reagan acabou excluindo a estrutura racista dos Estados Unidos, o desemprego e outras desigualdades econômicas, inclusive, as consequências da militarização do país, que afetavam a vida das mulheres. Contrapondo a fala da representante da delegação, algumas feministas se organizaram e apresentaram o documento *The Effects of Racism and Militarization on Women*⁴⁹.

Nesse encontro, constatou-se que apenas algumas medidas lançadas uma década atrás haviam sido realizadas. Em vista disso, disposições de natureza jurídica foram elaboradas para atingir a equidade social e política (CONFERÊNCIAS [...], 2019). Da mesma forma, ocorreram diversos seminários dentro da conferência que versaram sobre a relação do meio ambiente com as mulheres; debates sobre a questão das mulheres em áreas urbanas assentadas; e, exposições a respeito da temática populacional, na qual os governos dos países do Sul global declararam o “direito ao planejamento familiar” (TINKER, 2004, p. XXVI).

Neste mesmo encontro, criou-se o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) (CONFERÊNCIAS [...], 2019). Como foi posto anteriormente, o primeiro desenho institucional da UNIFEM ocorreu na I Conferência Mundial da Mulher e foi denominada de Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher. Mas só em 1985 que ele foi estabelecida de forma permanente e autônoma, como também conectada com o Programa das

⁴⁸ É importante salientar que o termo “gênero” só entrou na agenda da ONU na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995. Para a organização, essa mudança do termo foi um grande passo para que as dinâmicas entre homens e mulheres fossem reavaliadas e que a igualdade de gênero fosse reconhecida como benéfica para todos (CONFERÊNCIAS [...], 2019).

⁴⁹ Traduzido como: os efeitos do racismo e da militarização sobre as mulheres. Além deste relatório, essas mulheres também circularam uma petição para que os Estados Unidos assinassem a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Declaração sobre a Participação da Mulher na Promoção da Paz e da Cooperação Internacionais. Solicitaram, igualmente, para que houvesse uma redução dos investimentos em questões militares (DAVIS, 2017, p. 101-102).

Nações Unidas para o Desenvolvimento⁵⁰ (PNUD).

Esse fundo provém auxílio financeiro e técnico objetivando a segurança financeira e de direitos da mulher; erradicação da violência de gênero; contenção de HIV e AIDS entre o sexo feminino; e, a “igualdade de gênero na governança democrática em tempos de guerra e paz”. Nesse sentido, a UNIFEM incentiva operações com caráter inovador que possam contribuir para a melhoria da vida das mulheres; atua de forma estimulante para que a mulher participe ativamente do processo de desenvolvimento, inclusive no pré-investimento; e, opera de modo transformador quando comparado ao sistema de cooperação das Nações Unidas (UNIFEM, 2010, p.02).

De maneira geral, a UNIFEM atua em quatro esferas: “agricultura e segurança alimentar, comércio e indústria, desenvolvimento de recursos humanos e questões emergentes”. Em sua maioria, o fundo acaba igualando as condições femininas, ignorando as diferenças estruturantes que perpassam o gênero – como raça e classe – e seguindo a linha da WID feminista-liberal (BARRITEAU, 2000, p. 173).

A discussão de gênero e desenvolvimento continuou sendo realizado na ONU em conjunto com ONGs, passando por pequenas ampliações e reformulações. As experiências nos encontros internacionais anteriores atestaram para o movimento internacional feminista que, se não houvesse *lobby* durante o processo preparatório, conhecimento dos procedimentos da ONU e consensos pré-estabelecidos anteriormente a nível local, regional e global, as reivindicações das mulheres não seriam ouvidas no momento da conferência. Dessa forma, a partir de 1990, as organizações de mulheres se articulam com mais *know-how*, métodos e consensos (CHEN, 1995).

Nesse contexto, em 1991, as mulheres se encontraram, por meio de audiências internacionais em diferentes lugares, para dialogar sobre os crimes de direitos humanos que são vivenciados somente pelo sexo feminino. De forma vitoriosa, reuniram “mais de 500.000 assinaturas em uma petição exigindo que as questões” de violência de gênero fossem incluídas na agenda da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos em Viena no ano de 1993, saindo da esfera de discussão mais limitada que era a Comissão sobre o Status da

⁵⁰ O PNUD foi formado em 1966 na ONU com o objetivo de acabar com a pobreza (LOOKING FORWARD, 2020, s/p).

Mulher⁵¹. Ademais, solicitaram que houvesse um Relator Especial sobre a Violência contra as Mulheres e um tribunal exclusivo sobre violações de gênero (WALKER, 2000, p. 1999-200).

Outra conquista semelhante a essa - no sentido de englobar na agenda geral questões do movimento internacional de mulheres – e que ocorreu quase de forma concomitante, foi a Rio-92. No encontro houve trabalho conjunto entre ONGs feministas e ambientais, destacando-se como resultado à relação do desenvolvimento sustentável com as mulheres (CHEN, 1995). Ademais, percebeu-se, de forma similar, que esse slogan dos direitos das mulheres serem direitos humanos atravessou outras grandes reuniões internacionais: Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994⁵² e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1995, em Copenhague (TINKER, 2004).

Ainda em 1995, realizou-se a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim com o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Este encontro foi o mais importante na temática e reuniu diversos e numerosos grupos feministas (VIOTTI, 1995). É importante ressaltar que o contexto internacional no qual aconteceu a conferência foi distinto dos outros; não havia mais a Guerra Fria, nem *apartheid* e, pensava-se à época, que a questão entre Palestina e Israel estava resolvida. Esses assuntos, nas outras conferências, tomaram bastante espaço e tempo nas discussões; ou seja, na IV Conferência houve um foco maior nos problemas específicos que as mulheres enfrentavam (SHAHANI, 2004).

Nessa reunião foi elaborada a Plataforma de Ação que tinha como objetivo impulsionar ações para a implementação e garantia dos direitos das mulheres e meninas. Maria Luiza Viotti (1995) elucida que a plataforma é inovadora por três motivos: trazer a percepção de empoderamento; por definir e adotar o termo gênero; e, por empregar uma ótica de transversalidade.

Quanto ao empoderamento, o relatório aborda no nono (9º) ponto que:

⁵¹ A autora (Ibid., p. 1999-200) elucida que a CSW estava sendo afetada por falta de “recursos financeiros e pela falta de um protocolo oficial para lidar com violações dos direitos humanos das mulheres”.

⁵² O termo empoderamento aparece pela primeira vez, ainda de forma incipiente, na Conferência do Cairo, estando ligado às questões demográficas. Segundo o encontro, o empoderamento das mulheres seria através do “acesso a serviços de educação e saúde, desenvolvimento de habilidades e emprego, e por meio de seu envolvimento total nos processos de tomada de decisões e políticas em todos os níveis” (INTERNATIONAL CONFERENCE [...], 1994, s/p). Entretanto, o empoderamento será abordado, mais especificamente, no ano seguinte, na Conferência de Pequim.

O objetivo da Plataforma de Ação, que está em plena consonância com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, é o empoderamento de todas as mulheres. Para atingir esse objetivo, é essencial que todas as mulheres gozem plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Embora seja preciso ter em mente a importância das peculiaridades nacionais e regionais e dos diversos valores históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. A implementação desta Plataforma, inclusive por meio de leis nacionais e da formulação de estratégias, políticas, programas e prioridades de desenvolvimento, é responsabilidade soberana de cada Estado, em conformidade com todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. A consideração e o pleno respeito dos diversos valores religiosos e éticos, dos patrimônios culturais e das convicções filosóficas dos indivíduos e suas comunidades devem contribuir para o pleno gozo dos direitos humanos pelas mulheres, a fim de alcançarem a igualdade, o desenvolvimento e a paz (DECLARAÇÃO [...], 1995, p. 155).

Em consonância com o trazido pela literatura, o empoderamento aparece como algo dado em todo o documento e colocado como um objetivo geral da Plataforma para alcançar o desenvolvimento (vide parágrafo acima). Assim como o empoderamento, o termo “gênero” também entrou no rol de discussões. Mesmo que fosse só no nível discursivo, agências e instituições de desenvolvimento quiseram “mostrar sua sensibilidade ao gênero com uma variedade de documentos de políticas e literatura promocional, além da presença em oficinas e painéis em eventos oficiais e de ONGs” (BADEN; GOETZ, 1997, p. 04).

Percebeu-se que, a partir dos anos 1990, houve uma série de programas que tentaram incluir o gênero⁵³ em suas análises. Isso ocorreu em decorrência do fracasso das agendas, que, desde os anos 1970 se voltaram para a inserção das mulheres no desenvolvimento (WID). A conferência de Nairóbi foi o ponto de partida para isso, especialmente ao notar que havia algumas falhas nessas políticas ao buscar “obter resultados ou influência significativa sobre as políticas de governo” (Ibid., p. 05).

A inclusão de gênero seria feita por duas formas: a primeira, seria integrar o gênero em termos de escopo das organizações, seja em financiamentos, execuções “projetos, programas e políticas”; e, a segunda, ir para além da WID, e transformar a inclusão de gênero numa responsabilidade diária em “todas as unidades burocráticas e de todos os funcionários” (RAZAVI; MILLER, 1995b, p. ii). Dessa

⁵³ Também pode ser encontrado em algumas literaturas em português como “integração de gênero”. Ambas são a tradução da frase original “*mainstreaming of gender*”.

forma, esta perspectiva também é vista por algumas teóricas e ativistas como um complemento do paradigma WID, porém de forma mais branda do que o GAD; e, é adotada, além da própria ONU, no Tribunal Penal Internacional (TPI), na OIT, em programas da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), no Banco Mundial e também na União Europeia (TRUE, 2010, p. 191).

Contudo, notou-se que conforme a abordagem sobre gênero ganhou popularidade, perdeu-se o apreço pelos estudos feministas no campo, resultando, por vezes, na redução para binarismos e reducionismos, principalmente ao equivaler sexo e gênero. Observou-se que muitos integrantes que adentraram nesses espaços e agências não possuíam o conhecimento teórico, metodológico e empírico sobre o feminismo; muitos deles eram do sexo masculino e profissionais da área da economia neoclássica/estatística e, que se inseriram nessa agenda somente pela alta demanda (BADEN; GOETZ, 1997).

Esta subseção buscou trazer as conferências sobre a mulher e os seus principais debates, temas e conquistas acerca do desenvolvimento no período de 1975 a 1995. Verificou-se que os grupos externos de mulheres, principalmente ONGs feministas, foram fundamentais para construção das agendas dentro da organização. Ademais, observou-se que o termo “gênero”, apesar de já ser discutido teoricamente pelo GAD desde os anos 1980, só entrou no léxico da organização em 1995 junto com o “empoderamento”.

3.2 A discussão de gênero e empoderamento na ONU após a Plataforma de Ação e Conferência de Pequim

Como foi visto acima, a conferência de Pequim foi um evento que estabeleceu marcos relevantes para o debate de gênero e desenvolvimento dentro da ONU. A Comissão sobre o Status das Mulheres desempenhou um papel importante no acompanhamento dos “objetivos estratégicos estabelecidos” da Plataforma de 1996 a 1999 (FIVE-YEAR [...], 2000, s/p).

Após esse período, foram realizadas reavaliações e algumas reconfigurações de aspectos do documento. Além das revisões, novos encontros internacionais versaram sobre o gênero, desenvolvimento e o empoderamento de uma forma abrangente. Dessa maneira, esta subseção abordará, em uma linha cronológica, Pequim + 5, a Cúpula do Milênio, Pequim +10, Pequim + 15 e Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Primeiramente, cabe ressaltar que a revisão das decisões e implementações da IV Conferência da Mulher foi estabelecida na resolução 52/100 da Assembleia Geral. O objetivo geral era verificar a evolução da Plataforma de Ação e a execução das Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Avanço das Mulheres. Para tanto, deliberou-se que a sessão especial de avaliação deveria ocorrer no ano 2000 (FIVE-YEAR [...], 2000, s/p).

Este encontro, intitulado “Mulheres 2000: igualdade de gênero, desenvolvimento e paz para o século XXI”, ocorreu em Nova York. No começo do evento, o Secretário-Geral salientou que a discussão sobre os direitos das mulheres estava ganhando espaço ao redor mundo, mas que alguns pontos ainda precisavam de atenção, como por exemplo, a expansão de áreas de "conflitos armados" e o impacto no tocante à vida das mulheres. Segundo Kofi Annan, a mulher

é tanto a porta de entrada na economia global quanto a melhor defesa contra suas armadilhas. Uma vez educadas e integradas à força de trabalho, as mulheres teriam mais opções e seriam capazes de fornecer melhor nutrição, cuidados de saúde e educação para seus filhos (FIVE-YEAR [...], 2000, s/p, tradução própria).

O encontro contou com a participação total de mais de 1.038 ONGs. Dentro desse conjunto, 27,1% eram da América do Norte, aproximadamente 25% localizavam-se regionalmente na Europa, 19,7% eram provenientes da Ásia e do Pacífico, 11,6% das ONGs pertenciam à África, 10,6% faziam parte da América Latina e Caribe, e, por último, 1,9% eram da Ásia Ocidental. Durante a sessão especial, essas organizações realizaram debates, *briefings* e plenárias e, fora da instituição, prepararam reuniões e “atividades paralelas” pela cidade (FIVE-YEAR [...], 2000, s/p).

Referente ao documento oficial do evento e em termos de conquistas relacionadas ao empoderamento e gênero, o arquivo afirma que ações como o “microcrédito e outros instrumentos financeiros” foram métodos fundamentais para alcançar o “empoderamento econômico”. Segundo as Nações Unidas, o acesso a essas ferramentas expandiu “as oportunidades econômicas para algumas mulheres que vivem na pobreza, em particular nas áreas rurais” (UM GENERAL ASSEMBLY, 2000b, p. 03).

Quanto aos obstáculos encontrados ao empoderamento econômico, o texto

elucida que as “desigualdades de gênero” visíveis na capacidade aquisitiva e domínio sobre bens, nas tarefas não remuneradas, assim como, na “falta de apoio tecnológico e financeiro para o empreendedorismo feminino” e “práticas tradicionais” nocivas, foram limitantes para o empoderamento. Outro ponto trazido pelo documento é que, as nações que estavam passando por um processo de transição em suas economias, careceram de fundos para projetos para a eliminação da pobreza, dificultando assim o “empoderamento das mulheres”. Além disso, para a organização, esses aspectos contribuíram para a expansão da “feminização da pobreza” (Ibid., p. 03).

Outro aspecto abordado aparece no tópico sobre “educação e treinamento de mulheres”. Para a instituição, a dimensão educacional é fundamental para a equidade de gênero e o empoderamento feminino. Além disso, o termo apresenta-se na alínea de mídia, na qual o documento afirma que a internet tem possibilitado o encontro, compartilhamento de experiências e a articulação das mulheres e meninas (Ibid.).

Esta sessão especial estabeleceu 199 atuações a serem realizadas no âmbito nacional, regional e no plano internacional, inclusive por organizações financeiras, setores privados e pela sociedade civil. Como resultado, foi acordado a “Declaração Política e Outras Ações e Iniciativas para Implementar a Plataforma de Ação de Pequim”.

Segundo o presidente da Assembleia Geral, verificou-se uma continuidade com os moldes e termos adotados em 1995. Também houve bastante adesão dos Estados e de entidades internacionais no engajamento da Plataforma e de “uma agenda de desenvolvimento comum com a igualdade de gênero como princípio subjacente” (FIVE-YEAR [...], 2000, s/p).

De acordo com Molyneux e Razavi (2006, p. 21), houve algumas tensões no Pequim+5, principalmente por conta de congregações conservadoras que estavam presentes e que se opunham a pautas como aborto e relações homoafetivas – de forma geral, isso era um indicativo contrário a igualdade de gênero. Entretanto, como esses grupos não possuíam poder dentro de seus Estados, verificou-se ganhos relativos à “saúde sexual e reprodutiva”.

Outras dificuldades foram sentidas com relação ao contexto econômico vivenciado na década de 1990. Os países do Sul global queixaram-se sobre a falta de igualdade nas discussões comerciais e, conseqüentemente, isso não criava

condições favoráveis para uma "audiência justa à justiça de gênero". Por fim, observou-se que os avanços na busca pela igualdade de gênero foram realizados graças a um esforço e pressão das redes feministas internacionais (SEN, 2005, p. 10).

Em setembro do mesmo ano, ocorreu a Cúpula do Milênio em Nova York que reuniu 149 chefes de Estado e representantes de outros quarenta países. A reunião resultou no documento intitulado "Declaração do Milênio", o qual definiu uma série de "valores, princípios e objetivos para a agenda internacional do século XXI" (MILLENNIUM SUMMIT, 2000, s/p.). A declaração formaliza algumas condutas sobre liberdade, equidade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e compartilhamento de responsabilidade (UN GENERAL ASSEMBLY, 2000a). Quanto ao gênero e empoderamento,

ao adotar a declaração, os Estados Membros resolveram promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como formas eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças, de estimular um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, de combater todas as formas de violência contra as mulheres e de implementar a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (TEN-YEAR [...], 2005, s/p, tradução própria)

A adoção é feita através dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁵⁴ (ODM), mais especificamente no terceiro ponto: "promover a igualdade de gênero e empoderar mulheres" (MILLENNIUM SUMMIT, 2000, s/p). Esse objetivo específico tem como meta "eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária, de preferência até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015". Os indicadores de avaliação seriam baseados através da

proporção de meninas para meninos na educação primária, secundária e terciária; a proporção de mulheres no emprego assalariado no setor não agrícola; e a proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (MDG GOALS [...], 2020, s/p).

Para Kabeer (2005, p. 13), apesar dos indicadores serem abrangentes, a meta educacional era bastante restrita, principalmente pelo marco temporal. Se, por um lado, a educação pode trazer benefícios para as mulheres ao possibilitar um maior leque de conhecimento, estimular questionamentos e análises, impulsionar mudanças e ações, por outro, a educação também pode apresentar uma repetição

⁵⁴ A primeira versão dos ODM definiu que os oito objetivos específicos seriam medidos através de dezoito metas e quarenta e oito indicadores (MDG GOALS [...], 2020, s/p).

das desigualdades sociais, seja através de currículos que reforcem estereótipos de gênero ou até mesmo pelo fato de frequentar escolas diferentes. Dessa forma, a mudança que a educação promove depende do contexto social o qual a absorve e a fomenta (Ibid., 2005).

Quanto à inserção das mulheres no trabalho assalariado, de acordo com Kabeer, isso pode gerar uma maior autonomia financeira e também na tomada de decisão, até mesmo dentro do ambiente doméstico. Entretanto, a maioria dos empregos que as mulheres ocupam são instáveis, mal remunerados, flexíveis e que acarretam em problemas de saúde. Além disso, esse rendimento financeiro não exime as mulheres de realizarem as tarefas domésticas ou atividades de cuidado, pelo contrário, por vezes as cargas aumentam. Como a autora expõe:

é difícil ver como os rendimentos gerados pelo trabalho sexual, o serviço doméstico ou o trabalho diário nos canteiros de obras - onde provavelmente se encontram as mulheres mais pobres - contribuirá muito para melhorar a condição de subordinada das mulheres em casa ou no trabalho (KABEER, 2005, p. 20, tradução própria).

O último ponto abordado pela teórica é sobre a inserção das mulheres nos espaços políticos nacionais. Para Kabeer (2005), com suas devidas capacitações, a paridade de gênero no parlamento seria capaz de propiciar a mudança – e o empoderamento – na vida das mulheres. Contudo, a autora demonstra que o déficit dessas qualificações também dificulta o acesso das mulheres – “de todas as classes e grupos sociais” - às esferas políticas (Ibid., p. 21).

Conforme a autora expõe, as instituições políticas e da esfera da sociedade civil atuam de maneira excludente com relação às mulheres ao reproduzir preconceitos de gênero, até mesmo de forma implícita. Segundo Kabeer, alguns fatores devem ser considerados para essa inserção: estrutura da esfera política, “regras claras sobre a seleção de candidatos”, pautas políticas importantes e a cultura política dos partidos⁵⁵. Por fim, a teórica chama atenção para o fato de que as representações não devem ser simbólicas (*token*) e sim legítimas, atuando a favor de políticas de gênero e suas intersecções.

Outra crítica relevante à ODM 3 foi feita por Sen (2019, p. 29). Segundo a

⁵⁵ A autora enfatiza que este aspecto é o mais relevante, especialmente analisando “até que ponto é favorável a promoção do envolvimento das mulheres na política: a força ou a fraqueza da ideologia patriarcal, a existência de formas pluralistas de organização, o grau de oposição religiosa às reformas de gênero” (KABEER, 2005, p. 21).

autora, as metas e os indicadores elaborados não tinham um sentido relacionado claro com o objetivo; a estrutura, de um modo geral, era fraca porque foi construída com pouca base política; e, por fim, deixaram de lado “os direitos humanos e o papel da política feminista, higienizando não apenas a linguagem, mas a própria essência dos ODM 3”.

Além disso, por não haver a identificação “múltipla, interdependente e indivisível dos direitos das mulheres, o objetivo do empoderamento foi distorcido” (Ibid.). Em confluência com isso, como a construção da Cúpula do Milênio foi mais fechada e o cenário global não era tão favorável aos direitos humanos, os financiamentos para projetos, agendas e políticas que visavam apoiar grupo de mulheres e o empoderamento, foram deixados de lado (RAZAVI, 2016; SEN; MUKHERJEE, 2014; SEN, 2019).

Segundo Razavi (2016, p.27) isso ocorreu porque a estrutura dos ODM foram designadas por burocratas da instituição que obedeceram “a sugestão do exclusivo ‘clube dos homens ricos’ dos países doadores”. Por outro lado, as feministas ficaram à margem, produzindo “relatórios-sombra” e averiguando as execuções e as consequências da agenda (SEN, 2019, p. 32).

Após a Cúpula do Milênio, o próximo encontro importante na temática ocorreu em 2005: Pequim + 10. A Comissão Sobre o Status da Mulher foi a responsável por organizá-lo e, em vista disso, focou em duas temáticas. A primeira foi a “revisão da implementação da Plataforma de Ação de Pequim e dos documentos resultantes do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral” e a segunda consistiu nos “desafios atuais e estratégias voltadas para o avanço e empoderamento das mulheres e meninas” (TEN-YEAR [...], 2005, s/p).

O relatório de Pequim + 10 levou em consideração uma pesquisa realizada através de perguntas como também se utilizou de outros dados disponibilizados pelos Estados-membros à organização, conforme o comprometimento das nações com a Plataforma de Ação e Declaração de Pequim (UNITED NATIONS, 2005).

O documento oficial trouxe algumas predisposições em termos de “realizações e obstáculos”, principalmente com relação às doze áreas da Plataforma de Ação, assim como forneceu uma retomada dos tópicos discutidos na terceira sessão especial, disponibilizou uma análise abrangente sobre as melhorias institucionais e manifestou quais seriam “as áreas prioritárias e futuras ações identificadas pelos Estados-Membros” (Ibid., p.02). Quanto ao empoderamento, o

referido arquivo traz que

A maioria dos governos notou a importância crítica dos desenvolvimentos institucionais para a plena realização do empoderamento da mulher e da igualdade de gênero. Eles relataram ações para garantir que as estruturas institucionais apoiassem políticas, programas e legislação, que incluíam o estabelecimento de mecanismos nacionais; estruturas de financiamento; mecanismos de monitoramento e avaliação; e capacitação. Os governos também informaram sobre a participação e representação das mulheres nas instituições e seu papel na tomada de decisões (UNITED NATIONS, 2005, p.18).

Por outro lado, alguns governantes perceberam a ausência desses projetos e políticas institucionais dentro de seus territórios, principalmente no tocante ao desenvolvimento nacional. Além disso, “vários países notaram a ausência de critérios específicos ou de políticas setoriais sensíveis ao gênero” (Ibid., p. 19).

Por fim, o documento nota que, de modo geral em todos os governos, houve reavaliação e efetivação de projetos e políticas com a transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*). Esses programas foram “(...) direcionados para o avanço e empoderamento das mulheres, abordando lacunas, desigualdades e discriminação persistentes e proporcionando oportunidades iguais” (UNITED NATIONS, 2005, p.15).

Além disso, constatou-se certa continuidade com legislações a favor da igualdade de gênero e que incentivavam o empoderamento das mulheres. Também, verificou-se uma maior adesão dos Estados à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Ademais, o documento expõe que a relação entre “a participação econômica e a representação política precisam de um estudo mais aprofundado”, devendo haver um “ambiente favorável ao empoderamento econômico e político das mulheres” (Ibid., p. 67).

Entretanto, para as teóricas feministas, as conquistas em Pequim + 10 foram adquiridas com muito esforço, porque o cenário internacional não estava favorável aos direitos humanos – crescimento do terrorismo e do militarismo após o 11/9. Inclusive, “muitos dos ganhos obtidos nas conferências, cúpulas e sessões especiais da ONU em 1990 poderiam ser frágeis”, mesmo em democracias ocidentais⁵⁶ (MOLYNEUX; RAZAVI, 2006, p.21).

De acordo com Molyneux e Razavi (2006), o evento foi comedido por conta

⁵⁶ Molyneux e Razavi (2006) atentam que as minorias étnicas e os imigrantes, principalmente de origem muçulmana, estavam vivenciando situações xenofóbicas, devido ao contexto internacional.

desse contexto internacional, havendo um receio de que as tensões políticas, em confluência com o aumento do conservadorismo organizado, levassem ao retrocesso de direitos já alcançados e implementados em outras conferências.

Segundo Sen (2019), apesar das diferenças e, até mesmo, conflitos entre os grupos conservadores, havia uma confluência de pensamentos e ideias que eram opostas à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres. Assim, o grande propósito de Pequim + 10 foi ratificar os avanços políticos da agenda de gênero (MOLYNEUX; RAZAVI, 2006).

Naquele período, notou-se que a ONU estava com algumas dificuldades. Havia uma “erosão considerável em seus mandatos econômicos e de desenvolvimento”, o qual acarretou numa diminuição de investimentos para as agências da organização e um aumento na sua dependência de financiamentos com corporações transnacionais (SEN, 2019, p. 30). Somado a isso, houve o aumento das discordâncias econômicas entre Norte e Sul dentro da ONU e a perda da organização como mediadora de interesses e conflitos. Todos esses aspectos dificultaram o caráter receptivo da ONU à sociedade civil e representaram obstáculos para o movimento feminista (SEN, 2019).

Apesar desse enfraquecimento da organização, em 2010, foi criada a ONU Mulheres, “a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres”. A formação da ONU Mulheres é consequência da reforma da instituição e abarca as áreas: Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW); INSTRAW; Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (USAGI); e, UNIFEM (ABOUT UN WOMEN, 2019, s/p).

Essa conquista foi possível graças a um esforço da campanha *Gender Equality Architecture Reform* (GEAR) que reuniu cerca de “300 organizações da sociedade civil do Sul e do Norte” com o objetivo de pressionar para a fundação de uma agência transparente e voltada para a igualdade de gênero na ONU. Segundo a GEAR, a formação de uma entidade única que recebesse um bom financiamento e que conseguisse organizar todas as áreas de gênero, seria de extrema importância para que a igualdade de gênero continuasse sendo “essencial para o desenvolvimento, direitos humanos, paz e segurança” (SEN, 2019, p. 31).

No mesmo ano da criação da ONU Mulheres, ocorreu a revisão de quinze anos de Pequim, abreviada como Pequim + 15. Esse encontro buscou reavaliar a Plataforma de Ação e os Objetivos do Milênio com base na inserção da perspectiva

de gênero no desenvolvimento e com a finalidade de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento.

O documento em questão ressalta muito sobre o empoderamento de mulheres, principalmente na temática financeira, para a paz e mídias. O primeiro aspecto é introduzido pela CSW que notou um

conjunto de evidências que demonstravam que o investimento em mulheres e meninas tinha um efeito multiplicador sobre a produtividade e eficiência e crescimento econômico sustentado, e que o aumento do empoderamento econômico das mulheres foi fundamental para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e erradicação da pobreza. A Comissão instou os governos a elaborar e fortalecer estratégias de erradicação da pobreza, com a participação plena e efetiva das mulheres, que aumentem a capacidade das mulheres e as empoderem para enfrentar os impactos sociais e econômicos negativos da globalização (UNITED NATIONS, 2010, p. 07, tradução própria).

O arquivo continua com os argumentos do empoderamento econômico como a solução para o desenvolvimento das “mulheres, famílias e comunidades”, mas também para o crescimento econômico nacional. Além disso, o microcrédito aparece como aliado para acesso das mulheres aos recursos financeiros para obter o empoderamento. Sobre isso, o documento expõe um dado interessante:

em 2007, as organizações de microfinanças alcançaram 154, 8 milhões de clientes, dos quais 106,6 milhões estavam entre os mais pobres quando tomaram seu primeiro empréstimo. As mulheres representavam 83,4 por cento deste último grupo (Ibid., p. 11, tradução própria).

Quanto à paz, a revisão revela que tem ocorrido uma dedicação no viés de igualdade de gênero para a ajuda humanitária, especialmente para combater violência sexual e proteger mulheres refugiadas e/ou desalojadas. Somado a isso, o documento revela que as algumas “oportunidades” estão sendo ofertadas em locais que estão passando pelo pós-conflito para expandir o “número de mulheres em cargos de tomada de decisão e aumentar suas contribuições, inclusive no parlamento, governo e aplicação da lei”. Segundo o documento, esses empenhos têm sido em prol da “consolidação do empoderamento social e econômico das mulheres” (Ibid., p. 34).

Entretanto, alguns empecilhos têm sido vistos nessa área, por exemplo, o tratamento “desigual e inconsistente para a implementação resultou em oportunidades perdidas e na falta de recursos” (Ibid., p. 37). De modo geral, para o documento, o pouco interesse na igualdade de gênero e no empoderamento –

recursos, necessidades, avaliações, dados – ainda se mostra como uma dificuldade.

A respeito da mídia e empoderamento, uma série de pontos foram discutidos: a inserção não estereotipada das mulheres nos meios de comunicação; acesso e participação destas nas mídias; conscientização nesses espaços; abordagem de tópicos e assuntos que afetam mulheres e meninas nas mídias; e, elaboração de estratégias para a implementação desses elementos (UNITED NATIONS, 2010).

A mídia deve atuar na “promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres, apoiando seu empoderamento” e adotando a perspectiva de gênero a fim de “aumentar a visibilidade e promover o diálogo sobre a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas” (Ibid., p. 68).

Por fim, o documento reafirma os compromissos com a Plataforma de Pequim, os Objetivos do Milênio, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Elucida a importância de financiamentos, colaboração ativa, interesses políticos – ministérios, órgãos, pesquisas – e de governantes. Ademais, também a revisão elucida a importância do papel dos homens e meninos para que essas metas sejam alcançadas.

Sen (2019, p. 31) observou que Pequim + 15 foi um pouco melhor do que as outras revisões para o movimento feminista, especialmente na adesão significativa dos Estados Unidos, devido à presidência de Barack Obama. Todavia, de forma geral, verificou-se uma perda de suporte de outras nações, de certa forma por conta da “mudança geopolítica”: o “abraço russo à Igreja Ortodoxa Russa”, a crise de 2008 e o aumento de oposições entre Norte e Sul nas negociações econômicas, o crescimento de grupos conservadores evangélicos bem patrocinados que “se espalharam dos Estados Unidos” para países latinos e africanos, são alguns exemplos.

Seguindo essa lógica, e representando um ponto relevante para a temática da dissertação e do presente capítulo, em 2015 ocorreu a criação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. A agenda se configurou como uma continuação dos Objetivos do Milênio, mas com algumas mudanças significativas, como será visto a seguir.

A primeira modificação ocorreu à nível básico, pois os compromissos foram formulados de forma mais participativa e menos simplista: houve uma maior organização da sociedade civil e os objetivos demonstram “um conjunto mais

variado de preocupações” (RAZAVI, 2016, p. 26). Em seu preâmbulo, a agenda se define como “um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade” que pretende “fortalecer a paz universal em maior liberdade” (TRANSFORMING [...], 2020, s/p).

Em confluência com isso, nota-se que os ODS se desvencilham brevemente do crescimento econômico como consequência do desenvolvimento ao abordar aspectos políticos, sociais e sustentáveis (meio ambiente) (KOEHLER, 2016). Ainda no preâmbulo, o empoderamento e a igualdade de gênero aparecem como o resultado dessa agenda.

De forma mais específica, os termos aparecem no objetivo cinco, “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Para realizá-lo, algumas metas foram formuladas. Os temas versaram sobre políticas e legislação; tecnologias e comunicação; recursos materiais e econômicos; saúde sexual; participação e liderança em todas as esferas; “reconhecimento” e “valorização” do trabalho doméstico e das atividades do cuidado; casamento forçado, infantil e mutilações genitais; violência pública e privada; e, discriminação de gênero (TRANSFORMING [...], 2020, s/p).

Segundo Sen (2019), as metas abordadas nos ODS são mais desenvolvidas e extensas devido a uma pressão dos movimentos de mulheres e também pela ONU Mulheres. Outro aspecto visto é que o gênero perpassa por metas de outros objetivos, contudo ainda passa despercebido em alguns pontos relevantes. Para a autora (Ibid., p. 35), isso ocorre pela “fraqueza na mobilização e defesa das mulheres nesses ambientes”.

Apesar de abordar questões estruturais, os ODS se assemelham aos ODM na medida em que não discutiram sobre como essas metas ocorreriam. Inclusive os países em desenvolvimento solicitaram que os “meios de implementação” fossem inseridos e conceitualizados (RAZAVI, 2016, p. 27). Entretanto, além da imprecisão, não foi abordado como esses meios seriam fiscalizados. Para a autora (Ibid.), a “negligência dos meios (*versus* fins) não é surpreendente, dada à pressão nesses exercícios de definição da agenda global para encontrar os caminhos mais fáceis para gerar consenso”.

Outro ponto contraditório é que embora a agenda tenha essa visão multidimensional e transformadora, não houve a conceitualização do desenvolvimento e no Plano de Ação foi enfatizado o crescimento econômico. Ou

seja, permaneceu na “lógica de um modelo capitalista, que usa muitos recursos, sobrecarrega o meio ambiente e não cria empregos” (KOEHLER, 2016, p. 55). Ainda, como um todo, verificou-se na Agenda 2030 a presença de outros “elementos-chave” desse modelo como “liberalização do comércio” e “ ‘parcerias’ com o setor privado” (RAZAVI, 2016, p. 27).

A literatura feminista explana que para atingir igualdade de gênero e o empoderamento, assim como os outros objetivos – eliminação da pobreza e justiça climática, por exemplo –, deve-se procurar um modelo diferente (KOEHLER, 2016). Razavi (2016, p. 27) sugere que este modelo econômico vigente seja revisto e que se crie ferramentas de “responsabilização” mais eficazes a fim de preservar e implementar verdadeiramente os direitos das mulheres. De forma similar, nota-se que “o pensamento crítico sobre a política que está em sintonia com a igualdade de gênero, sustentabilidade e outras metas principais está (...) amplamente disponível se revisitarmos os debates anteriores sobre o desenvolvimento” (KOEHLER, 2016, p.55)

Por fim, a agenda ilustrada pelos ODS traz alguns aspectos satisfatórios, principalmente com relação à ODM e a problemas estruturais enfrentados por mulheres e meninas. Todavia, algumas questões apresentadas são disputáveis e sensíveis, prejudicando o avanço da temática (RAZAVI, 2016). De acordo com Sen (2019, p.30), isso ocorre, em parte, por conta do aumento das entidades conservadoras – com o lema “cultura, tradição e religião” – que estavam emergindo nas esferas da ONU, como também pelo enfraquecimento dos espaços multilaterais de concertos.

Posto isso, com base no que foi exposto anteriormente no capítulo e buscando compreender as estratégias do empoderamento na instituição, a próxima subseção abordará, de maneira sucinta, como o empoderamento das mulheres associados à igualdade de gênero são inseridos nas plataformas da ONU Mulheres *UN Women*.

3.2.1 A inserção de gênero e empoderamento nos domínios da *UN Women* e ONU Mulheres após a Plataforma de Ação e Conferência de Pequim

Essa subseção busca contextualizar brevemente como o empoderamento é apresentado nas plataformas da ONU Mulheres (Brasil) e *UN Women*. Assim, a

tentativa feita aqui é de fornecer um *background* institucional com relação ao termo, portanto, visa demonstrar de forma prévia alguns elementos a fim de melhor compreender a temática e a análise que será realizada no capítulo seguinte.

À vista disso, na plataforma ONU Mulheres, a primeira disposição na qual o empoderamento é visto, é em uma perspectiva econômica. Segundo a instituição, o termo visa

realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos; reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerados; políticas de proteção social e a promoção da responsabilidade compartilhada dentro e fora do lar pelas tarefas relacionadas ao cuidado e reprodução social são algumas das metas globais do Objetivo 5 – Igualdade de Gênero dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (EMPODERAMENTO ECONÔMICO, 2020, s/p).

Além disso, a plataforma menciona que as questões de gênero e de direitos sociais e econômicos das mulheres não avançaram tanto nas últimas décadas. Contudo, comparando com a perspectiva brasileira, “foram as maiores beneficiárias do conjunto de políticas de inclusão social sobre renda, acesso à terra, água e luz, habitação e mercado de trabalho” (EMPODERAMENTO ECONÔMICO, s/p, 2020).

Em outra aba, são citadas algumas diretrizes de empoderamento, essas estão relacionadas a uma cooperação da ONU Mulheres com a *Global Compact*, a parceria leva o título de “igualdade significa negócios”. Já os princípios do empoderamento contabilizam sete:

1. Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero; 2. Tratar todos os homens e mulheres de forma justa no trabalho - respeitar e apoiar os direitos humanos e a não-discriminação; 3. Garantir a saúde, a segurança e o bem estar de todos os trabalhadores e trabalhadoras; 4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres; 5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing; 6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social; 7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (PRINCÍPIOS [...], 2020, s/p).

Entre as empresas parceiras, está a Coca-Cola Brasil, a relação com a ONU Mulheres está pautada no “empreendedorismo, reciclagem e varejo” através da igualdade de gênero e do empoderamento; a “Turma da Mônica” na qual a ONU Mulheres atua no “assessoramento técnico” do programa “Donas da Rua” para o “empoderamento de meninas”; já nas Lojas Renner, a ONU Mulheres atua com o

projeto “Empodera” que visa “promover a igualdade de gênero em toda a cadeia” através de “investimentos financeiros no empreendedorismo das mulheres” como também opera para “empoderar economicamente mulheres refugiadas”; e, por fim, a ONU Mulheres trabalha em conjunto com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) na “realização de ações e atividades de incentivo a associações e redes que fomentam o empreendedorismo de mulheres” e dá suporte para que os princípios do empoderamento sejam implementados (Ibid.).

Ademais, outro ponto mencionado no site versa sobre a premiação que a ONU Mulheres realiza intitulada “Prêmio WEPS Brasil – Empresas Empoderando Mulheres”, esse prêmio visa “incentivar e reconhecer práticas, programas e ações de promoção da cultura da equidade de gênero e empoderamento das mulheres no Brasil” (Ibid.).

Já a plataforma *UN Women* possui uma aba “*What we do*” (O que fazemos) e nela há um link para o “*Economic Empowerment*” (Empoderamento Econômico) que elenca seis categorias: *Facts and Figures*; *Global Norms and Standards: Economic Empowerment*; *Macroeconomic policies and social protection*; *Sustainable Development and Climate Change*; *Rural women*; e, *Employment and migration*⁵⁷. De uma maneira geral, os tópicos abordados no site se relacionam com as pesquisas que serão analisadas no capítulo seguinte.

A primeira categoria, “*Facts and Figures*” menciona uma série de benefícios que o empoderamento das mulheres pode trazer: primeiro que é essencial para os direitos e a igualdade de gênero; segundo que o empoderamento faz parte do objetivo do desenvolvimento sustentável; terceiro, que “quando mais mulheres trabalham, as economias crescem”; quarto, que “o aumento do nível educacional de mulheres e meninas contribui para o empoderamento econômico das mulheres e um crescimento econômico mais inclusivo”; e, por último que “a igualdade econômica das mulheres é boa para os negócios” (FACTS [...], 2020, s/p).

Além disso, o domínio traz dados sobre as condições de trabalho da mulher, como: menores salários, maioria no setor informal, acesso reduzido a tecnologia, menos acesso à terra e outros recursos, trabalhos não remunerados, menos contas bancárias, violência no trabalho, etc (Ibid.).

⁵⁷ Na ordem: Fatos e Números; Normas e padrões globais: Empoderamento econômico; Políticas macroeconômicas e proteção social; Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas; Mulheres rurais; e, Emprego e migração.

Já na aba “*Global Norms and Standards*”, a plataforma menciona algumas bases legais e normativas que instauraram o empoderamento, como a Plataforma e a Declaração de Pequim. Além disso, apresenta recomendações e convenções da OIT quanto ao empoderamento econômico e as condições de trabalho das mulheres (GLOBAL [...], 2020, s/p).

No tópico “*Macroeconomic policies and social protection*”, a instituição aborda que as políticas macroeconômicas afetam de forma diferente homens e mulheres e que podem reproduzir desigualdades de gênero. Nesse sentido, a *UN Women* elucida que “trabalha com parceiros governamentais para conceber e implementar políticas macroeconômicas que possam oferecer resultados para as mulheres” e que para isso relaciona questões “como ligações entre o trabalho remunerado das mulheres e o crescimento inclusivo, os impactos da crise econômica e o papel do gênero na agricultura e na política comercial”. Por fim, menciona algumas iniciativas as quais vêm atuando em diversos países (MACROECONOMICS [...], 2020, s/p).

Na página de “*Sustainable Development*”, a instituição elenca algumas conferências, encontros e resoluções que deram bases normativas para o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Além disso, traz algumas soluções e exemplos de atuação mundo afora, com base na Agenda 31, que busca empoderar mulheres, como por exemplo: alfabetização, fogões que utilizam energia limpa e capacitação de redução de desastres (SUSTAINABLE [...], 2020, s/p).

Já a subtemática “*Rural Women*” discute sobre a importância das mulheres rurais para “alcançar as mudanças econômicas, ambientais e sociais transformacionais necessárias para o desenvolvimento sustentável”. Contudo, as mulheres possuem dificuldades para acessar microcréditos, centros de saúde e espaços educacionais. Assim, segundo a *UN Women*,

empoderá-las é essencial não apenas para o bem-estar dos indivíduos, famílias e comunidades rurais, mas também para a produtividade econômica geral, dada a grande presença das mulheres na força de trabalho agrícola em todo o mundo (RURAL [...], 2020, s/p).

Para tanto, as soluções propostas pela *UN Women*, visam apoiar “a liderança e a participação das mulheres rurais na formulação de leis, estratégias, políticas e programas em todas as questões que afetam suas vidas”, além de incentivar treinamento e capacitações “para buscar novos meios de subsistência e adaptar a

tecnologia às suas necessidades” (Ibid.).

Por fim, na última página, “*Employment and Migration*”, a instituição menciona que os trabalhos que as mulheres ocupam podem variar de acordo com o local que ela está inserida. Ainda, aborda que muitas estão inseridas em trabalhos mal pagos, instáveis e desprotegidos e que algumas mulheres optam por migrar na busca por melhores condições. Quanto às soluções, a *UN Women* “defende políticas de emprego que melhorem as condições do mercado de trabalho e promovam o trabalho decente para as mulheres” e também “a liderança econômica das mulheres, seja na tomada de decisões públicas, em conselhos de empresas ou em sindicatos”. Nesse sentido, o site expõe alguns exemplos de iniciativas que têm realizado. Inclusive, é visto aqui novamente a parceria da *UN Women* com a *Global Compact*, ou seja, não é apenas uma medida nacional brasileira (EMPLOYMENT [...], 2020, s/p).

Logo, é visto que a inserção do empoderamento das mulheres nos domínios *online* está relacionado a uma questão econômica e, que por vezes, parece um empoderamento de “poder sobre”. Por conseguinte, não trabalha tanto questões subjetivas relacionadas ao termo e coloca um viés de eficiência. Apesar disso, traz pontos importantes sobre o termo, como educação, capacitação, incentivo às organizações, mas ainda em uma lógica do feminismo liberal da WID.

Assim, o presente capítulo buscou trazer as principais conferências, encontros e tópicos a respeito do gênero, desenvolvimento e empoderamento na instituição, bem como contribuições da literatura feminista sobre esses eventos. De forma geral, percebeu-se que os avanços mais significativos ocorreram até em 1995, principalmente por ter havido um espaço maior para diálogo dos movimentos feministas dentro e fora da instituição e também pelo contexto de efervescência teórica e prática.

Após Pequim, verificou-se que as revisões e os outros encontros aconteceram em Nova York, o que dificultou a organização e a ida das redes feministas do Sul a essas conferências (SEN, 2019). Outro aspecto visto é que, por conta do cenário geopolítico internacional, houve uma redução nos financiamentos para o gênero e para a ONU no geral. Entretanto, as pressões dos movimentos feministas lograram avanços, ainda que tímidos, e conseguiram reafirmar os compromissos estabelecidos nos anos 1990.

Além disso, algumas teóricas feministas elucidam também que a Plataforma

de Ação de Pequim representou um “duplo-discurso”. Se por um lado houve ganhos na discussão, internacionalização do movimento e estabeleceu uma rede de network, por outro propôs a domesticidade do movimento feminista “para que seja parte integral e que apoie a reestruturação neoliberal da economia internacional e sua política expansionista”, dessa forma retira o caráter subversivo do feminismo ativista (FEDERICI, 2019, p. 248).

De um modo abrangente, observou-se a importância dos Estados Unidos nesses encontros, especialmente no direcionamento das discussões como também em decisões – por exemplo, na retirada de financiamento da UNIFEM e INSTRAW. Somado a isso, constatou-se a atuação intensa dos movimentos e organizações feministas na instituição: articulando-se em redes, exercendo pressão e contribuindo de forma teórica e crítica. Percebeu-se também que as agendas de gênero e empoderamento entraram de forma tardia na ONU e que, logo depois de sua inserção, houve uma estagnada e uma perda de força por conta do contexto político e econômico internacional.

Por último, demonstrou-se que não houve um aprofundamento e definições claras a respeito do empoderamento e de suas aplicações. Verificou-se também a associação do termo, principalmente, em aspectos econômico e financeiro – como clientes –, de mídias e inserção em espaços de decisão. Não fica evidente, além dos ODS, um debate mais estrutural e com elementos subjetivos que aborde as estratégias de gênero a fim de transformar verdadeiramente os espaços sociais e a vida de mulheres e meninas.

4 Empoderamento sob a lente da ONU: uma análise do conceito na Pesquisa Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento (1994-2014)

Como foi visto nos capítulos anteriores, a inserção das mulheres na agenda sobre desenvolvimento aconteceu a partir dos anos 1970 através da perspectiva WID. Essa linha de pensamento começou a ser questionada na década seguinte pelas teóricas do WAD e GAD, em especial pela abordagem do empoderamento. Somado a isso, notou-se que esses debates permearam as Conferências Mundiais sobre a Mulher, bem como as agências internacionais de desenvolvimento.

Ainda, observou-se que a entrada do gênero e empoderamento ocorreram de forma concomitante a partir de 1994 e, mais especificamente, através da Declaração

e Plataforma de Pequim em 1995 – assim como, de forma breve, foi abordado algumas disposições a respeito da temática no site da instituição. Nessa lógica, este último capítulo da dissertação busca entender como essas abordagens, com ênfase no empoderamento, foram desenvolvidas na/pela ONU.

Para tanto, foram analisadas as cinco (5) pesquisas, que contabilizam um período de 20 anos, publicadas pela ONU, formuladas, geralmente⁵⁸, pelo seu *Department of Economic and Social Affairs* (DESA) e divulgadas através da agência da *UN Women*, ambos integrando o "*World Survey on The Role of Women in Development*". Os documentos produzidos são formulados de forma quinquenal, exibidos, de maneira geral, para a Segunda Comissão da Assembleia Geral da ONU e versam sobre gênero e desenvolvimento (WORLD SURVEY [...], 2019, s/p).

O começo da pesquisa se deu através da Resolução 35/78, de 5 de dezembro de 1980 e buscava inserir a mulher no desenvolvimento. Dessa forma, levou em consideração informações que se mostraram expressivas na Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para Mulher e das conferências sobre desenvolvimento realizadas pela ONU. Assim, a Assembleia Geral solicitou para o Secretário-Geral a confecção de um rascunho geral e rico em informações que dessem a base para “a pesquisa interdisciplinar e multissetorial sobre o papel da mulher no desenvolvimento geral” (UN GENERAL ASSEMBLY, 1984, p.03).

Por conseguinte, no esboço do texto, o Secretário-Geral levantou algumas temáticas que seriam necessárias para o relatório, como por exemplo, “as mulheres na produção, distribuição e consumo; mulheres em desenvolvimento rural e urbano; participação das mulheres na vida social e política” (Ibid., p. 03). Em seguida, a Assembleia Geral coletou essas informações, destacou a importância da pesquisa ser “multissetorial e interdisciplinar” e acentuou a necessidade de que se destacasse o papel das mulheres nos tópicos essenciais do desenvolvimento – principalmente no “comércio, agricultura, indústria, energia, dinheiro e finanças e ciência e tecnologia” (Ibid., p.03).

Por fim, a Assembleia orientou também que a pesquisa assinalasse:

- a) o papel atual das mulheres como agentes ativos de desenvolvimento em cada sector; b) a avaliação dos benefícios para as mulheres decorrentes da sua participação no desenvolvimento, nomeadamente, rendimentos,

⁵⁸ As autorias finais das pesquisas podem variar, em especial porque alguns departamentos sofrem alterações – fundem-se, mudam de nome, etc. Dessa forma, será especificado ao longo do capítulo qual departamento ou entidade é a responsável por cada pesquisa em questão.

condições de trabalho e tomada de decisões; c) formas e meios de melhorar o papel da mulher como agente e beneficiária do desenvolvimento nos níveis nacional, regional e internacional; e d) o impacto potencial de tais melhorias no cumprimento das metas gerais de desenvolvimento (Ibid., p. 03, tradução própria).

Em termos de prospecção, requisitou-se ao Secretário-Geral que englobasse aspectos inter-relacionais do desenvolvimento com os papéis vigentes e porvir das mulheres, o quê para a Assembleia, daria um apoio necessário para pensar em atuações futuras para a inserção das mulheres na esfera do desenvolvimento. Ademais, pediu-se para o Secretário-Geral que a pesquisa fosse feita de forma cooperativa com as unidades pertinentes da ONU e com organizações nacionais que tivessem *know-how*.

Dessa forma, o papel da Comissão sobre o Status da Mulher foi fundamental na elaboração da pesquisa mundial. A CSW colaborou no esboço, na discussão do documento e, além disso, levou a pesquisa para a Conferência Mundial para Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas, em 1983, solicitando que a referida investigação tivesse uma função primordial na Conferência Mundial.

Ao todo, oito (8) edições foram publicadas desde 1985 até 2019, cada uma com um tema central diferente. Em suma, os documentos são frutos do próprio sistema da ONU, especialmente de debates dentro dos escritórios das mulheres. As pesquisas são fundamentadas em “microestudos, estudos especializados por organizações do sistema das Nações Unidas e estatísticas⁵⁹ da ONU anteriormente não publicadas” (DPCSD, 1995, p. 01).

A organização expressa que a primeira Pesquisa Mundial foi produto da perspectiva WID. Segundo a ONU (Ibid.), “essa abordagem surgiu no início da década de 1970 para colocar o avanço das mulheres na agenda das agências de desenvolvimento nacionais e internacionais”. Segundo a pesquisa da ONU de 1999, “o gênero finalmente está no centro das políticas de desenvolvimento, após três décadas de luta”, ou seja, “mudou o foco da abordagem intelectual e política de ‘mulheres no desenvolvimento’ (WID) para a nova abordagem de ‘gênero e

⁵⁹ Com relação às estatísticas, a fonte utilizada de forma principal foi o “*Women’s Indicators and Statistics Database*” criada pela própria organização e está vinculada a *Statistical Division of the Department of Economic and Social Information and Policy Analysis of the United Nations Secretariat* (DPCSD, 1995, p. 01).

desenvolvimento' (GAD)" (DESA, 1999, p. 05).

Em confluência com o que foi dito nos parágrafos acima e na introdução da dissertação, os documentos que foram analisados neste capítulo compõem um conjunto de cinco (5) e estarão dispostos conforme o marco temporal⁶⁰: *Women in a changing global economy (1994)*; *Globalization and its impacts on gender and work (1999)*; *Women and international migration (2004)*; *Women's control over economic resources and access to financial resources, including microfinance (2009)*; e, *Gender equality and sustainable development (2014)*.

A escolha desse período para a análise pauta-se no marco temporal da inserção do gênero e empoderamento em 1994. E o recorte do presente capítulo, de 20 anos (1994-2015), justifica-se, pois a partir de 2015, a nova agenda do desenvolvimento, pautada nos ODS e exposta brevemente no capítulo anterior, ainda está em processo de implementação.

As análises realizadas nas seções a seguir buscam compreender como esses termos⁶¹ foram mobilizados dentro da instituição, assim examinando o contexto de sua aparição; a periodicidade (ver Tabela 1, no final do capítulo); as bases teóricas; e, se houve resoluções e incentivos para mudanças institucionais. Além disso, de uma forma geral, são abordados alguns tópicos que se mostraram relevantes na temática do gênero e desenvolvimento, especialmente para entender o contexto no qual o empoderamento aparece e a pesquisa se insere.

4.1 *Women in a changing global economy (1994)*: “o que é bom para o crescimento também é bom para promover a posição econômica das mulheres”⁶²

O primeiro relatório a ser analisado foi publicado em 1995, tendo autoria final do *Department for Policy Coordination and Sustainable Development*⁶³ (DPCSD) e tema principal o impacto da mudança econômica global na vida das mulheres. O documento em questão foi crucial na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, como

⁶⁰ As pesquisas do *World Survey on the Role of Women in Development* levam nos títulos o ano analisado, contudo, as publicações podem ser feitas depois. Por exemplo, “*Women in a changing global economy (1994)*” é publicada em 1995.

⁶¹ Verifica-se o emprego dos termos: *empowerment, empowering, empower, empowered, empowers* e *disempowered*.

⁶² Frase encontrada na Pesquisa de 1994 (DPCSD, 1995, p. 90). O subtítulo de cada seção será uma frase contida na própria pesquisa analisada.

⁶³ Esse departamento foi criado em 1993, como resultado da Rio+92 e como parte do processo de reforma que estava ocorrendo na ONU. A DPCSD foi uma das agências fundadas para abordar questões econômicas e sociais (FLANDERS, 1997).

também serviu de base para a realização da Agenda 21 – programa de ação adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (DPCSD, 1995, p. IV). Portanto, a pesquisa compõe uma ponte entre o desenvolvimento e o gênero.

Esta publicação contém 120 páginas, sendo que o empoderamento aparece doze vezes. É composta pelo Prefácio, Sumário Executivo, Introdução e cinco capítulos: o primeiro é intitulado “*Global economic restructuring: its impact on women and changes in the enabling environment*”; o segundo, “*Poverty*”; o terceiro, “*Productive employment*”; o quarto, “*Women and economic decision-making*”; e, o último, “*Increasing women's effective participation in development: some conclusions*”⁶⁴.

O Sumário Executivo traz algumas informações significativas e uma visão geral sobre o que cada capítulo aborda. De forma prévia, a pesquisa menciona que

o desenvolvimento econômico está intimamente relacionado ao avanço das mulheres. Onde as mulheres avançaram, o crescimento econômico geralmente tem sido estável; onde as mulheres foram restringidas, houve estagnação. A Pesquisa trata desse processo, o que ele significa e como pode ser usado para construir um futuro mais seguro para a humanidade. Ele olha para o desenvolvimento através de uma lente de gênero: a pobreza como um fracasso do desenvolvimento, onde investir nas capacidades das mulheres representa uma saída; no emprego, onde a participação das mulheres é essencial para a transformação da força de trabalho; e na tomada de decisões econômicas, onde a ausência de mulheres no topo das grandes burocracias corporativas e sua crescente presença em um setor médio dinâmico afetam as políticas de desenvolvimento (DPCSD, 1995, p. IX, tradução própria).

Quanto ao gênero, o documento inaugura a perspectiva e elucida que a “análise de gênero vê mulheres e homens em termos de papéis que desempenham na sociedade, papéis que mudam conforme as sociedades mudam”. Somado a isso, menciona a importância em olhar as mulheres em comparação com os homens para que haja uma melhor identificação estrutural dos entraves sociais. Ainda no Sumário Executivo, aponta-se que um problema central identificado diz respeito aos papéis reprodutivos e o seu oposto, o produtivo (DPCSD, 1995, p. IX)

Ainda na mesma página, segundo a organização, em momentos anteriores “os papéis reprodutivos sociais eram atribuídos principalmente às mulheres e os

⁶⁴ A tradução, na ordem: “Reestruturação econômica global: o seu impacto sobre as mulheres e as mudanças no ambiente favorável”; “Pobreza”; “Emprego produtivo; Mulheres e a tomada de decisão econômica”; e, “Aumentando a participação efetiva das mulheres no desenvolvimento: algumas conclusões”.

papéis produtivos, principalmente aos homens”. Entretanto, ainda com certa apreensão, essa visão está sendo modificada para uma perspectiva na qual as duas funções são percebidas como relevantes e que podem ser realizadas por ambos os gêneros (Ibid.).

O empoderamento aparece pela primeira vez ainda no Sumário Executivo, mais precisamente no tópico de “emprego produtivo”. Aqui, aparece relacionado com questões tecnológicas:

a introdução de novas tecnologias na agricultura pode ter efeitos positivos ou negativos. A introdução de variedades de grãos de alto rendimento na Ásia, por exemplo, gerou empregos para as mulheres, porque tarefas como semear, sacar e colher eram tradicionalmente realizadas por mulheres. Em longo prazo, outras tecnologias substituíram o trabalho feminino. As evidências sugerem que o desenvolvimento de tecnologia apropriada para tarefas agora desempenhadas por mulheres é um meio para seu empoderamento (DPCSD, 1995, p. XVI, tradução própria).

Outro momento que aborda o uso do termo é visto no tópico “promovendo participação das mulheres no desenvolvimento”. Segundo o arquivo, o desempenho das mulheres dentro do desenvolvimento é efeito do contexto permeado por mudanças no mercado. Para a instituição, essas transformações - políticas e econômicas - “não foram rápidas o suficiente, não são suficientemente seguras e não estão ocorrendo em todos os lugares”. Dessa forma, de acordo com a pesquisa, os governos, companhias e as mulheres devem elaborar/aplicar políticas para conseguir “equalizar” e “acelerar” a inserção dessas em posições de destaque na economia local e internacional (Ibid., p. XVII).

Em decorrência disso, o documento elucida que as mudanças estruturais não são neutras em termos de gênero e recomenda que o considere como fator-chave nas políticas econômicas. Assim, a pesquisa traz alguns casos de como o gênero pode ser examinado nesse cenário: analisar como as exportações ou avanços tecnológicos impactam; desenvolver “as habilidades dos trabalhadores para proporcionar uma transição para indústrias construídas com mão de obra qualificada com produtividade”; e, instituir políticas “que considerem os tipos de empregos que mulheres e homens podem exercer, valorizando apropriadamente a partilha dos papéis reprodutivos entre mulheres e homens” (DPCSD, 1995, p.XVII).

No parágrafo seguinte, revela-se que a pobreza é fruto do desenvolvimento que não deu certo e que isso afeta de forma expressiva o gênero, além de dificultar

o desenvolvimento que está por vir. A pesquisa assinala que as mulheres sentem os impactos da pobreza de um modo diferente no núcleo familiar, assim, tornam-se o grupo principal nas estratégias para diminuir essa condição.

Em confluência com isso, a organização menciona que as mulheres têm muitas responsabilidades e poucos direitos, o que dificulta a saída da pobreza de forma individual e familiar. Em vista disso, algumas medidas poderiam ser consideradas, tais como: assegurar a equidade de acesso à educação, principalmente de meninas que estão em áreas rurais, cuja família seja de baixa renda e que haja incentivos de permanência; proporcionar capacitações profissionais e educação não-formal; modificar leis e normas a fim de equalizar o “acesso a recursos produtivos e empregos remunerados, incluindo - especialmente para mulheres pobres rurais - terra e crédito”; certificar que os empregos sejam compatíveis com a realidade, tanto em termos de renda quanto aos deveres familiares; proporcionar serviços públicos e na comunidade que permitam que homens e mulheres possam manter a família e àqueles que dependem de cuidado; e, por fim estimular “o desenvolvimento da organização das mulheres no nível comunitário que pode ajudar a empoderar as mulheres pobres” (Ibid., p. XVII).

Diversos atores deveriam trabalhar juntos para que esses objetivos sejam alcançados: governo, ONGs, empregadores, sindicatos, organização nacional e de mulheres, são exemplos. Para o relatório, o “governo tem a responsabilidade de ser um empregador exemplar, mas o mais importante é que deve promover leis e políticas que criem um mundo de trabalho mais responsivo ao gênero, mas não inibam a eficiência do mercado”, já os empregadores e os sindicatos devem assegurar que o ambiente laboral seja um espaço que favoreça a equidade entre homens e mulheres no que tange o trabalho produtivo e reprodutivo, e, por último, as organizações devem ser capazes de acompanhar o desenvolvimento e colaborar com novas ideias e projetos.

Essa subseção do documento traz mais algumas prévias do que será discutido ao longo do texto. De uma forma geral, aborda tópicos como pobreza (rural e urbana), acesso à terra, saúde, educação, trabalho pago, chefia de casa, posição no mercado de trabalho e empreendedorismo⁶⁵. Também traz algumas tendências

⁶⁵ De acordo com a pesquisa, as mulheres têm optado pelo empreendedorismo em vez de seguir carreiras corporativas. As pequenas e médias empresas criadas e geridas por essas são voltadas para prestação de serviços e tendências em ascensão. Essa mudança de direcionamento pode ser

que estão sendo vistas no cenário internacional e que podem se intensificar quanto ao gênero e desenvolvimento; tais direcionamentos apontam para privatização, competitividade, surgimento de um setor intermediário⁶⁶, flexibilização e desregulamentação da economia, e o aumento do setor informal. Por fim, o Sumário Executivo informa que é fundamental que “políticas” e projetos sejam incentivados, por parte do setor público, para que haja a expansão de mulheres em cargos de decisão econômica⁶⁷ e, conseqüentemente, a melhoria de “oportunidades para enfrentar a pobreza e melhorar o mundo do trabalho” (DPCSD, 1995, p. XIX).

A “Introdução” esclarece alguns aspectos da pesquisa, mas que já foram mencionados anteriormente. Além disso, apresenta brevemente algumas conquistas realizadas pelas mulheres, como, mais adesão dos países à igualdade entre homens e mulheres; expõe dados sobre a importância da educação para a participação econômica; e, reafirma que a “remoção das barreiras legais à participação econômica das mulheres deve ajudar a acelerar o crescimento nos próximos anos” (Ibid., p. 06).

O Capítulo Um, de uma forma geral, trata sobre a reestruturação econômica internacional, especialmente sobre o contexto político e econômico de mudança, marcado pelo avanço de tecnologias, da globalização dos mercados e da produção, e dos programas de ajustes estrutural e liberalização. Em um primeiro momento, apresenta como as diferentes economias, as privatizações e desregulamentação dos mercados impactam a vida das mulheres.

Resumidamente, a primeira parte do capítulo discute sobre os novos desafios encontrados pelas mulheres no campo trabalhista. Nas economias desenvolvidas, há a redução do setor público, local onde muitas mulheres estavam empregadas, e da seguridade social; aumento da flexibilização laboral⁶⁸ e da feminização⁶⁹ do

explicada pelo “acesso à educação e pelo crescimento em setores onde as habilidades das mulheres em comunicação, multitarefa e tomada de decisão não hierárquica são particularmente importantes” (DPCSD, 1995, p. XVI-XVII).

⁶⁶ Está entre o setor formal e informal. É composto por empresas de pequeno e médio porte e, segundo o documento, “oferece oportunidades para que as mulheres possam obter as habilidades, experiência, financiamento e *networking* necessários para torná-las lucrativas” (DPCSD, 1995, p. XVIII).

⁶⁷ “Os tomadores de decisão econômica são as pessoas, grupos e instituições cujo poder deriva da posse do conhecimento, da organização e dos meios de produção que afetam os mercados de trabalho, capital, matérias-primas, bens e serviços” (DPCSD, 1995, p. 78).

⁶⁸ Quanto à flexibilização, a pesquisa elucida que algumas mulheres podem se beneficiar desse modelo; entretanto podem servir como “estratégia de desregulamentação em virtude de sua associação com baixos salários e formas flexíveis de emprego” (DPCSD, 1995, p. 18).

⁶⁹ O aumento de mulheres em cargos que eram exclusivamente masculinos não necessariamente

trabalho; e, o aumento de vagas no serviço empresarial. Quanto a esse último ponto, segundo o documento,

as profissões altamente qualificadas e de alto prestígio desta área (contabilidade, marketing, publicidade, serviços jurídicos) e seus empregos menos qualificados e precários (limpeza, *catering*⁷⁰ corporativo) oferecem oportunidades às mulheres em ambos os extremos do espectro de competências. A capacidade das mulheres de acessar a extremidade mais alta dessas atividades pode compensar o estreitamento do emprego público e a privatização e a subsequente racionalização de muitos serviços antes não escritos pelo Estado (DPCSD, 1995, p.12, tradução própria).

Já nas economias em transição, a pesquisa elucida que as mulheres resistem em sair do setor público, mesmo que a “privatização possa criar oportunidades (...) no empreendedorismo e no trabalho autônomo, bem como no novo setor empresarial”. Além disso, o documento traz que a reestruturação industrial para tecnologia e bens de consumo pode empregar mais mulheres, sendo possível, contudo, que ganhem menos e que seus benefícios sejam reduzidos caso haja uma discriminação entre setores industriais. Somado a isso, o número de mulheres no setor de produção de bens e na parte administrativa das empresas foi reduzido e, por fim, mais homens ocupam trabalhos que antes eram convencionalmente femininos. Ademais, apesar da não neutralidade e de possíveis retrocessos, a “reforma econômica e política oferece uma oportunidade única para melhorar o status das mulheres na Europa Oriental e Central, aproximando esses países da verdadeira igualdade de gênero” (Ibid., p. 13).

Por último, aborda-se sobre os impactos da reestruturação sentidos pelas mulheres nas economias em desenvolvimento, principalmente a respeito da inflação, redução de subsídios alimentícios e da alta dos preços, diminuição das despesas públicas. Cita-se também que os grupos que sofreram mais foram os “agricultores, pequenos produtores e trabalhadores do setor público e informal urbano”, que, por sua vez, são compostos por uma maioria feminina (Ibid., p.14).

Além disso, o capítulo traz alguns gráficos estatísticos sobre PIB, crescimento, exportação e a sua composição, coeficiente de mulheres e homens ativos economicamente e a mudança de acordo com região e décadas. Ademais,

significa que há igualdade salarial e de oportunidade. Na verdade, de forma regular, indica que houve um declive “do status dessas ocupações, uma vez que passam a ser vistas como posições feminizadas de baixos salários” (DPCSD, 1995, p.11).

⁷⁰ Pode ser traduzido como serviços de *Buffet*, do gênero alimentício.

explana sobre o aumento das corporações transnacionais, mudanças no fluxo financeiro internacional e apresenta mais algumas estatísticas sobre a influência do gênero no crescimento econômico.

Neste último ponto, apesar do processo de crescimento econômico não ser neutro quanto ao gênero, o progresso feminino variaria de acordo com o “crescimento econômico” e dependeria de “políticas econômicas sólidas”. Para as mulheres se beneficiarem desse processo, é necessário que sejam “capazes de atualizar suas habilidades e acompanhar as mudanças tecnológicas” (Ibid., p. 27).

O segundo capítulo alude à questão da pobreza, de acordo com a organização, configurando esse assunto como de interesse internacional. As causas, os efeitos e as prováveis saídas têm como centralidade o gênero. Nesse sentido, uma relação notável entre o cruzamento das temáticas é observada nas “famílias chefiadas⁷¹ por mulheres”; a pesquisa revela que esses núcleos estão frequentemente centralizados em localidades pobres.

Outros pontos relevantes levantados se referem à pobreza rural, especialmente a feminização do pequeno proprietário; acesso e controle de recursos produtivos - terra, trabalho, crédito e serviços financeiros, tecnologia acessível e emprego fora da fazenda; serviços de saúde; e, pobreza urbana - migração, infraestrutura, moradia, ambiente urbano e nutrição.

Neste último tópico sobre pobreza urbana, o empoderamento aparece novamente. O termo se relaciona com gestão urbana e expressa que os municípios nos locais em desenvolvimento devem prover “serviços urbanos básicos” e atuar de forma competente, sendo nesse ponto que o empoderamento se manifesta:

Isso implica a descentralização e o empoderamento das autoridades locais para aumentar as receitas, aprovar leis, realizar eleições e administrar os assuntos municipais. Até o momento, os esquemas de gestão urbana surgiram da perspectiva do Estado, concentrando-se na responsabilização pela eficiência, prestação e gestão de serviços e finanças urbanos (DPCSD, 1995, p.43-44, tradução própria).

Por fim, o capítulo dois da pesquisa promove uma discussão breve sobre uma

⁷¹ “Refere-se a acordos em que as mulheres são financeiramente responsáveis por suas famílias e são os principais tomadores de decisão econômica dentro delas”. Dentro desse grupo existe algumas subcategorias, como, “famílias chefiadas por mulheres onde as mulheres são os principais tomadores de decisão e gerentes econômicos, aquelas em que as mulheres administram as economias domésticas em nome de um chefe ausente do sexo masculino e famílias mantidas por mulheres, onde as mulheres são os principais contribuintes econômicos” (Ibid., p. 32).

“resposta pública à pobreza” e explana sobre a função do “Estado, mercado e da comunidade”. Essa seção expressa que o Estado deve alocar recursos para setores que beneficiem as mulheres, respeitando os limites e, além disso, o papel do governo seria fundamental na formulação do discurso político, influenciando diretamente na transformação social. Dessa forma, segundo o documento, deve haver “padrões e condições mínimas para um ambiente social justo, incluindo regras contra a discriminação”; as disposições estatais devem apoiar e reconhecer as mulheres pobres como cidadãs; as mulheres pobres não devem ter uma relação de dependência com a previdência social, devem “reivindicar os seus direitos”; “as mulheres pobres não devem ser simplesmente consultadas por agências estatais, mas devem ser capazes de avaliar o desempenho dos funcionários” (Ibid., p. 45-46).

Aqui o empoderamento aparece novamente,

A questão do empoderamento das mulheres adquire um significado especial a esse respeito. As decisões que determinam a forma das políticas socioeconômicas geralmente carecem da participação das mulheres e, portanto, tendem a refletir os valores, perspectivas e experiências dos homens. Melhorar a participação das mulheres na tomada de decisões significa que todos os cidadãos têm voz nas demandas sociais no que diz respeito à alocação e uso de recursos, seja por receitas fiscais, acesso ao poder, recursos econômicos ou valores culturais. Isso tornaria o processo de tomada de decisão mais transparente e acessível e, portanto, mais democrático (Ibid., p. 46, tradução própria),

Para tanto, os espaços de formulações de “consenso e mediação” – como organizações locais, ONGs, entidades legais, partidos políticos, “associações patronais” e “sindicatos” têm como compromisso transformar às suas discordâncias em acordos que sejam pautados pelas “regras do jogo”, nas “grandes linhas estratégicas de desenvolvimento” e que considere as reivindicações “dos diferentes grupos sociais” (Ibid., p. 46).

O próximo capítulo discute sobre o emprego produtivo e como isso afeta a vida das mulheres. Os subtemas abordados referem-se à feminização do emprego e o aumento da força de trabalho feminina, mesmo em situações de recessão –o que não significa que as posições ocupadas sejam de qualidade; a invisibilidade⁷² laboral

⁷² A pesquisa cita que boa parte dos censos continuam desconsiderando o trabalho feminino, especialmente aquelas que estão nas áreas produtivas. O documento expõe que as mulheres estão envolvidas em quatro setores laborais que são ignorados: produção de sustento, setor informal, doméstico e similares, e voluntariado.

das mulheres; transformações tecnológicas; tendências do desenvolvimento internacional; emprego feminino na indústria de manufatura; migração internacional e de trabalho; discriminação no mercado de trabalho; diferenças salariais; seguridade social e proteção; e, dos sindicatos e associações.

O empoderamento aparece na questão tecnológica, especialmente, na área de “tecnologias agrícolas e desenvolvimento rural”. Nesse tópico, o documento revela que há uma divisão do trabalho na esfera rural que atribui atividades extenuantes, “manuais e intensivas” às mulheres. A inserção de novas tecnologias no meio agrícola pode parecer vantajoso em curto prazo, especialmente suavizando os encargos antes intensos, entretanto, em longo período, pode dificultar as chances empregatícias.

Além disso, outros elementos são vistos como entraves para as mulheres que trabalham no setor agrícola, como “o pequeno tamanho de suas propriedades agrícolas, sua falta de acesso ao crédito e ao treinamento relacionado à tecnologia e sua aplicação potencial às suas próprias necessidades”. Ademais, dentro de suas residências, se a mulher não tem o controle sobre a renda e os gastos, as escolhas prováveis de melhorias tecnológicas “têm maior probabilidade de ser relevantes para as atividades comerciais dos homens do que para as mulheres” (Ibid., p. X).

Nesse sentido, o documento expõe que

o desenvolvimento de tecnologia apropriada para mulheres é essencial para seu empoderamento. Os projetos de cooperação técnica da OIT para mulheres de três regiões em desenvolvimento indicam que é viável ampliar e diversificar as oportunidades de geração de renda para mulheres rurais e informais em pequena escala, introduzindo tecnologias adequadas e aprimoradas. Essas tecnologias podem gerar empregos para as mulheres em áreas não tradicionais, enquanto a atualização das tecnologias nas ocupações tradicionais das mulheres pode aumentar sua produtividade e reduzir o trabalho enfadonho (DPCSD, 1995, p. 60).

Já o capítulo quatro discorre sobre as mulheres e o processo de decisão econômica. O documento indica que a força laboral feminina está aumentando em todos os setores e regiões, mas permanecendo ainda, de forma significativa, ausentes nas esferas de decisão econômica. Alguns dados e gráficos são colocados ilustrando as posições ocupadas por mulheres – governo, grandes empresas, setores, delegações, áreas de estudos, etc. Além disso, o capítulo traz alguns pontos das trajetórias das mulheres em estruturas corporativas, daquelas que são

empresárias/empreendedoras e das mulheres no desenvolvimento comercial. Não aparece empoderamento neste capítulo, só o aparecimento do “poder” no sentido de comando e de tomada de decisões.

Logo no início, a pesquisa traz argumentos explicando porque é necessário que as mulheres estejam nesses espaços de tomada de decisão econômica: o primeiro ponto é por ter direito a isso, assim como ter as mesmas oportunidades para obter as habilidades necessárias; a segunda questão expõe que impossibilitar as mulheres de atingir às suas plenas capacidades seria “desperdício de recursos humanos”, pois um espaço favorável aos recursos humanos amplia o desenvolvimento de *know-how* das mulheres; e, por fim, as habilidades que as mulheres possuem são adequadas para esses ambientes, como por exemplo, a habilidade da “multitarefa é particularmente valiosa em empresas industriais onde um prêmio é colocado no uso eficiente do tempo” e o aumento no “estilo de gestão que é mais tipicamente feminino, envolvendo conceitos como liderança cooperativa, solução intuitiva de problemas e ênfase na qualidade” (DPCSD, 1995, p. 79).

Para finalizar, o último capítulo tem um caráter conclusivo e de revisão do que foi abordado. Dessa forma, a pesquisa declara que o desenvolvimento internacional precisa conter medidas e projetos que busquem romper os entraves que as mulheres encontram na participação do desenvolvimento, devendo haver assim uma implementação da perspectiva de gênero na construção de políticas econômicas, na reorganização do ambiente empregatício e na adoção de políticas urgentes e reais para expandir o número de mulheres nas esferas decisórias econômicas. Ademais, é também neste último capítulo que o empoderamento se manifesta com maior intensidade e concentração.

Quanto à questão da perspectiva de gênero no desenvolvimento, o documento ressalta que o contexto internacional de reestruturação direcionado à “eficiência, a orientação externa, o acerto de preços e o papel dos mercados na alocação de recursos” como também pautado na “maior liberdade econômica”, além de ter sido “acompanhado pela disseminação da democracia e pelo alargamento das liberdades civis e políticas”, tornou as relações globais complexas. Por conseguinte, as nações que buscaram “estabilizar suas economias e alcançar maior abertura em seus esforços de desenvolvimento também experimentaram uma melhora significativa nas perspectivas de emprego para as mulheres” (Ibid.).

A identificação das mulheres como agentes econômicas e capacitadas seria

fundamental para o desenvolvimento; contudo, para alcançar a igualdade e a “eficiência”, seria necessário que haja uma transformação na “estrutura social”. De acordo com a organização, essa mudança “é o processo pelo qual a sociedade responde às necessidades de mudança de seus membros e acomoda novas restrições e possibilidades emergentes das mudanças técnicas e econômicas”. O seguimento disso assegura que “instituições antigas e regras ultrapassadas não se tornem os principais obstáculos ao desenvolvimento” (Ibid., p. 90).

Para tanto, todos os cidadãos deveriam participar e ter um papel de agente nesse processo. As mulheres ainda possuem uma atuação mínima e restrita, e “empoderar as mulheres para se tornarem agentes ativos na formulação dos ajustes requer redefinir as relações entre os fatores sociais, econômicos e políticos que atualmente inibem a participação das mulheres e suas escolhas de vida”. Esse empoderamento traria novas visões, alterando o padrão de vida de homens e mulheres, mas todos se beneficiariam (Ibid.).

Alguns atores estão envolvidos nesse procedimento: Estado, mercado e núcleo familiar⁷³. Para a pesquisa, os governos têm a capacidade de estabelecer políticas e legislações que estimulem a mudança, porém também possuem recursos finitos; os mercados oferecem “liberdade” e diversas oportunidades empregatícias, por outro lado, “cria ou perpetua a desigualdade ao apoiar a divisão tradicional do trabalho”; e, o local onde se encontra o núcleo familiar, na casa, é “onde os esforços de mudanças estruturais são sentidos”. Portanto, para que as transformações estruturais aconteçam juntamente com o empoderamento, faz-se necessário inserir a perspectiva de gênero⁷⁴ e estabelecer um ajuste entre os atores.

Outro subtópico no qual o empoderamento é mobilizado diz respeito à “organização e empoderamento”. Segundo o relatório, a atuação das mulheres dentro de sindicatos e organizações representa equidade trabalhista e o “empoderamento (...) não ocorrerá a menos que mulheres, sindicatos, empregadores e governos deliberem sobre políticas e medidas práticas para promovê-lo” (DPCSD, 1995, p.95).

Para o documento, os grupos de mulheres trabalhadoras são importantes, porque essa mobilização trabalhista intensifica as funções produtivas e que

⁷³ Tradução de *household* nesse contexto.

⁷⁴ Incentivar educação, pensar no custo de oportunidade, promover treinamentos de gestão e tecnologia, garantir seguridade social, etc.

fornece renda, além de ajudar na resolução de questões trabalhistas⁷⁵. Nesse ponto, “os sindicatos têm incentivado atividades, cooperativas ou pré-cooperativas, novamente com o objetivo de mobilizar e empoderar as mulheres em torno de projetos de geração de renda” (Ibid.).

Além disso, a pesquisa ressalta a necessidade de que as mulheres que trabalham com serviços domésticos, tenham visibilidade e estejam inseridas em grupos cooperativos. De um modo geral, as mulheres deveriam ser vistas⁷⁶ como agentes dentro do mercado laboral, e isso acontecendo, ficaria mais identificável perceber como as mulheres influenciam e são influenciadas nesse meio. Essa “troca de informações e criação de redes também empoderam as mulheres a falar e agir em seu próprio nome” (DPCSD, 1995, p.96).

Por fim, quanto aos atores comprometidos com as políticas de gênero e desenvolvimento, esses deveriam ser compostos por agentes do governo, colaboradores do setor formal, ONGs parceiras e grupos informais. Segundo a pesquisa, a união entre esses diversos setores objetiva “empoderar as mulheres que estão sendo marginalizadas por problemas econômicos, inovação tecnológica e mudanças nos padrões de comércio e investimento” (Ibid.).

De uma forma geral, ao longo do relatório observa-se que o desenvolvimento é traduzido para o crescimento econômico e, que quanto mais as mulheres estão inseridas na lógica produtiva, maiores serão os ganhos econômicos nacionais. Ainda menciona que a pobreza e a desigualdade têm uma causa: o desenvolvimento que não deu certo.

Somado a isso, o documento traz a perspectiva inovadora do gênero e empoderamento, mencionando que é necessária a transformação da estrutura social para ambos. Quanto ao gênero, a pesquisa define o que seria gênero, aborda sobre os encargos duplos que as mulheres experimentam, mas não se aprofunda nas causas e nas soluções. Ainda traz noções estereotipadas de gênero, como o mercado pode se beneficiar da habilidade “multitarefa” e outras qualidades femininas, como se esses atributos não fossem socialmente construídos e reflexos

⁷⁵ De acordo com o documento, os sindicatos e organizações terão que encontrar e desenvolver “estratégias inovadoras” e sustentáveis para lidar com a precarização, flexibilização e informalização. Dessa forma, muitos sindicatos utilizam-se de atividades de “lazer, educação, treinamento e projetos de geração de renda”, além de “planos de crédito, benefícios de maternidade, creche, assistência jurídica e seguridade social” (DPCSD, 1995, p. 95).

⁷⁶ Fazê-las perceptíveis exige o “marketing de suas habilidades e talentos” (DPCSD, 1995, p.96).

de uma desigualdade.

Além disso, homogeneíza as mulheres ao afirmar que alguns Estados estão caminhando para uma verdadeira igualdade de gênero, ignorando diferenças culturais, étnicas, de raça, classe que a vertente GAD traz. Esquece também de apontar as desigualdades interseccionais presentes dentro de países considerados desenvolvidos, como Estados Unidos. Qual seria a real igualdade de gênero?

Quanto ao empoderamento, aparece como algo dado e protocolar, sem definição e sem autores que compõem a base teórica. É elencado em pontos interessantes: descentralização, tecnologia, espaço de decisórios, capacidade organizacional, transformação estrutural e autonomia da mulher. Ainda, traz a importância das organizações – seja sindicatos, órgãos públicos, ONGs, instituições privadas, etc. – para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. No que diz respeito aos governos, eles deveriam ser os principais atores, mas sem interferir na eficiência do mercado. Entretanto, o empoderamento é frequentemente associado à intensificação da produção da mulher e à eficiência que pode oferecer aos governos e Estados.

Posto isso, outro ponto interessante mencionado é que as mulheres deveriam ser capazes de acessar posições de trabalho mais valorizadas, para melhorar sua condição no contexto de reestruturação global, especialmente, no cenário de desmantelamento dos trabalhos no serviço público e no aumento da informalidade. Entretanto, da forma que é exposta no texto, parece que as oportunidades são iguais, reduzindo a importância da questão de gênero a uma perspectiva econômica (neo)liberal.

Portanto, nota-se que, apesar da inserção da perspectiva de gênero e empoderamento, não houve um rompimento com a lógica WID. Observou-se a predominância do viés da eficiência econômica, das mulheres no desenvolvimento como um meio de crescimento e melhora do seu entorno. Ademais, não buscou se aprofundar nas questões estruturais do sistema que tanto objetiva transformar, ignorando processos de longo prazo, bem como reproduzindo noções essencialistas e associadas à lógica de acesso a recursos produtivos.

4.2 *Globalization, Gender and Work* (1999): “é como na proverbial pergunta sobre o copo estar meio cheio ou meio vazio”⁷⁷

⁷⁷ (DAW, 1999, p. 91).

O segundo documento a ser analisado é a Pesquisa Mundial sobre o Papel da Mulher no Desenvolvimento de 1999, cujo título se encontra acima do parágrafo. Esse arquivo foi realizado pela *Division for the Advancement of Women*⁷⁸ (DAW) e foi utilizado como base na sessão especial da Assembleia Geral, “Mulheres 2000: Igualdade de gênero, desenvolvimento e paz para o século XXI”, ocorrido em Nova York no ano de 2000. Além disso, o documento possui 110 páginas e o empoderamento é mencionado vinte e duas vezes.

De uma forma geral, a pesquisa retrata os resultados da globalização e das orientações econômicas no trabalho em uma perspectiva de gênero. Desse modo, o documento traz três direcionamentos econômicos no contexto de globalização:

(a) liberalização e expansão do comércio; (b) a expansão da capacidade de produção em todo o mundo por meio do investimento estrangeiro direto de empresas multinacionais; e (c) a liberalização financeira e o aumento da mobilidade internacional do capital financeiro (1999 WORLD [...], 2020, s/p, tradução própria).

A pesquisa conta com Prefácio, Introdução e seis capítulos: *I. Globalization of trade, capital and finance; II. Employment and displacement effects of globalization; III. Internationalization of production, reorganization of work and “flexibilization” of labour; IV. Changing patterns of rural women’s work; V. Transformation of the public policy environment; e, VI. Conclusion and gender-aware policy framework*⁷⁹.

Logo no Prefácio, o relatório traz informações e contextualizações relevantes, como o *background* institucional, histórico e teórico da inserção do gênero no desenvolvimento. Sendo assim, é explanado brevemente sobre a importância do movimento internacional de mulheres para a inserção das mesmas desde os primórdios da instituição, como na Carta das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos Humanos e na I Conferência Mundial da Mulher. Além disso, é abordado a mudança do WID para o GAD, bem como suas principais características.

Neste último ponto, o documento entende e define gênero como:

significados sociais atribuídos às diferenças biológicas de sexo. É uma construção ideológica e cultural, mas também é reproduzida no âmbito das

⁷⁸ A DAW “trabalha pela igualdade de gênero e empoderamento das mulheres” através de análises, pesquisas, apoio de políticas, promoção de acordo internacionais, entre outros. A DAW foi fundida, posteriormente na ONU Mulheres (ABOUT DAW, 2020, s/p).

⁷⁹ Na ordem: I. Globalização do comércio, capital e finanças; II. Efeitos da globalização no emprego e no deslocamento; III. Internacionalização da produção, reorganização do trabalho e flexibilização do trabalho; IV. Mudança dos padrões de trabalho das mulheres rurais; V. Transformação do ambiente de políticas públicas; e, VI. Conclusão e estrutura de política com consciência de gênero.

práticas materiais; por sua vez, influencia os resultados de tais práticas. Afeta a distribuição de recursos, riqueza, trabalho, tomada de decisões e poder político, e o gozo de direitos e prerrogativas dentro da família, bem como na vida pública. Apesar das variações entre as culturas e ao longo do tempo, as relações de gênero em todo o mundo implica uma assimetria de poder entre homens e mulheres como um traço generalizado. Assim, gênero é um estratificador social e, nesse sentido, é semelhante a outros estratificadores como raça, classe, etnia, sexualidade e idade. Ajuda-nos a compreender a construção social das identidades de gênero e a estrutura desigual de poder que subjaz à relação entre os sexos (DAW, 1999, p. 07, tradução própria).

Além de definir o gênero, a pesquisa relata que a abordagem GAD se tornou a principal nas agências internacionais desde os anos 1990; assim, de acordo com o relatório, “os aspectos políticos, em vez dos econômicos, do desenvolvimento tornaram-se o foco de preocupação”. Ademais, revela que o “*gender mainstreaming*” (transversalidade de gênero) e o “empoderamento” estão se tornando o grande ponto de atenção no debate do campo, nesse ponto de vista as mulheres devem ter o mesmo poder de decisão no “processo de desenvolvimento” (Ibid., p. 08).

Quanto a esse último ponto, o documento sugere que deve ser “de baixo para cima”, e cita Naila Kabeer (1995, p. 97, apud DAW, 1999, p.08), quando a autora explana que o empoderamento não deve ser transferido, mas autogerado através de recursos e de um controle das mulheres sobre suas próprias vidas. Por fim, informa que o empoderamento “requer uma consciência que é alimentada pelo conhecimento” (DAW, 1999 p.08-09). O prefácio traz ainda algumas conferências internacionais nas quais a visão de igualdade de gênero e, por vezes, empoderamento, foram abordadas.

A introdução da pesquisa apresenta, de forma sucinta, os temas a serem abordados ao longo do arquivo. Dessa maneira, levanta questões como o da globalização⁸⁰ e o papel econômico do gênero, anunciando que as mudanças trazidas por esse fenômeno – “flexibilidade do mercado de trabalho, a precarização e a informalização do emprego e a proliferação dos chamados empregos atípicos, precários ou contingentes” – são sentidas de formas distintas entre nações e até mesmo dentro de um país, além de variar de acordo com classe, níveis educacionais, faixa etária (DAW, 1999, p. 15).

Além disso, essa seção introdutória elucida que uma justificativa favorável ao

⁸⁰ A pesquisa elucida que o termo globalização pode assumir vários significados, mas que houve uma intensificação das telecomunicações e da propaganda, do mercado financeiro internacional, novas formas de governo, de políticas identitárias, da universalização dos direitos humanos, do livre comércio e da integração econômica, política e cultural, etc.

contexto de globalização é que o “permite que os recursos sejam usados onde são mais produtivos”. Porém, faz-se necessário que os setores econômicos dos governos consigam se adaptar às incertezas do mercado global, também devendo contribuir com “aumento do fluxo de mão-de-obra e recursos entre os setores” e desafiar “os custos de ajuste” que é gerado. A pesquisa afirma que esses processos têm recorte de gênero e que teria de haver outras preocupações para além do “bem-estar relativo das mulheres” (Ibid., p. 16).

Assim, deve-se analisar “o impacto do gênero na capacidade de desenvolvimento econômico de um país” no processo de globalização. Essa repercussão pode ser vista em três momentos: no crescimento da produtividade na transferência de trabalho; em “como os custos de ajuste econômico são tratados”; e, no “investimento em recursos humanos que promovam o crescimento econômico” (Ibid.).

O capítulo um é bastante breve, abordando temas como globalização, capital financeiro internacional, investimento e PIB. Alguns dados são expostos através de tabelas e o foco maior da discussão é a respeito de países em desenvolvimento.

O empoderamento é visto somente no segundo capítulo. Esta seção discorre um pouco sobre os efeitos da globalização no emprego, especialmente no setor de manufatura, serviços, agricultura, zonas de exportação, e sobre a diferença salarial. Segundo o documento, “o trabalho remunerado nem sempre significa empoderamento das mulheres”, isso implica que muitas vezes a renda recebida pode ir para o sustento de um núcleo familiar e/ou provocar jornadas duplas de trabalho (reprodutivo e produtivo), por exemplo.

O próximo capítulo, o terceiro, retrata a internacionalização da produção e a reorganização do trabalho – parciais, informais, auto-emprego e doméstico. Nesse sentido, a pesquisa cita um caso de uma associação de autônomas na Índia, *Self-Employed Women's Association of India* (SEWA), e que funciona como uma organização para enfrentar entraves gerados por essa reorganização laboral⁸¹.

De acordo com a pesquisa, essa associação busca o desenvolvimento econômico e funciona como um sindicato para mulheres autônomas - vendedoras ambulantes, domésticas, pequenas comerciantes, prestadoras de serviços, etc. A

⁸¹ O documento levanta que a erosão dos direitos trabalhistas e a instabilidade e fragilidade do setor informal, dificultam o estabelecimento de um ambiente laboral seguro e a organização dos trabalhadores.

atuação do sindicato compreende a proteção de salários mínimos, educação jurídica, autorização para as vendedoras e, “devido à instabilidade do trabalho autônomo, a SEWA também ajuda os membros a organizar cooperativas para renda e seguridade social para promover empregos empoderados” (DAW, 1999, p. 52).

Já o capítulo quatro versa sobre a mudança laboral na agricultura em uma perspectiva de gênero. A seção debate sobre o trabalho exercido nessa esfera, mas que é invisibilizado, apresentando alguns efeitos da comercialização e liberalização da agricultura, privatização de terras e de recursos naturais, e levantando algumas respostas à economia de mercado.

O empoderamento é citado no subtópico da privatização. Aqui a pesquisa levanta que a terra representa “crédito” e a possibilidade de acessar outros recursos; logo, ao privatizar esses espaços, ocorre uma perda de poder dos “pequenos agricultores”, especialmente as mulheres, limitando-as a acessar outros espaços sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, “as diferenças de gênero em sua propriedade e controle podem ser o fator mais importante que explica a lacuna no bem-estar econômico, status social e empoderamento entre homens e mulheres” (Ibid., p. 69). De acordo com a pesquisa, uma solução para empoderar as mulheres seria a organização de trabalhadoras rurais (Ibid., 75).

Ainda no mesmo capítulo, o termo é visto novamente na subseção final, ao abordar o microcrédito. Aqui há uma breve discussão de alguns benefícios e alguns pontos negativos a respeito desse acesso. Um dos estudos interessantes mencionados no documento abordou o microcrédito nas microempresas na República Dominicana. A pesquisa concluiu que as mulheres trabalhavam mais e ganhavam menos do que os homens, as microempresas possuíam uma perspectiva familiar, e a renda direcionada às mulheres era utilizada para sobrevivência em vez de constituir um “instrumento de empoderamento da atividade empreendedora” (Ibid., 73).

Já o capítulo cinco debate sobre a política macroeconômica e a deflação, a atuação decrescente do Estado, riscos e volatilidades e os seus impactos na vida das mulheres. Dessa forma, a seção cita que os fluxos financeiros desregulados, a baixa capacidade das nações para movimentar recursos redistributivos⁸² e a volatilidade do mercado laboral resultam para as mulheres uma maior propensão ao

⁸² Há uma redução nos “gastos sociais com habitação, nutrição, saúde e educação” (DAW, 1999, p. 76).

desemprego, menos seguridade, aumento de responsabilidades na proteção do núcleo familiar, aumento nos encargos domésticos e do cuidado, por exemplo.

O empoderamento é visto no último capítulo, o qual é feito uma revisão do que foi abordado, como também discute sobre a estrutura política com consciência de gênero e conclui a pesquisa. Logo no início, revelam-se algumas tendências que foram observadas: primeiro, o aumento feminino em posições remuneradas; “os custos de ajuste econômico têm sido suportados desproporcionalmente pelas mulheres, especialmente as mulheres pobres” e, por último, “as demandas de bem-estar impostas à família e às mulheres parecem ter aumentado”, com a redução dos gastos sociais dos governos. Entretanto, universalizar as consequências do processo da globalização é difícil, nas palavras do documento:

as forças desencadeadas pela globalização deram origem a novas oportunidades que podem ser potencialmente empoderadoras para as mulheres, por um lado, e condições econômicas que são hostis à igualdade de gênero, incluindo aumento da volatilidade econômica, insegurança no emprego e perda de meios de subsistência, por outro lado (Ibid., p. 89, tradução própria).

Outro ponto abordado é que alguns questionamentos a respeito da globalização são disputados. O capítulo menciona a seguinte frase: “como na proverbial pergunta sobre o copo estar meio cheio ou meio vazio” (DAW, 1999, p.91). Por um lado, alguns acreditam que a globalização e os seus atributos – liberalização do comércio e do mercado de trabalho, alta concorrência, reestruturação e crescimento econômico, por exemplo – levariam à igualdade de gênero. Essa perspectiva afirma que a discriminação de gênero é cara para os empregadores, especialmente em um mercado livre com alta concorrência.

De forma oposta, outros asseguram que a “liberalização e a flexibilização do mercado de trabalho têm sido simplesmente meios para aumentar a capacidade das empresas de sobreviver em face da competição intensificada em todo o mundo”, sendo que as minorias acabam arcando com essas mudanças. Inclusive, até mesmo a diminuição “das disparidades salariais de gênero em alguns países desenvolvidos reflete mais uma deterioração nas condições de emprego dos homens do que uma melhoria na posição das mulheres no mercado de trabalho” (Ibid., p. 91).

Quanto ao empoderamento para essas visões, o documento sustenta:

aqueles que geralmente têm expectativas otimistas sobre os benefícios de relações de mercado intensificadas argumentam que o desenvolvimento do

setor privado abre novas oportunidades para a atividade empresarial que empodera as mulheres. Em contrapartida, para os céticos, o que fortalece são as redes sociais que as mulheres ingressam e criam no contexto do emprego remunerado, seja ele formal ou informal. Eles duvidam que o aumento da participação no mercado de trabalho por si só tenha um efeito libertador sobre as mulheres, reconhecendo que pode muito bem dar origem a novas formas de subordinação de gênero no trabalho numa época em que as antigas dentro da família estão se desgastando. No entanto, eles enfatizam que, sob certas condições, ao fornecer uma base para as mulheres se organizarem coletivamente, o aumento da participação no emprego pode ser um primeiro passo crucial para a auto-capacitação, que poderia ser a principal fonte de melhorias duradouras nas relações de gênero dentro e fora de casa (Ibid., tradução própria).

Dessa maneira, percebe-se que o documento definiu o gênero de uma forma mais complexa e atual, trazendo intersecções. Quanto ao empoderamento, trouxe citação de Naila Kabeer, uma das principais referências da temática, desde uma perspectiva crítica. Associou o empoderamento com conhecimento, consciência, poder decisório; com algo que não pode ser transferido e com processos organizacionais “de baixo para cima”. Ainda, menciona elementos que a pesquisa de 1994 deixou para trás, como as desigualdades interseccionais que estão presentes em todos os âmbitos: no local, nacional e internacional.

Posto isso, o relatório também mencionou que a igualdade de gênero deveria ir além do bem-estar e que a renda nem sempre significa o empoderamento das mulheres. Somado a isso, a pesquisa apresenta que a globalização pode gerar oportunidades empoderadoras para as mulheres, mas não deixa claro como isso seria operacionalizado, assim como não fica definido como seriam os empregos empoderadores.

Nota-se que houve uma tentativa de maior neutralidade ao trazer algumas visões distintas, muito diferente do documento anterior. Entretanto, é visto uma ênfase em tópicos como “crédito” e “recursos” associados ao empoderamento, além do foco, de uma forma geral, de alocação de recursos em locais produtivos, sendo os recursos humanos um desses.

O texto traz aspectos que buscam a mudança estrutural ao longo prazo e menciona questões importantes do empoderamento. Entretanto, não existe aprofundamento e nem definição de forma mais exata do que seria empoderamento, o termo novamente aparece como dado, em frases soltas. Por conseguinte, ainda que não definido de maneira mais nítida, observa-se que o empoderamento pode significar uma solução às desigualdades resultantes dos processos negativos da

globalização e da reestruturação econômica.

4.3 *Women and International Migration* (2004): "iniciativas mais amplas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todas as sociedades" ⁸³

A Pesquisa Mundial sobre o Papel da Mulher no Desenvolvimento no ano de 2004 é veiculada no Segundo Comitê da Assembleia Geral, na quinquagésima nona sessão. O arquivo contém Sumário Executivo, Agradecimentos e nove capítulos: *Introduction*⁸⁴, *Gender equality and international migration; Migration, poverty reduction and sustainable development; Family and labour migration; Refugees and displaced persons; Human trafficking and smuggling; Gender roles and integration of migrant women; Health and HIV/AIDS*; e, *Conclusions and the way forward*⁸⁵. A pesquisa é realizada, de maneira final, pelo DESA⁸⁶, contém 110 páginas e o empoderamento aparece 33 vezes.

O documento tem como tema principal as mulheres na migração internacional, sendo a desigualdade de gênero um motivo para essa mudança. No Sumário Executivo cita-se que esse processo pode ser “empoderador” quando as mulheres saem “de situações em que vivem sob a autoridade patriarcal tradicional para situações em que são empoderadas para exercer maior autonomia sobre suas próprias vidas”. Entretanto, ainda faltam dados concretos e com diversas variantes que permitam a análise de todas as consequências migratórias na vida das mulheres (DESA, 2006, p. III).

Apesar de não ter dados suficientes, algumas tendências são vistas: as migrações das mulheres por vezes ocorrem de uma forma dependente de uma pessoa da família ou como futura esposa de alguém no país de destino; na maioria das vezes as mulheres migrantes são as assalariadas⁸⁷ da família; e, as migrações podem ser voluntárias ou forçadas - através de forças externas ou tráfico humano. A pesquisa recomenda algumas medidas para melhorar as condições das mulheres

⁸³ (DESA, 2006, p.16).

⁸⁴ A pesquisa conta a introdução como sendo capítulo um.

⁸⁵ Na tradução: Introdução; Igualdade de gênero e migração internacional; Migração, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável; Migração familiar e laboral; Refugiados e pessoas deslocadas; Tráfico e contrabando de pessoas; Papéis de gênero e integração das mulheres migrantes; Saúde e HIV / AIDS; e, Conclusões e o caminho a seguir.

⁸⁶ O DESA é o departamento econômico e social da ONU. Essa agência elabora pesquisas, realiza análises, promove políticas e capacitações (DESA WHAT WE DO, 2020, s/p).

⁸⁷ Esses trabalhos assalariados costumam ser em áreas como “trabalho doméstico, indústria de vestuário, enfermagem e ensino” (DESA, 2006, p. 02).

em fluxo migratório, entre elas

a ratificação e implementação de todos os instrumentos jurídicos internacionais que promovem e protegem os direitos das mulheres e meninas migrantes; revisão das leis e políticas nacionais de emigração e imigração a fim de identificar disposições discriminatórias que enfraquecem os direitos das mulheres migrantes; desenvolvimento de políticas que aumentem as oportunidades de emprego de mulheres migrantes, refugiadas e traficadas, acesso a moradia segura, educação, treinamento em línguas no país anfitrião, cuidados de saúde e outros serviços; programas de educação e comunicação para informar as mulheres migrantes sobre seus direitos e responsabilidades; e pesquisa e coleta de dados, desagregados por sexo e idade, que melhoram a compreensão das causas da migração feminina e seu impacto sobre as mulheres, seus países de origem e os países de destino, a fim de fornecer uma base sólida para a formulação de políticas e programas apropriados (DESA, 2006, p. V, tradução própria).

A introdução explica como o gênero se relaciona com a migração, especialmente ao entender que o gênero estrutura as relações sociais. Dessa forma, nos processos migratórios se nota que certas ações e condutas são esperadas de acordo com o gênero. Nesse sentido, “reconhece a influência das desigualdades de gênero que existem nos países de origem e de destino e ilustra como essas desigualdades podem empoderar as mulheres, mas também podem prejudicá-las” (Ibid., p.01).

Por conseguinte, a introdução informa que as mulheres migrantes são vulneráveis à violência e abusos, “quer sejam trabalhadores migrantes, migrantes familiares, pessoas traficadas ou refugiadas, enfrentam o triplo fardo de serem mulheres, estrangeiras e, muitas vezes, trabalharem em ocupações perigosas”. Além disso, quanto ao trabalho, comparado aos homens migrantes, recebem menos renda. Ademais, a pesquisa enfatiza que interseção com “raça, etnia e religião” – entre mulheres, bem como, entre homens e mulheres – pode facilitar ou não o acesso às “oportunidades”⁸⁸ (DESA, 2006, p. 02).

Ainda na introdução é mencionado novamente que o processo de migração pode resultar no empoderamento. Aqui o documento cita dois autores, primeiro G. Hugo (2000, p.299, apud DESA, 2006, p.02) e diz

a migração internacional tem mais probabilidade de empoderar as mulheres - a migração é das áreas rurais para as urbanas; a migração não é clandestina ou sem documentos; as mulheres trabalham fora de casa no país de destino; as mulheres se movem de forma autônoma e não como parte de um grupo familiar; eles entram em ocupações do setor formal; e a

⁸⁸ Segundo o documento, há uma grande quantidade de mulheres migrantes que “são de raça, etnia e religião diferentes da população de acolhimento” e que, portanto, “podem enfrentar discriminação adicional por esse motivo” (DESA, 2006, p.02).

migração é de longo prazo ou permanente, ao invés de temporária. Mesmo quando as mulheres não se mudam, mas ficam para trás quando seus maridos ou filhos migram, elas assumem novos papéis e assumem a responsabilidade pelas decisões que afetam o bem-estar social e econômico de suas famílias.

O arquivo ainda aborda que o empoderamento das mulheres – social, político e econômico – através da migração resulta em ganhos para toda a comunidade. Aqui, a pesquisa faz referência a Amartya Sen (2001, p. 10, apud DESA, 2006, p. 02, tradução própria) quando o autor diz que:

a expansão das capacidades das mulheres não só aumenta a liberdade e o bem-estar das mulheres, mas também tem muitos outros efeitos na vida de todos. O aprimoramento da agência ativa das mulheres pode, em muitas circunstâncias, contribuir substancialmente para a vida de todas as pessoas - tanto homens quanto mulheres, crianças e adultos.

Ademais, o arquivo ainda traz que o documento visa apresentar “tanto as oportunidades de empoderamento das mulheres migrantes” quanto os entraves e as dificuldades. Por conseguinte, oferece questionamentos⁸⁹ que devem ser examinados pelas entidades formuladoras de políticas. Um dos pontos versa sobre empoderamento: “como as mulheres migrantes podem ser mais empoderadas para participar de forma significativa nas decisões sobre migração e mobilidade?”

Por fim, é retomado alguns tópicos da Plataforma de Pequim, bem como um breve histórico sobre as conferências e sessões que ocorreram até o momento da presente pesquisa. Essa contextualização feita aborda sobre a temática da migração internacional e o gênero, como também o empoderamento – entretanto, não há nada inovador no que é retratado, apenas recapitulações.

No capítulo dois é discutida a importância do gênero na migração internacional, ou seja, afirma-se que esses processos são diferentes para homens e mulheres. Para o documento, essa perspectiva “evita os perigos de tratar a migração feminina como um caso especial e/ ou desviante da migração masculina, e destaca as mulheres como agentes de mudança em todo o processo de migração”, assim como destaca a desigualdade de gênero (Ibid., p. 14). Além disso, para o documento, essa análise específica do gênero corrobora com “iniciativas mais amplas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todas as

⁸⁹ Esses questionamentos abordam os motivos que levam à migração, os efeitos com relação às posições que as mulheres estão, as contribuições que as mulheres podem dar ao desenvolvimento da sua nação de origem, garantia de direitos no seu país de origem, entre outros (DESA, 2006, p. 03).

sociedades” (Ibid., p. 16).

Outro ponto no qual o emprego do empoderamento se faz presente é quanto às causas da migração. Aqui é relacionado ao potencial de ganhos; segundo o documento, o empoderamento se associa ao aumento da migração quando as mulheres percebem que existem melhores oportunidades e quando há mais chance de ter reconhecimento do seu trabalho.

Já as consequências da migração internacional podem atingir até mesmo os que ficam no país de origem. De acordo com a pesquisa, quando os homens saem das suas nações de origem e as mulheres ficam, é visto um aumento no encargo doméstico e do cuidado, no setor administrativo-financeiro da casa e, por vezes, “devem assumir ou aumentar as atividades geradoras de renda para compensar a renda perdida quando os homens migram ou quando ocorrem remessas erráticas ou escassas”. Contudo, “também existe o potencial para que essas atividades geradoras de renda aumentem a autonomia e o empoderamento das mulheres” (Ibid., p.17).

Outra forma na qual o empoderamento na migração internacional é percebido diz respeito às relações de gênero no país de destino. Para a instituição, a exposição a novas formas de relações sociais acarreta em mudanças no âmbito familiar, trabalhista e relacional, uma vez que essas interações “aumentam a autonomia e o empoderamento das mulheres migrantes”. Porém as mudanças não são “diretas” e pode haver um estranhamento cultural (DESA, 2006, p. 18).

A pesquisa também chama atenção para as mulheres que se encontram em situação de migração forçada, seja em um status de refugiada quanto àquelas que foram traficadas. Na primeira situação, percebe-se que os campos de refugiados muitas vezes reproduzem estereótipos de gênero, especialmente quando é concedida aos homens a gerência de recursos e escolhas. Isso pode ser negativo na medida em que dificulta “a capacidade das mulheres de obter proteção contra a violência e o abuso físico, de ter acesso a alimentos e cuidados de saúde e de realizar atividades geradoras de renda”. Já as mulheres em situações de tráfico se encontram em uma posição mais delicada, sobretudo por vivenciarem a “exploração, coerção e abuso de poder”. Dessa forma, para o relatório, “estratégias precisam ser desenvolvidas para proteger e empoderar as mulheres nessas situações” (Ibid., p. 17).

Já o capítulo três discute a relação do desenvolvimento com a migração e a

pobreza. Nessa lógica, a organização menciona que há dois vínculos importantes para investigar: o primeiro seria “quais os processos de desenvolvimento, incluindo a assistência ao desenvolvimento, podem reduzir as pressões para a migração indesejada”; e, o segundo, quais são as formas que “os migrantes podem ser um recurso para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável em suas comunidades de origem”. O gênero entra nessa abordagem quando se nota que mulheres e homens são atingidos de forma diferente “nas formas ou na medida em que agem como recursos para o desenvolvimento” (DESA, 2006, p. 19).

Aqui o empoderamento é levantado no tocante à migração intencional⁹⁰ tanto doméstica – no sentido rural para o urbano – quanto internacional. Conforme a pesquisa pontua

a migração interna também pode empoderar as mulheres de uma forma que lhes permite migrar internacionalmente, por exemplo, fornecendo-lhes habilidades que podem usar em empregos de manufatura e serviços nas áreas urbanas de países mais ricos (DESA, 2006, p. 19, tradução própria).

Ainda no mesmo capítulo, o empoderamento é citado novamente, dessa vez quanto ao retorno financeiro para o país de origem. A pesquisa menciona que, apesar das críticas a respeito do envio de remessas como uma fonte de “desenvolvimento, os aspectos positivos incluem o apoio a famílias chefiadas por mulheres, empoderamento das mulheres e impactos positivos na educação, saúde e nutrição”. Segundo o relatório, essas quantias também servem como contribuição para “o balanço de pagamentos positivo” e isso tem um impacto na redução da pobreza (Ibid., p. 20-21).

O próximo capítulo, o quarto, discute acerca da natureza da migração que pode ser para reencontrar a família ou formar uma, ou ter uma motivação laboral. O primeiro caso é o mais recorrente, devido aos auxílios legais que muitos países oferecem. Geralmente, são as mulheres que procuram o reencontro e quanto à formação de família, o casamento pode ser utilizado para obtenção de visto. Em ambos os casos, pode haver relações de dependência e vulnerabilidade⁹¹.

Em relação ao trabalho, o documento apresenta que há um aumento das

⁹⁰ O documento cita que à medida que o desenvolvimento ocorre, o processo de migração se intensifica, inclusive a migração doméstica e o êxodo rural.

⁹¹ Isso pode ocorrer porque a condição da mulher “está frequentemente vinculada ao de seus cônjuges” e, dessa forma, “as mulheres migrantes que são vítimas de violência doméstica muitas vezes sentem que devem ficar com o agressor ou serão deportadas” (DESA, 2006, p.29).

mulheres que migram internacionalmente para trabalhar e também estudar. Segundo a pesquisa, essa transferência ocorre devido a “fatores de oferta e demanda” e as mulheres vão a busca de melhores oportunidades. Quanto ao empoderamento, o capítulo não o menciona.

Já o capítulo cinco discorre acerca dos refugiados e de pessoas que são deslocadas, o empoderamento aparece em dois subtópicos. A primeira citação é a respeito do acesso às oportunidades; a pesquisa mostra que existem alguns entraves associados ao gênero para as mulheres em situação de refúgio, principalmente de educação, treinamento e trabalho. Nesse sentido, menciona-se a ação do grupo “*Women’s Education for Advancement and Empowerment*” (WEAVE) que atua no treinamento de “profissionais de saúde em saúde materno-infantil e conscientização sobre HIV / AIDS” e disponibiliza “creches para que as mulheres possam frequentar as aulas”. De acordo com o documento, esses projetos que oferecem capacitações e ferramentas educacionais podem “fornecer oportunidades de renda” (Ibid., p.52).

O próximo subtópico em que há a menção versa sobre paz e repatriação. Primeiramente, afirma-se que as “mulheres refugiadas e deslocadas são recursos para o desenvolvimento dos países no pós-conflito”, porque aprenderam outras capacidades/habilidades nos campos – atividades coletivas, outros idiomas, atividades produtivas, entre outras –, e assim tornaram-se “autoconfiantes, conscientes de seus direitos e mais assertivas”. Para a pesquisa, “hoje, as vidas das mulheres que experimentaram o empoderamento no exílio reverteram em grande parte para as condições do *status quo ante*, mas com mudanças de atitudes” (DESA, 2006, p. 53).

O capítulo seis levanta questões como tráfico humano e contrabando, explicando a diferença⁹² entre os dois através de algumas disposições legais. No que tange ao empoderamento, o termo é aludido no tocante à prevenção e nesse ponto é afirmado que o conhecimento a respeito sobre o tráfico e a migração constitui “uma importante ferramenta de empoderamento” que reduz a “a capacidade dos traficantes de explorar a falta de conhecimento dos potenciais migrantes” (Ibid.,

⁹² Para a instituição (2006, p.56), existe uma linha tênue entre os dois, “as mulheres contrabandeadas por traficantes podem acreditar que trabalharão em ocupações legítimas, mas acabam presas à prostituição forçada, casamento, trabalho doméstico, fábricas exploradoras e outras formas de exploração que constituem uma forma contemporânea de escravidão”.

p. 58).

Além disso, segundo a pesquisa, o próprio empoderamento das mulheres é uma forma de prevenção por si só. Nas palavras do relatório:

a prevenção exige o empoderamento das mulheres, o que muitas vezes exige mudanças fundamentais em seus papéis e o reconhecimento de seus direitos. Exemplos de mudanças de empoderamento que poderiam reduzir a vulnerabilidade ao tráfico incluem educação obrigatória gratuita para meninas; eliminação da discriminação contra mulheres e meninas; adoção de leis de família que não discriminem em razão do sexo, em particular sobre a concessão de direitos iguais de propriedade e heranças; e as leis trabalhistas que prevêem pagamento igual para trabalho igual e disposições especiais de habilitação para as mulheres, como licença-maternidade e creches. Além disso, são necessárias leis nacionais que tratem de crimes dirigidos especialmente contra mulheres e crianças. Isso pode estar relacionado à violência doméstica, mortes por dote, assassinatos de “honra”, outros costumes prejudiciais, como mutilação genital feminina, casamento de crianças, caça às bruxas, estupro – incluindo estupro por detenção e coletiva – assédio sexual, sequestro, agressão e abuso sexual (DESA, 2006, p. 59, tradução própria).

O empoderamento é apresentado novamente no capítulo sete, o qual versa sobre os papéis de gênero e a inserção da mulher migrante. Em um primeiro momento, é colocado como um exemplo de organização de integração dessas mulheres. Cita-se a iniciativa de uma organização sueca que reúne mulheres de diversas origens e etnias para promover atividades que ajudam na remoção de barreiras de idioma e culturais, como também na promoção de capacitações e socializações: o “empoderamento das mulheres migrantes por meio do projeto é em si um modelo e uma denúncia do desperdício de habilidades e da exclusão social de mulheres imigrantes altamente educadas” (European Commission, 2003, p. 64, apud DESA, 2006, p. 71).

O outro subtópico no qual se referencia o empoderamento é no impacto social e econômico nos países de destino das mulheres migrantes. Aqui são expostas algumas estratégias para incluir as mulheres migrantes e diminuir as “tensões da comunidade” quanto às diferenças culturais. O empoderamento se enquadra em um dessas táticas: “empoderar os migrantes” para se envolverem na comunidade como cidadãs (DESA, 2006, p. 72).

O penúltimo capítulo é bastante breve e aborda sobre a saúde e o HIV, o empoderamento não é levantado. Esta seção discorre sobre a saúde daqueles que migram e dos que ficam no país de origem, dessa forma, retrata entraves e vulnerabilidades encontradas como o difícil acesso ao sistema de saúde e o risco de HIV/AIDS no contexto migratório.

O capítulo seguinte, o último, traz as considerações finais, levanta desafios futuros e apresenta medidas para “empoderar mulheres migrantes”, além de “proteger e promover seus direitos humanos”. Entre essas medidas:

(d) Garantir que as políticas nacionais apliquem as abordagens de equilíbrio do tráfico que se concentram na prevenção e processo criminal com esforços para proteger os direitos das pessoas traficadas (...). As medidas de proteção também devem ser consistentes com as contidas no Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, incluindo o fornecimento de representação legal, proteção de testemunhas, reabilitação de vítimas e possibilidade de repatriação ou permanência no país de destino e apoio aos esforços de combate às causas profundas do tráfico nos países de origem, em **particular por meio do empoderamento econômico das mulheres** (DESA, 2006, p. 79, tradução e grifo próprios).

Além disso, o documento menciona que além do Estado, a sociedade civil – ONGs, instituições privadas, etc. – devem implementar “outras políticas e diretrizes para o empoderamento de mulheres refugiadas e deslocadas e sobre a proteção de seus direitos e proteção física e segurança” (Ibid., p. 80).

De maneira geral, nota-se que o documento considera o gênero como modelador das estruturas sociais e que a migração pode ser empoderadora. Contudo, não houve definição a respeito do termo, trouxe referências teóricas não tão usadas no GAD e na abordagem do empoderamento, mas de forma positiva. As relações versaram sobre educação, decisões, treinamento, capacitações, socialização e aumento de informações, elementos que, sem dúvida, contribuem para o empoderamento das mulheres.

Entretanto, o documento também associa o empoderamento com a desigualdade, em especial situações que aumentam os encargos laborais das mulheres e que são precárias – como o trabalho em indústrias de manufaturas. Dessa maneira, por vezes, a pesquisa dá a entender que a renda e o trabalho produtivo são a fonte empoderadora das mulheres, resultando em dúvidas a respeito da autonomia das mulheres. Afinal, nem sempre ser autônomo significa ter condições dignas de trabalho, partilhar de tarefas domésticas e do cuidado, ausência de explorações, entre outras implicações de uma igualdade de gênero abordadas pelo GAD e pela perspectiva do empoderamento.

Além disso, o arquivo também menciona que o empoderamento das mulheres migrantes representa um recurso para melhorar a vida dos filhos e comunidade, bem como um meio para os países se desenvolverem em contextos pós-conflitos e no

aumento do PIB. Ainda, é visto que o empoderamento pode ser realizado através de uma mudança cultural, social e trabalhista; por estarem em outro ambiente, os costumes anteriores podem ser alterados, mas para qual modelo? Neste aspecto em particular, privilegia-se uma visão universalista ocidentalizada, bastante controversa.

Por fim, nota-se que a pesquisa traz noções fundamentais sobre as relações de gênero no contexto de migração internacional, inclusive, sendo bastante específica e mais voltada aos direitos humanos. Nessa lógica, o documento fornece informações e conceitos do direito internacional, mas de uma perspectiva mais aplicada com base nas estruturas sociais, em especial, violências de gênero.

Contudo, percebe-se que algumas noções da concepção WID ainda são reproduzidas, como a instrumentalização das mulheres para alcançar um fim, especialmente em termos econômicos e de desenvolvimento e que a ausência de esclarecimentos a respeito do termo, causa em um apagamento do real significado do empoderamento, a transformação. Ainda, apesar de trazer questões de classe, raça e etnia, percebe-se que algumas noções trazem uma visão homogeneizadora das mulheres, como um grupo único.

4.4 *Women's Control over Economic Resources and Access to Financial Resources, including Microfinance* (2009): “é fundamental aumentar a igualdade de gênero na participação da força de trabalho e na educação para o crescimento econômico”⁹³

A Pesquisa Mundial sobre o Papel da Mulher no desenvolvimento no ano de 2009, de uma forma geral, discute sobre os recursos financeiros⁹⁴ e o seu alcance na vida das mulheres. Também foi um documento base para a Assembleia Geral que ocorreu no mesmo ano e para a Revisão de 15 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e para a Reunião Ministerial Anual do ECOSOC.

O documento contém um Prefácio escrito por Sha Zukang, Visão Geral, Agradecimentos e sete capítulos: *Introduction; Macroeconomics and women's economic empowerment; Access to full employment and decent work; Access to land, housing and other productive resources; Access to financial services; Access to*

⁹³ (DESA, 2009, p. 07-08)

⁹⁴ Isso inclui “recursos gerados em nível nacional por meio de orçamentos, comércio e assistência ao desenvolvimento; serviços financeiros, como poupança, crédito, transferências de remessas e seguros; emprego; terra, propriedade e outros recursos produtivos; e proteção social” (ZUKANG, 2009, p. III).

social protection; e, *Conclusions and recommendations*⁹⁵. A pesquisa é elaborada pelo DESA, possui ao todo 132 páginas, contando com os elementos pré-textuais, e o “empoderamento” aparece 79 vezes.

Logo no prefácio é dito que o contexto no qual o relatório é elaborado é o da crise financeira que teve início em 2008. Dessa forma, o documento busca auxiliar ao trazer a perspectiva de gênero e respostas à “crise que minimize os impactos negativos e aproveite a oportunidade para desenvolver tendências positivas”. Nesse sentido, soluções “apropriadas facilitarão tanto o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres quanto o crescimento econômico e a prosperidade de longo prazo” (ZUKANG, 2009, p. III).

A “Visão Geral” discute de forma breve sobre as temáticas que serão retratadas ao longo da pesquisa. De acordo com o documento, a igualdade de aquisição “e o controle sobre os recursos econômicos e financeiros é fundamental para o alcance da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e para o crescimento e desenvolvimento econômico equitativo e sustentável” (DESA, 2009. p. V).

Além disso, as desigualdades colocam as mulheres em desvantagem no desenvolvimento, principalmente nos processos de participação, de ganhos e colaboração. Nesse sentido, a igualdade tem diversos benefícios, inclusive a redução da pobreza e aumento do bem-estar das crianças. Outro ponto mencionado refere-se à “eficiência de micronível por meio do aumento da produtividade familiar e resultados de macro-eficiência por meio de sinergias positivas entre indicadores de igualdade de gênero e crescimento econômico”. Por fim, o último argumento a favor da melhora na obtenção de recursos financeiros cita que as mulheres atuam “como ‘rede de segurança de último recurso’ em crises econômicas” (Ibid.).

Outro momento no qual o documento aborda o empoderamento é quanto à crise econômica, em particular como os países respondem às recessões. Segundo a pesquisa, a redução no investimento de questões sociais, diminui a potencial igualdade de gênero e a possibilidade de empoderamento de mulheres e meninas. Dessa forma, as diretrizes macroeconômicas afetam as políticas de gênero e por conseguinte,

⁹⁵ Na tradução: Introdução; Macroeconomia e empoderamento econômico das mulheres; Acesso ao pleno emprego e trabalho decente; Acesso à terra, habitação e outros recursos produtivos; Acesso a serviços financeiros; Acesso à proteção social; e, por último, Conclusões e recomendações.

o desenvolvimento de políticas sensíveis ao gênero requer uma compreensão e atenção às consequências distributivas das estratégias de crescimento econômico e das políticas monetárias, fiscais, comerciais e de investimento, bem como as restrições específicas ao empoderamento econômico das mulheres, incluindo em particular a distribuição desigual de gênero de e trabalho não remunerado e suas implicações para o acesso a recursos e oportunidades econômicas (DESA, 2009, p.05-06, tradução própria).

A cooperação no desenvolvimento também tem se mostrado como uma ferramenta para o “empoderamento econômico das mulheres, embora a maioria dos fundos tenha ido para setores sociais, em vez de setores produtivos, como agricultura, energia e transporte”. Mas, como as informações ainda são escassas e as metodologias não são tão consistentes, é complicado mensurar o “progresso” e ter “*accountability*” da relação da cooperação com o desenvolvimento (Ibid., p. VI).

Ainda na “Visão Geral”, o documento levanta que o acesso igual a serviços, bem como à infraestrutura, são necessários para o empoderamento econômico das mulheres. Outro ponto apresentado é com relação ao microfinanciamento; o relatório ressalta que ainda não se tem um consenso sobre os efeitos desse processo no empoderamento econômico, mas nota-se de forma considerável que o microfinanciamento aumenta as receitas e tecnologias. Por fim, a pesquisa cita que a ausência de mulheres banqueiras resulta em uma falta de representação financeira e, por consequência, na carência de um compromisso com a igualdade de gênero e empoderamento.

Em conclusão, a seção afirma que o empoderamento econômico das mulheres necessita de uma visão total a respeito do “crescimento e o desenvolvimento, focada na promoção do emprego com perspectiva de gênero” e que considere a relação social com os fatores econômicos (DESA, p. XI).

O capítulo um, intitulado de “Introdução”, aborda a organização da pesquisa e traz informações básicas prévias da temática principal. Logo na primeira linha, o empoderamento é relacionado ao controle e acesso de recursos econômicos⁹⁶ e financeiros⁹⁷ – aqui é descrito de forma repetida à escrita anteriormente na página V

⁹⁶ São “fatores diretos de produção, como ativos ‘imóveis’, incluindo terra, habitação, recursos comuns e infraestrutura, bem como ativos ‘móveis’, como equipamentos produtivos, tecnologia e gado” (DESA, 2009, p. 01).

⁹⁷ Já os recursos financeiros são “baseados em dinheiro, incluindo despesas do governo, fluxos financeiros privados e assistência oficial ao desenvolvimento, bem como renda, crédito, poupança e

. Essas aquisições são significativas para as mulheres, pois impactam diretamente na sua “vida familiar, nos mercados de trabalho e na economia em geral” (Ibid., p.01).

Nesse sentido, as diretrizes que ajudam nesse processo “têm implicações diretas para o empoderamento econômico das mulheres e processos mais amplos de desenvolvimento”, inclusive para o crescimento econômico e redução da pobreza. Ao formular essas políticas e, por consequência, garantir esses acessos, as mulheres se sentem cidadãs e não precisam depender de homens como provedores, “da generosidade do Estado ou dos caprichos de mercado” (Ibid.). Porém, o empoderamento econômico das mulheres ainda está ocorrendo de forma arrastada e assimétrica, devido às desigualdades de gênero.

Somado a isso, a seção traz um subtópico intitulado “efeitos multiplicadores do empoderamento econômico das mulheres”, no qual o termo só aparece no título. Discute-se sobre alguns resultados de pesquisas sobre a igualdade quanto ao acesso de recursos econômicos e financeiros, entre esses: o acesso das mulheres ao trabalho remunerado, crédito, terra, gera um impacto muito forte na vida das crianças bem como na sobrevivência familiar, mais do que se estivesse apenas no controle masculino; há uma redução da pobreza, porque as mulheres contribuem de forma significativa na subsistência e mantêm a família acima da linha da pobreza; também é visto que as mulheres constituem uma “rede de segurança de último recurso”, ou seja, esse acesso das mulheres também é traduzido para mais produtividade familiar; e, por fim, há “evidências de sinergias positivas entre indicadores de igualdade de gênero e taxas de crescimento econômico”. Nota-se que a escolaridade das mulheres foi um fator chave para o crescimento e, por isso, “ainda é fundamental aumentar a igualdade de gênero na participação da força de trabalho e na educação para o crescimento econômico” (Ibid., p. 07-08).

De forma oposta, a desigualdade de gênero acarreta em prejuízos para a economia nacional:

de acordo com um exercício de simulação em vários países asiáticos, a diferença de gênero na participação da força de trabalho custa a esses países cerca de US \$42 bilhões a US \$47 bilhões por ano (...). A diferença de gênero na educação custa cerca de US \$16 bilhões a US \$30 bilhões por ano. Os ganhos provavelmente seriam maiores nos países com as maiores lacunas (Ibid., p. 08, tradução própria).

A introdução ainda traz um breve histórico de conferências e bases institucionais – Cúpula do Milênio, Pequim, Objetivos do Milênio, entre outros que já foram discutidas no Capítulo 2 da presente dissertação – que retomam o compromisso com a igualdade de gênero e empoderamento. Por fim, essa parte introdutória afirma que as “estratégias para o empoderamento econômico das mulheres devem abordar a interseção de gênero com classe, casta, etnia e outros eixos de desigualdade” (Ibid., p. 07).

No geral, o capítulo dois discute sobre a igualdade de gênero e o crescimento econômico de uma forma macroeconômica, assinalando a importância das mulheres em espaços decisórios econômicos. Logo no início, o documento diz que a crise financeira “aumentou o risco de reduções nas alocações para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres” e, nesse sentido, as políticas macroeconômicas afetam distintamente homens e mulheres (Ibid., p. 12-13).

Por conseguinte, os governos devem formular políticas e estratégias que visem o empoderamento das mulheres, em especial através de arrecadações de receitas e alocações desde o nível mais básico, do provincial ao nacional. Além disso, deve-se elaborar mecanismos responsivos e de monitoramento dessas implementações.

O capítulo ainda traz uma revisão do relatório anterior a respeito do fluxo migratório internacional de mulheres, em particular quanto às remessas enviadas ao país de origem. De acordo com o documento, as migrações ocorrem pela busca de “independência e empoderamento” no país de destino, bem como, o envio de remessas também podem “empoderar” as mulheres que ficaram.

Outro ponto dito novamente é sobre a cooperação como sendo um elemento “crítico para o empoderamento econômico das mulheres” (DESA, 2009, p. 22). Ademais, também é repetido sobre a falta de representação das mulheres em altos espaços econômicos e que isso é um empecilho para o empoderamento das mulheres.

Já o capítulo três versa sobre o mercado laboral das mulheres e os entraves encontrados para alcançarem as “oportunidades econômicas e negociar por retornos mais justos para o seu trabalho” (Ibid., p.10). Quanto ao empoderamento, aparece logo na subseção de “acesso ao pleno emprego e trabalho decente”; aqui é citado quando se menciona que o direito ao acesso ao mercado de trabalho faz parte do

terceiro Objetivo do Milênio sobre igualdade e empoderamento (DESA, 2009, p. 27).

O tópico explana que o trabalho é a principal ferramenta disponível para as pessoas “ganharem a vida”, associando a melhora das condições laborais com redução da pobreza. Por fim, a educação atua como um elemento fundamental para aumentar as possibilidades e o acesso às oportunidades de trabalho. Outro ponto importante para o mercado laboral é a sua regulamentação: de acordo com a pesquisa, o processo regulamentário pode favorecer a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Em conclusão, afirma-se que “o déficit de direitos no setor informal é um reflexo das inadequações em relação aos direitos nas leis e práticas nacionais/locais, empoderamento dos trabalhadores informais e registro e monitoramento”. Dessa forma, o documento menciona que é indispensável que os mecanismos de proteção internacional – como a Declaração da Organização Internacional sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, Plataforma de Ação de Pequim, por exemplo – sejam desdobrados para os setores privados e informais em âmbitos locais e nacionais (Ibid., p. 38-39).

O próximo capítulo, o quarto, discute acerca da importância da terra, propriedade, habitação, infraestrutura e outros recursos financeiros na distribuição de gênero. É a seção que menos se refere ao “empoderamento”, aparecendo somente uma vez ao citar um exemplo de iniciativa. Nesse ponto em questão, o documento levanta que uma campanha de alfabetização que ocorreu na Índia “introduziu a habilidade para andar de bicicleta às mulheres como uma intervenção de ‘empoderamento’”; o grupo focal eram de mulheres “pobres e de castas inferiores” que trabalhavam, de forma produtiva e reprodutiva, e precisavam se locomover para realizar tarefas.

De forma oposta, o capítulo cinco é o que mais mobiliza o “empoderamento”. No geral, o capítulo explana sobre serviços financeiros, como poupança e empréstimos, impactam a vida das mulheres. Termos como “sistema financeiro” e “sustentabilidade financeira” são mencionados também e, dessa forma, “o capítulo levanta as implicações da comercialização de serviços financeiros para o empoderamento econômico das mulheres” (DESA, 2009, p. 55).

Primeiramente, o documento entende a poupança como recurso necessário para o empoderamento econômico das mulheres, porque ameniza “os padrões de consumo em caso de variações de renda”, além de ajudar a “financiar investimentos

direta ou indiretamente, fornecendo garantias ou melhorando a capacidade de crédito” (Ibid., p. 56). Quanto às microfinanças, a pesquisa cita que ainda não há um “consenso sobre até que ponto o acesso ao microfinanciamento empodera as mulheres”. De acordo com o relatório, essa diferença de visão varia por conta dos métodos e indicadores utilizados e estratégias das organizações (Ibid., p. 61).

Por conseguinte, para a pesquisa,

a eficácia dos programas de microfinanças no empoderamento das mulheres pode ser aumentada por meio de pesquisa de mercado participativa, cursos de alfabetização financeira, promoção de direitos de propriedade e participação política (DESA, 2009, p. 62, tradução própria).

Ainda, o relatório traz alguns exemplos de empreendimentos que realizaram processo de microfinança com treinamentos. Similarmente, menciona-se que tem sido feito um *marketing* para que as mulheres se envolvam mais com serviços bancários. Por exemplo, na Ásia, em 2008, foi investido US\$ 450.000 para um programa de empoderamento que visava “melhorar a educação financeira, planejamento financeiro, investimento e capacitação para mulheres proprietárias de pequenos negócios” (Ibid., p. 65).

Em conclusão, o microfinanciamento pode ser benéfico, mas as instituições financiadoras devem ter um compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em suas políticas básicas. Segundo o documento, essas diretrizes podem incluir a cooperação entre diversos patrocinadores, promoção de projetos que analisem a igualdade de gênero e empoderamento, investimento em grupos de capacitação, e que mulheres e especialistas participem na criação de “regulamentos financeiros” (Ibid., p. 68).

O capítulo seguinte, o sexto, discorre acerca da proteção social e métodos que promovem a seguridade em termos de gênero. No começo do capítulo, o documento elucida que os mecanismos de proteção social são fundamentais para redução da pobreza, para o crescimento econômico, igualdade de gênero e empoderamento. Somado a isso, a seguridade social por vezes representa o primeiro contato de grupos minoritários com o governo e os faz sentir cidadãos, gerando uma consciência de seus direitos.

Ainda, a pesquisa apresenta que alguns programas têm sido formulados para ajudar núcleos familiares em períodos adversos – crise financeira, instabilidades no

mercado laboral, desemprego, entre outros. Ao adotar uma perspectiva de gênero nesses programas, fica visível os impactos desses auxílios na vida das mulheres, desde o índice participativo até o seu empoderamento (Ibid., p. 74).

O capítulo sete, o último abordado pelo documento, revisa elementos que foram abordados anteriormente e traz algumas recomendações. A pesquisa afirma que as “restrições estruturais” que geram barreiras ao empoderamento não “foram tratadas de forma adequada nas análises macroeconômicas e as medidas de promoção da igualdade foram tomadas principalmente no nível micro”.

Outro ponto levantado é sobre o crescimento econômico. Segundo o arquivo, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres têm efeitos positivos no crescimento econômico, mas o contrário tem mais chances de acontecer quando “políticas explícitas que promovem a educação, o emprego, os direitos humanos e o poder de negociação das mulheres” são promovidas em conjunto (Ibid., p.85).

Ademais, ainda no aspecto de revisão da pesquisa, afirma-se que “a base de evidências sobre aspectos críticos do empoderamento econômico das mulheres é extremamente desigual, principalmente nos países em desenvolvimento”. Similarmente, a pesquisa diz que “são necessários mais recursos para desenvolver a capacidade das organizações de pesquisa nos países em desenvolvimento para realizar estudos oportunos sobre o empoderamento econômico das mulheres” (Ibid.).

Da mesma forma, as estratégias econômicas devem ser realizadas de forma interdependente com as questões sociais de desenvolvimento, entendendo, por exemplo, o trabalho essencial não remunerado das mulheres e suas implicações. Quanto às recomendações, a pesquisa cita que a ênfase dos programas de assistência “deve ser expandido para além dos setores sociais, para setores mais produtivos, a fim de garantir às mulheres maior acesso e controle sobre os recursos econômicos e financeiros” (DESA, 2009, p. 88).

Ademais, os governos, ONGs, agências privadas, sindicatos, etc., devem “adotar medidas apropriadas para identificar e abordar os impactos negativos da crise econômica e financeira sobre mulheres e meninas e manter níveis adequados de financiamento para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres”. Além disso, precisam “fortalecer o foco e o impacto da assistência ao desenvolvimento visando a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas por meio da integração de gênero e do financiamento de atividades direcionadas” (Ibid., p. 89).

De maneira geral, esse relatório é o que mais discorre sobre o “empoderamento”. O documento traz algumas citações da Naila Kabeer, que, como já foi dito, é uma das referências da temática. O relatório associa ao termo educação, emprego produtivo, direitos humanos, acesso à recursos, microfinanciamento, infraestrutura, participação política e igualdade.

Entretanto, novamente, a pesquisa não define e nem conceitualiza de forma mais precisa o empoderamento. Similarmente com a de 1994, há uma associação da igualdade de gênero e empoderamento com o crescimento econômico, em especial que as mulheres contribuem com a redução da pobreza – no aumento da renda familiar –, por conseguinte, o acesso a recursos, geram melhoras na vida das crianças e da família. Ainda, elucida que os setores produtivos, são os mais importantes para o investimento do empoderamento das mulheres e, que, apesar de não haver consenso sobre os microfinanciamentos para as mulheres, esses empréstimos aumentam as receitas dos governos, assim como também o investimento em tecnologia. Ademais, retrata uma representação feminina, relacionada com o empoderamento, mais voltada para o setor bancário, perpetuando uma lógica de interesses moldados ao modelo tradicional de poder.

Nesse sentido, a desigualdade de gênero é cara para a economia; o empoderamento feminino geraria crescimento econômico. Assim, o relatório acaba retirando o caráter transformador do empoderamento, bem como elementos coletivos relacionados à autoconsciência e às mudanças estruturais na família, mercado, educação e mídia. Portanto, continua ainda reproduzindo padrões da WID, em particular o entendimento de que a inserção das mulheres no setor produtivo, e no desenvolvimento como um todo, gera igualdade e o desenvolvimento nacional. Além disso, houve uma ênfase nos recursos tipicamente associados à WID, tais como crédito, eficiência, emprego produtivo e necessidades básicas.

4.5. *Gender equality and sustainable development (2014): “os desafios devem ser enfrentados juntos, de forma a realizar plenamente os direitos humanos de mulheres e meninas e ajudar países a fazerem a transição para o desenvolvimento sustentável”*⁹⁸

O último documento a ser analisado é a Pesquisa Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento no ano de 2014 e foi base para a Assembleia Geral que ocorreu no final do respectivo ano. A pesquisa conta com 132 páginas, contando

⁹⁸ (UN WOMEN, 2014, p. 11)

com os elementos pré-textuais, já o termo “empoderamento” aparece vinte vezes e a autoria final é da UN Women. Além do prefácio, agradecimentos e considerações finais⁹⁹, o arquivo possui seis capítulos: *About the world survey on the role of women in development*; *Gender equality and sustainable development*; *green economy, gender equality and care*; *food security and gender equality*; *population, sustainable development and gender equality*; e, *Investments for gender-responsive sustainable development*¹⁰⁰.

O tema central abordado é a relação do desenvolvimento sustentável com igualdade de gênero, devido ao contexto do marco temporal da Agenda 15¹⁰¹. A justificativa é que “ambos os desafios devem ser enfrentados juntos, de forma a realizar plenamente os direitos humanos de mulheres e meninas e ajudar países a fazerem a transição para o desenvolvimento sustentável” (UN WOMEN 2014, p.11).

O capítulo um faz uma breve retrospectiva sobre conferências, encontros e documentos que deram base para o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres – Rio 92 e Declaração e Plataforma de Pequim, por exemplo. Além disso, apresenta algumas informações que serão retratadas ao longo da pesquisa, como também comunica as propostas, objetivos e premissas que a pesquisa visa discutir.

Quanto a esse último ponto, afirma-se que

qualquer caminho de desenvolvimento sustentável deve incluir um compromisso explícito com a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e os direitos das mulheres em sua conceituação e implementação (UN WOMEN, 2014, p. 14, tradução própria).

A pesquisa não tem intenção de discutir tópicos amplos da temática, mas sim questões escolhidas e que “são fundamentais para a vida das mulheres, estratégicas para alcançar a igualdade de gênero e intimamente ligados com as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade”. Dessa forma, levanta assuntos como: “padrões de crescimento, geração de empregos e abastecimento de ‘bens públicos’; produção, distribuição e consumo de alimentos; população e integridade

⁹⁹ Cabe salientar, que no sumário as considerações finais não entram na contabilização dos capítulos, porém no final do texto, aparece como capítulo sete.

¹⁰⁰ A tradução, na ordem: Igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável; economia verde, igualdade de gênero e cuidado; segurança alimentar e igualdade de gênero; população, desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero; e, Investimentos para o desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero.

¹⁰¹ A Agenda 15 está pautada com os “Objetivos do Milênio” (ODM), explanado no capítulo anterior.

corporal das mulheres; e água, saneamento e energia” (Ibid., p. 14).

O capítulo dois discute acerca da elaboração de políticas – sociais e econômicas – que se relacionam com o tema principal da pesquisa. Quanto ao empoderamento, primeiramente aparece como uma reafirmação do compromisso já estabelecido antes nas conferências e resoluções. Posteriormente, aparece no subtópico “desenvolvimento sustentável com igualdade de gênero”. Nele, é visto um entendimento sobre a igualdade de gênero, através das bases do Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres:

“... uma abordagem legal ou programática puramente formal não é suficiente para alcançar a igualdade de fato das mulheres com os homens, que o Comitê interpreta como igualdade substantiva. Além disso, a Convenção exige que as mulheres tenham um início igual e que sejam **empoderadas** por um ambiente propício para alcançar a igualdade de resultados” (...). Igualdade substantiva ou de fato, portanto, implica o gozo igual das mulheres de seus direitos, especialmente no que diz respeito a resultados e consequências. Para garantir isso, os Estados devem não apenas eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, incluindo a discriminação estrutural e histórica, construindo sobre os fundamentos da igualdade formal ou jurídica, mas também assegurar a realização de seus direitos (UN WOMEN, 2014, p. 26, tradução e grifos próprios).

Já o capítulo três discute a respeito da economia verde, cuidado feminino e as desigualdades e crescimento com base no desenvolvimento sustentável¹⁰² e na igualdade de gênero. O empoderamento é mencionado no capítulo três no tocante à abordagem dos direitos humanos e bem-estar. O documento apresenta que a visão da igualdade de gênero e do empoderamento tem representado poder de compra, inclusive pelas próprias mulheres. E na visão macro, os Estados têm se preocupado primariamente com o PIB, para depois alocar recursos em setores sociais.

Outro ponto no qual o empoderamento é visto diz respeito às políticas de cuidado. O documento menciona que a economia de cuidados é benéfica para sustentabilidade, porque usa poucos recursos ambientais; também, porque a prestação de serviços é o setor que mais emprega homens e mulheres, além de ser essencial para a produtividade, especialmente em países em desenvolvimento.

¹⁰² Segundo o documento, as diretrizes adotadas do crescimento com base no desenvolvimento sustentável devem: “reduzir a desigualdade de gênero, mas também a desigualdade com base em outros fatores; para criar trabalho decente e meios de subsistência sustentáveis para todos; para internalizar os custos da degradação ambiental e do clima mudança; e para garantir o bem-estar humano, fornecendo bens públicos e apoiando a economia de cuidados” (UN WOMEN, 2014, p. 39).

Nesse sentido, a economia de cuidado pode ser um “motor de crescimento econômico ao redistribuir responsabilidades de cuidado de forma mais equitativa entre Estado, mercado, família e comunidade” (Ibid., p. 53).

Amparado nessa lógica, a pesquisa cita um caso de uma iniciativa chamada “*Lady Health Worker*” que funciona no Paquistão baseada em família e saúde e atua, em particular, com mulheres rurais. Essas são selecionadas e passam por capacitação médica por mais de um ano em um centro de saúde; após esse período, estão habilitadas para praticar o trabalho em domicílio, “onde assistem aos membros da comunidade, realizam reuniões e armazenam medicamentos básicos, incluindo anticoncepcionais”. As mulheres trabalham cerca de 30 horas por semana, representa estabilidade e, apesar de receberem menos do salário mínimo nacional, o emprego é uma fonte de renda. De acordo com a pesquisa, esse exemplo de programa “pode ser visto como um catalisador de mudanças positivas e uma fonte de empoderamento por meio da expansão patrocinada pelo estado de empregos na área de saúde” (Ibid., p.53-54).

Já o capítulo quatro debate sobre a segurança alimentar e sua relação com a igualdade de gênero. Segundo o documento, a visão comum da política internacional não prioriza “a questão do direito à alimentação” (Ibid., p. 13). Dessa forma, a seção busca apresentar como a segurança alimentar é essencial para o desenvolvimento sustentável. A igualdade de gênero entra nesse tópico devido às mulheres realizarem trabalhos que se relacionam com a alimentação em todas as esferas – “produção, preparação, processo, consumo e distribuição” – e ainda enfrentarem desigualdades com relação ao acesso à recursos, como terra e renda (Ibid., p. 58)

Nessa lógica e quanto ao empoderamento, o texto revela que é indispensável que compromissos amplos sejam formulados dentro do governo e da sociedade, a fim de “promover a conscientização sobre o direito das mulheres e meninas à alimentação e empoderá-las para reivindicar esse direito, enfrentando o preconceito de gênero e a discriminação na alocação de alimentos dentro do domicílio” (UN WOMEN, p. 66).

Já o capítulo cinco levanta discussão sobre população e suas implicações para o desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero. Por conseguinte, alude a conteúdos como crescimento/declínio populacional, migração, a pirâmide populacional, concentração urbana e rural, etc. (Ibid., p. 77). A seção revisa declarações e conferências internacionais que estabeleceram algumas diretrizes,

como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 que estabeleceu mudanças significativas “para o empoderamento das mulheres”, no âmbito sexual e reprodutivo (Ibid., p. 84).

O empoderamento aparece novamente quando a educação e o trabalho remunerado são relacionados à redução de fertilidade e ao empoderamento. De acordo com a pesquisa, a alfabetização e outros processos educacionais combinados com a obtenção de empregos remunerados, além de um planejamento familiar, reduziram o crescimento populacional e a mortalidade infantil (Ibid., p. 87-88). De forma complementar, as mulheres devem ter acesso universal ao sistema de saúde, bem como aos meios de contracepção, educação sexual, educação materna e aborto seguro. Ademais, os governos deveriam assegurar que não haja discriminações e reprodução de estigmas (Ibid., p.89).

O sexto capítulo versa sobre investimentos para o desenvolvimento sustentável, “com ênfase particular em prioridades locais, erradicação da pobreza e igualdade de gênero” (Ibid., p. 91). No que tange ao empoderamento das mulheres, esse é visto no subtópico “fogões¹⁰³”. A firma-se que “fogões mais limpos podem empoderar as mulheres, melhorar a saúde humana e mitigar o aquecimento global e, portanto, que há uma relação ganha-ganha entre clima, energia e pobreza”. Nessa lógica, fogões que utilizam energia sólidas – como carvão e biomassa – produzem poluição e desregulam o clima regionalmente, em especial a curto prazo. No entanto, a totalidade de emissões de carbono dos fogões representam uma porcentagem pequena em comparação com o todo (Ibid. 101).

O último capítulo, sétimo, levanta conclusões da pesquisa e traz algumas recomendações. O documento afirma que o empoderamento e a igualdade de gênero são fundamentais para a agenda do desenvolvimento sustentável, especialmente pós-2015, “a fim de garantir que os esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável atendam aos critérios, os Estados Membros devem implementar plenamente o compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento” (Ibid., p. 112).

De maneira abrangente, a pesquisa de 2014 aborda o empoderamento em um aspecto de revisão dos dispositivos normativos acordados em conferências, encontros e resoluções. O documento mostra elementos de rompimento com a

¹⁰³ De acordo com o documento, essa temática está ganhando força no debate sobre “mitigação climática” (UN WOMEN, 2014, p. 101).

estrutura que causam a desigualdade de gênero, bem como menciona críticas a respeito de como o empoderamento tem sido assemelhado em particular com “poder de compra”.

A pesquisa também relaciona o empoderamento com elementos significativos, tais como segurança alimentar, questões de saúde reprodutiva e do cuidado, e alternativas. No geral, apresenta tópicos interessantes, sendo alguns desenvolvidos com base e discussão teórica, especialmente, sobre a divisão sexual do trabalho. Mas, novamente, o relatório não define o que seria o empoderamento das mulheres, assim como não menciona características associadas ao termo. Além disso, traz soluções simplistas e que não rompem de fato com as estruturas que o documento visa transformar.

Observa-se que o documento evidencia muitas imagens de mulheres de cor e que, apesar de buscar romper com as estruturas, parece que o desenvolvimento sustentável é apenas destinado para países e mulheres “não desenvolvidas”. Além disso, nota-se que há uma diminuição da recorrência do termo empoderamento e quando ele aparece já não assume mais nenhuma forma relacional consistente, ligando-se superficialmente à igualdade de gênero e ao desenvolvimento sustentável.

Assim, o termo não aparece consolidado. Apesar de elucidar questões transformadoras de saúde reprodutiva, tarefas domésticas/cuidado e da alimentação, nota-se que o empoderamento como um princípio institucional não possui uma definição elaborada e clara.

De maneira geral, nesses vinte anos analisados no capítulo, observou-se que o empoderamento começou a ganhar mais espaço a partir da pesquisa de 1999. Constatou-se que o primeiro documento de 1994, que inaugurou a inserção do termo, associou o empoderamento a um viés profundo do crescimento econômico local e internacional, racional, de eficiência mercadológica, acabando por homogeneizar as mulheres e generalizar seu trabalho produtivo.

Percebeu-se que o empoderamento foi mais mobilizado no contexto econômico de crise através da pesquisa de 2009, sendo ela a que mais tentou definir o termo, ainda que o relacionando a elementos economicistas. Retoma a ênfase da eficiência e do crescimento econômico de forma similar ao documento de 1994, o qual também tinha um contexto bem específico de reestruturação econômica. Nessa lógica, repara-se que apesar de as mulheres serem as mais

afetadas por essas crises, elas aparecem como salvadoras da economia.

Ainda, observou-se que o gênero começou a ser definido de forma mais complexa a partir de 1999 e que a pesquisa de 2014 foi a mais profunda ao tentar trazer aspectos fundamentais da divisão sexual do trabalho, da desigualdade de gênero e das críticas ao viés econômico ao qual o empoderamento estava sendo associado, rompendo até com os relatórios anteriores e a própria visão institucional trazida nos *sites*. Entretanto, a pesquisa de 2014 pouco menciona o empoderamento, sendo, inclusive, depois de 1994, o que menos o aborda – e, quando o faz, geralmente traz soluções simplistas sem estabelecer o que seria o “real empoderamento”. Ainda, este documento difere-se bastante dos outros até mesmo em termos de sua estrutura “física”, com muitas imagens.

Apesar disso, as pesquisas trazem aspectos positivos e que de alguma maneira estariam relacionados com o empoderamento, tais como: incentivos à organização de mulheres, promoção de capacitações, educação, treinamentos, socializações, importância do acesso à informações, questões de segurança alimentar, acesso à terra e outros recursos, entre outras. Quanto aos pontos negativos, além de não haver uma conceitualização mais aprofundada e de não apresentar os aspectos importantes do termo – exceto de forma breve e com uma frase solta de Kabeer no documento de 2009 –, as pesquisas associam o empoderamento das mulheres como meio de garantir o desenvolvimento – comunitário, nacional, internacional e familiar.

Somado a isso, percebeu-se que, de um modo geral, apesar da mudança do direcionamento WID para GAD, citado inclusive em alguns dos relatórios e mencionados no começo deste capítulo, não houve uma transformação em sua “natureza”. A associação das mulheres foi feita através da lógica da modernização e do crescimento econômico, reproduzindo uma visão utilitarista de que o empoderamento e a igualdade de gênero melhoram os indicadores econômicos das nações. Assim, notou-se à associação de categorias pautadas no discurso WID: crédito, antipobreza, treinamento, igualdade, liberdade, produtividade, entre outros.

Essas categorias, por vezes, acabam caindo em armadilhas ocidentais etnocêntricas. Em alguns momentos, retira-se a inserção histórica e local, construindo uma visão universalizante das mulheres. Similarmente, notou-se um julgamento das mulheres do Terceiro Mundo através de preceitos e estruturas – sociais, econômicas e políticas – ocidentais. Portanto, indo contrário à abordagem

do empoderamento realizada pelas teóricas terceiro-mundistas do GAD.

Em confluência com isso, verificou-se representações essencialistas que, em alguns momentos, ignora o senso de agência das mulheres, do “poder em potencial” (presente na literatura do empoderamento) e da sua participação como atrizes no processo do empoderamento dentro do desenvolvimento.

Para finalizar, destacam-se alguns pontos controversos, por exemplo: como ter uma igualdade de gênero em um contexto onde “até mesmo o homem assalariado encontra-se privado das garantias e dos benefícios” que detinham? Como inserir as mulheres no desenvolvimento sustentável se existe cortes significativos em suas rendas, especialmente nos países do Sul Global? Como falar de direito à propriedade se as mulheres e famílias são despejadas na Ásia, América Latina e África por empresas mineradoras e do agronegócio que visam o desenvolvimento? Como falar de igualdade na educação em um cenário de privatizações e desmantelamento social? (FEDERICI, 2019, p. 245-248).

A tabela elaborada a seguir, ilustra como os termos foram buscados nas pesquisas de 1994 a 2014. A formulação da tabela é feita a fim de facilitar a visualização quantitativa da mobilização do termo “empoderamento” e suas variantes

Tabela 1 - Ocorrências do termo *empowerment* e suas variáveis nos relatórios.

ANO	AUTORIA	TÍTULO	TERMO e VARIAÇÕES						Total na obra
			<i>empowerment</i>	<i>empowering</i>	<i>empower</i>	<i>empowered</i>	<i>empowers</i>	<i>disempowering</i>	
1994	DPCSD	<i>Women in a changing global economy</i>	5	4	2	0	1	0	12
1999	DAW	<i>Globalization and its impacts on gender and work</i>	13	8	0	1	0	0	22
2004	DESA	<i>Women and international migration</i>	17	6	6	3	1	0	33
2009	DESA	<i>Women's control over economic resources and access to financial resources, including microfinance</i>	65	5	0	3	3	3	79
2014	UN Women	<i>Gender equality and sustainable development</i>	17	0	2	1	0	0	20
OCORRÊNCIAS (Termo)			117	23	10	8	5	3	TOTAIS

Fonte: Elaboração própria.

5 Considerações Finais

A presente dissertação buscou analisar como o debate de gênero e empoderamento chegaram à agenda do desenvolvimento da ONU. Para isso, realizou-se a revisão dos debates teóricos sobre mulheres, desenvolvimento, empoderamento e gênero, buscando os principais pontos de intersecção entre eles; reconstituiu-se o histórico da agenda internacional no interior da ONU sobre mulheres, desenvolvimento e gênero; e, por fim, analisou-se vinte anos da pesquisa “*World survey on the role of women in development*”, com o objetivo de entender como o empoderamento se tornou um princípio conector entre as duas agendas

(desenvolvimento e gênero) por parte da organização.

No primeiro momento, abordou-se como a discussão sobre o desenvolvimento antecedeu a inserção das mulheres, notando que as principais temáticas que dominaram as discussões iniciais equivaliam desenvolvimento à modernidade e crescimento econômico. Em confluência com isso, observou-se que a entrada das mulheres no campo ocorreu nos anos 1970 e que, de certa forma, corroborou com a visão *mainstream* do desenvolvimento.

Isso aconteceu, porque a perspectiva WID, apesar de visar a inserção das mulheres no desenvolvimento, obedecia uma lógica econômica liberal. Assim, a abordagem trazida pela WID objetivava igualdade de acesso à igualdade de direitos e cidadania, bem como o acesso ao crédito, necessidades básicas do bem-estar, eficiência relacionada com o trabalho produtivo. Além disso, a inserção das mulheres no desenvolvimento representava benefícios para o crescimento econômico nacional e para o mercado.

Notou-se também que perspectivas críticas e contrárias à WID surgiram nos anos 1980 e dentre essas, a que obteve um maior destaque na arena de discussão foi a abordagem trazida pelo GAD. Foi visto que uma série de questões foram incorporadas por esta visão. Primeiro, o uso do termo “gênero”, o qual tinha destacava as relações sociais, questionando as estruturas que constroem papéis relacionados ao sexo biológico. Segundo, deu destaque às desigualdades sentidas em todas as esferas na perspectiva de gênero. Terceiro, enfatizou às relações interseccionais como raça, etnia e classe como fundamentais para entender as posições de poder. E quarto, inaugurou a perspectiva do empoderamento. Além disso, as feministas deste aporte eram ativistas e, frequentemente, estavam inseridas no Terceiro Mundo.

Quanto ao empoderamento, observou-se a polissemia e disputa em torno do conceito, não sendo essas características exclusivas do desenvolvimento. Foi abordado também que o empoderamento costuma ser colocado nos espaços sem nenhuma definição do termo e que gera a interpretação de algo positivo relacionado ao poder. No tocante ao último ponto, explicou-se brevemente sobre as formas de poder envolvidas no empoderamento, segundo a análise das teóricas, ou seja, o poder não deve ser dado e nem ser trocado; não deve operar em uma lógica de “poder sobre”, como também não deve ser apenas individual.

Além disso, notou-se também que a abordagem do empoderamento acarreta,

e é resultante, de elementos transformadores da estrutura social. O empoderamento implica em ações individuais e coletivas que se entrelaçam e que podem ser retroalimentadas. Essas atuações são pautadas no diálogo, participação ativa, educação popular, autoconscientização, auto-organização, autoimagem, autoconhecimento e saberes alternativos populares.

Trata-se de um processo flexível, de longo prazo e que nem sempre é visível de forma material, afinal, relaciona-se também com uma dimensão subjetiva, o que, conseqüentemente, pode gerar resultados imprevisíveis. Ademais, avistou-se que os homens têm um papel importante no processo de empoderamento, em particular, a respeito da conscientização dos papéis de gênero e das relações de poder.

Além disso, notou-se também que as instituições de desenvolvimento logo aderiram ao termo para arrecadar investimentos e apoios financeiros. O empoderamento se tornou um *slogan* corriqueiro e muitas agências substituíram as suas abordagens WID, WAD ou, até mesmo GAD, para a perspectiva do empoderamento. Como foi elucidado ainda no primeiro capítulo, isso não significou que houve uma mudança de paradigma dentro dessas entidades.

Para algumas autoras, muitas organizações continuaram utilizando nas agendas de desenvolvimento e gênero, elementos que visavam (preferencialmente/primordialmente) à eficiência mercadológica, crescimento estatal e a instrumentalização das mulheres no empoderamento para um determinado fim econômico. Portanto, não representou uma busca por transformação das estruturas sociais; aliás, por vezes, não houve nem mesmo a conceitualização, abordagem metodológica e contextualização do termo nessas agências.

Já no capítulo seguinte, buscou reconstituir e descrever os processos históricos e institucionais no interior da ONU que permitiram associar os temas gênero e desenvolvimento. Desse modo, mencionaram-se as principais conferências, plataformas, encontros, resoluções e dispositivos que evidenciaram essa intersecção.

Primeiramente, notou-se que a inserção das mulheres na instituição, como um todo, ocorreu através de pressão dos movimentos internacionais de mulheres e feministas. Da mesma forma, observou-se que a discussão teórica da disciplina de gênero e desenvolvimento ocorreu, por vezes, de forma paralela com as conferências realizadas pela ONU, contando com participações extensas de ONGs e ativistas. Foi visto que a I Conferência Mundial sobre a Mulher, 1975, sofreu uma

série de críticas por parte das feministas terceiro-mundistas, devido à homogeneização das mulheres.

De um modo geral, as feministas notaram que era preciso uma técnica e um conhecimento sobre as instâncias preparatórias e organizacionais da ONU para obter sucesso em suas reivindicações. Além disso, percebeu-se que a partir dos anos 1990, a discussão sobre os direitos das mulheres percorreram outras esferas para além das conferências específicas de gênero. Ainda, notou-se que as principais conquistas ocorreram nessa mesma década, como por exemplo, a inserção dos termos gênero e empoderamento em uma perspectiva transversal (*gender mainstreaming*), conceitos que eram discutidos desde os anos 1980 pelas teóricas do GAD e pela então nascente abordagem do empoderamento.

O seu uso pelos documentos oficiais da instituição começou a ocorrer nos anos 1990, em um sentido diferente das discussões iniciais dos anos 1970. Assim, observou-se que as plataformas *online* da ONU relacionam a abordagem às questões econômicas: empresariais, de emprego produtivo e como um meio para atingir o desenvolvimento. Especialmente, interligam o empoderamento com o crescimento da economia. Para compreender como o empoderamento foi mobilizado para concetar desenvolvimento e gênero desde os anos 1990 pela ONU, descreveu-se e analisou-se os resultados das pesquisas *World Survey on the Role of Women in Development* (1994-2014) no capítulo seguinte.

Notou-se que o termo empoderamento começou a ganhar espaço, de fato, a partir da Pesquisa de 1999 sobre globalização. Ainda, quando obteve o maior número de menções, foi a respeito do documento que versou sobre crise econômica. Além disso, percebeu-se, que sua recorrência não significou sua definição, muito menos, que se assemelhasse às propostas formuladas e teorizadas pelas feministas trazidas no capítulo teórico.

Logo, notou-se que os principais tópicos mais abordados com relação ao empoderamento versaram sobre educação, tecnologia, informação, organização das mulheres – em especial em sindicatos –, empregos produtivos, capacitações, acesso ao crédito e outros recursos, gestão urbana, espaços de decisão – com ênfase em setores econômicos – e direitos humanos no geral. Além disso, observou-se que a estratégia do empoderamento das mulheres está relacionada, particularmente, à redução da pobreza através de empregos produtivos, bem como, ao bem-estar do seu entorno, família, comunidade e país.

Nota-se ainda, de maneira geral, que é abordado o aumento dos encargos das mulheres, devido à inserção na força laboral e às desigualdades e que, isso pode ser um entrave ao empoderamento, mas não há aprofundamentos quanto às superações. Ademais, de forma contrária, percebe-se nos documentos que as próprias desigualdades podem ser empoderadoras, algo bastante controverso, como o caso da pesquisa sobre migração.

Dessa forma, percebeu-se também que há sugestões de mudanças culturais com base em preceitos ocidentais etnocêntricos, pautando-se na racionalidade, na construção de uma unidade universal e da modernidade, sem considerar o local e a história, em especial o passado colonial. Assim, notou-se uma construção de um binarismo através da ideia da “mulher do terceiro mundo”, o oposto do ocidental.

Somado a isso, essa homogeneização reproduz noções paternalistas, de ajuda e eficiência. Dessa maneira, essas noções são contrárias à própria literatura do empoderamento, que preza por uma visão “solidária” (e não direta), na qual as mulheres não devem ser levadas ao desenvolvimento e nem serem capacitadas, ou seja, na abordagem do empoderamento as mulheres não estão ausentes de poder, portanto, possuem o potencial de mudança e agenciamento

Em confluência com isso, apesar do emprego do gênero e do empoderamento, constata-se que pouca atenção é dada ao papel do homem quanto à desigualdade. Em especial, à respeito da conscientização da importância da igualdade de gênero e do próprio processo de empoderamento das mulheres e, por fim, do objetivo final de transformar as estruturas sociais.

Assim sendo, observou-se que a real mudança que o processo de empoderamento no desenvolvimento visa, são dimensões que vão além de questões econômicas, são aspectos subjetivos que, muitas vezes, não são vistos materialmente. Além disso, são processos heterogêneos, que variam de acordo com o grupo de mulheres, como também dos indivíduos.

Como foi observado nos parágrafos acima, muitas agências de desenvolvimento utilizaram o aporte do empoderamento para conseguir investimentos e de forma paralela, notou-se que a ONU foi perdendo financiamento a partir dos anos 2000. Somado a isso, percebeu-se que a agenda de gênero e dos direitos das mulheres perdeu força e que houve um aumento no conservadorismo internacional. Por isso, notou-se que as conferências posteriores a 1995 tiveram um caráter de reafirmação de compromissos e que houve a diminuição de movimentos

ativistas de mulheres nesses espaços. Por fim, o próprio contexto da crise financeira internacional de 2008 pode ter corroborado para a maior mobilização do termo por parte das pesquisas em 2009 (como observado na Tabela 1).

Confluindo com essa linha de raciocínio, nota-se que, apesar da pesquisa de 2014 sobre o desenvolvimento sustentável ter trazido noções interessantes e aspectos transformadores, observou-se que o "empoderamento" foi levantado diversas vezes em termos de revisão e reafirmação de conferências anteriores. Somado a isso, pode ser concluído que o empoderamento das mulheres serviu como uma atração de investimentos, especialmente ao ser relacionado com o empoderamento econômico, sendo as mulheres um meio para a eficiência mercadológica, crescimento econômico, aumento do emprego produtivo e suporte à comunidade e à família, em particular ao olhar as pesquisas anteriores a 2014 e os domínios *online* da instituição.

Ainda, conclui-se, a partir disso, que a instituição trouxe aspectos importantes a respeito do gênero e desenvolvimento, bem como do empoderamento, mas que não houve a real busca da transformação estrutural que é objetivada tanto pelas teóricas e ativistas da abordagem do empoderamento. Dessa forma, é visto que, a partir dos anos 1990, não há um rompimento com as perspectivas liberais-ocidentais da WID dos anos 1970, o empoderamento toma uma nova forma para ser bem quisto e agir a favor dos interesses liberais, assumindo uma versão branda e aceita por toda a sociedade. Inclusive, pode-se dizer, que o empoderamento apoia a própria estrutura.

Posto isso, a presente pesquisa visou entender como o debate de gênero e desenvolvimento chegou à ONU, ressaltando a importância desta organização no sistema internacional. Também buscou-se compreender como a abordagem de empoderamento foi inserida, mobilizada e conceitualizada nesse contexto. Ademais, pretendeu-se dar uma maior visibilidade à temática, e a sua, ainda, incipiência na disciplina do Desenvolvimento e na Economia Política Internacional, especialmente pelo material bibliográfico ser majoritariamente na língua inglesa. Por fim, espera-se que este trabalho tenha contribuído para que a discussão de gênero e desenvolvimento continue ganhando força e espaço.

Referências

UNITED NATIONS. 1999 WORLD SURVEY ON THE ROLE OF WOMEN IN DEVELOPMENT: GLOBALIZATION, GENDER AND WORK PUBLISHED In **United Nations Press Release**, s/p. Disponível em < <https://www.un.org/press/en/1999/19991020.dev2220.doc.html> >. Acesso em novembro de 2020.

UNITED NATIONS. 1ST DEVELOPMENT DECADE In **UN Documentation: Development**, s/p. Disponível em < <https://research.un.org/en/docs/dev/1960-1970> >. Acesso em setembro de 2020.

A BRIEF HISTORY OF THE COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/csw/brief-history> >. Acesso em setembro de 2020

ABOUT THE DIVISION FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN In **Department of Economic and Social Affairs**. Disponível em <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw25years/content/english/about_daw.html >. Acesso em dezembro de 2020.

ABOUT UN WOMEN In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women> >. Acesso em setembro de 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Meio Sol Amarelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALVAREZ, Sônia; BECKMAN, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa; TOBAR, Marcela. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, n. 11, v.02, p. 541-575, 2003.

AMIN, Samir. **Accumulation on a world scale**. Nova York: Monthly Review Press, 1974.

BADEN, Sally; GOETZ, Anne Marie. Who Needs [Sex] When You Can Have [Gender]? Conflicting Discourses on Gender at Beijing. **Feminist Review**, nº 56, p. 03-25, 1997.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 25, v. 03, 2017, p.1035-1054.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 28, v. 03, p.01-15, 2020.

BARRITEAU, V. Eudine. "Feminist Theory and Development: implications for policy, research, and action". In: **Theoretical perspectives on gender and development**.

PARPART, Jane; CONNELLY, M. Patricia; BARRITEAU, V. Eudine. Ottawa: International Development Research Centre, 2000.

BATLIWALA, Srilatha. **Empowerment of Women in South Asia: concepts and practices. Concepts and Practices.** Asia South Pacific Bureau of Adult Education: Nova Deli, 1993.

_____. "The meaning of women's empowerment: new concepts from Action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln. **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights.** Boston: Harvard Center for Population and Development Studies, 1994.

_____. Taking the power out of empowerment: an experiential account. In: CORNWALL, Andrea; EADE, Deborah. **Deconstructing Development: Discourse Buzzwords and Fuzzwords.** Oxford: Oxfam, 2010.

BOSERUP, Ester. **Woman's Role in Economic Development.** Londres: Earthscan Publications, 1970.

BRIEF HISTORY OF THE COMISSION In **Organization of American States**, s/p. Disponível em < <https://www.oas.org/en/cim/history.asp> >. Acesso em setembro de 2020.

CHARTER OF THE UNITED NATIONS (1945) In **United Nations**, s/p. Disponível em <<https://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>>. Acesso em setembro de 2020

CHEN, Martha Alter. Engendering World Conferences: The International Women's Movement and the United Nations. **Third World Quarterly**, 1995, v 16, n. 03, p. 477-493.

CHEN, Martha Alter; VANEK, Joann; CARR, Marilyn. **Mainstreaming Informal Employment and Gender in Poverty Reduction: a handbook for policy-makers and other stakeholders.** Londres: The Commonwealth Secretariat, 2004.

CONFERÊNCIAS MUNDIAS DA MULHER In **ONU Mulheres Brasil**, s/p. Disponível em < <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/> > . Acesso em dezembro de 2019.

CONNELLY, M. Patricia; LI, Tania Murray; MACDONALD, Martha; PARPART, Jane. "Feminism and Development: theoretical perspectives". In: **Theoretical perspectives on gender and development.** PARPART, Jane; CONNELLY, M. Patricia; BARRITEAU, V. Eudine. Ottawa: International Development Research Centre, 2000.

CORNWALL, Andrea; RIVAS, Althea-Maria. From 'gender equality and 'women's empowerment' to global justice: reclaiming a transformative agenda for gender and development. **Third World Quarterly**, n. 36, v. 02, pp. 396-415, 2015.

_____. Além do "Empoderamento Light": empoderamento feminino,

desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, 2018, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=en&nrm=iso> . Acesso em 20 de setembro de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEPARTMENT FOR POLICY COORDINATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (DPCSD). **1994 World Survey on the Role of Women in Development**: Women in a changing global economy. Nova York: United Nations, 1995.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). **2004 world survey on the role of women in development**: Women and international migration. Nova York: United Nations, 2006.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). **2009 World Survey on the Role of Women in Development**: Women's control over economic resources and access to financial resources, including microfinance. Nova York: United Nations, 2009.

DIVISION OF ADVANCEMENT OF WOMEN (DAW). **1999 world survey on the role of women in development**: Globalization, gender and work. Nova York: United Nations, 1999.

ECONOMIC EPOWERMENT In **UN Women**, s/p. Disponível < <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment> >. Acesso em novembro de 2020.

EMPLOYMENT AND MIGRATION In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/employment-and-migration> >. Acesso em novembro de 2020.

EMPODERAMENTO ECONÔMICO In **ONU Mulheres**, s/p. Disponível em < <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico/> > . Acesso em novembro de 2020.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

EUROPEAN COMMISSION. **Migration and social integration of migrants: valorisation of research on migration and immigration funded under 4th and 5th European Framework Programmes of Research. Proceedings of a dialogue workshop organized by DG Research, with DG Employment and Social Affairs and DG Justice and Home Affairs (2003)**. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities, 2002

FACTS AND FIGURES: ECONOMIC EMPOWERMENT In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/facts-and-figures> >. Acesso em novembro de 2020.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FIVE-YEAR REVIEW OF THE IMPLEMENTATION OF THE BEIJING DECLARATION AND PLATFORM FOR ACTION (BEIJING +5) HELD IN THE GENERAL ASSEMBLY (2000) In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.un.org/womenwatch/daw/followup/beijing+5.htm> >. Acesso em setembro de 2020.

FLANDERS, Lowell. The United Nations department for policy coordination and sustainable development (DPCSD). **Global Environmental Change**, v. 07, n. 04, p. 391- 394, 1997.

FRANK, André Gunder. **Latin America**: underdevelopment or revolution?. Nova York: Monthly Review Press, 1969.

FRANK, André Gunder. **Dependent accumulation and underdevelopment**. Nova York: Monthly Review Press, 1979.

FRASER, Arvonne S.; TINKER, Irene. **Developing Power**: how women transformed international development. Nova York: Feminist Press, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

GHAJ, Dharam. "Preface". In: **From WID to GAD**: conceptual shifts in the women in development discourse. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 1995.

GLOBAL NORMS AND STANDARDS: ECONOMIC EMPOWERMENT In **UN Women**, s/p. Disponível < <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/global-norms-and-standards> >. Acesso em novembro de 2020.

GRADSKOVA, Yulia. Women's international Democratic Federation, the 'Third World' and the Global Cold War from the late-1950s to the mid-1960s. **Women's History Review**, 2020, v. 29, n.02, p. 270–288

GRIFFIN, Penny. "Development Institutions and Neoliberal Globalisation". In: SHEPHERD, LAURA J. **Gender Matters in Global Politics**: A Feminist Introduction to International Relations. Londres: Routledge, 2010.

GRIFFIN, Penny. **Gendering the World Bank**: Neoliberalism and the Gendered Foundations of Global Governance. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

HISTORY OF THE UNITED NATIONS In **United Nations**, s/p. Disponível em < <https://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/index.html> >. Acesso em setembro de 2020.

HUGO, G. Migration and women's empowerment. In: PRESSLER, H.; SEN, G. **Women's Empowerment and Demographic Processes**. Reino Unido: Oxford University Press, 2000.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON POPULATION AND DEVELOPMENT (1994) In **UN Conferences, Meetings and Events**. Disponível em <https://www.un.org/en/events/pastevents/ICPD_1994.shtml > . Acesso em novembro de 2020.

KABEER, Naila. **Reversed Realities**: gender hierarchies in development thought. Londres: Verso, 1994.

_____. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, v.30, p. 435-464, 1999.

_____. **Gender Mainstreaming in Poverty Eradication and the Millennium Development Goals**: a handbook for policy-makers and other stakeholders. Londres: The Commonwealth Secretariat, 2003.

_____. Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal. **Gender and Development**, v. 13, n. 01, p. 13-24, 2005.

_____. **Women's economic empowerment and inclusive growth**: labour markets and enterprise development. SIG Working Paper 2012/1. Department for International Development (DFID), 2012 (*paper*).

KOEHLER, Gabriele. Tapping the Sustainable Development Goals for progressive gender equity and equality policy? **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 53–68, 2016.

LOOKING FORWARD In **UN Development Programme**, s/p. Disponível em <<https://annualreport.undp.org/2016/en/> > . Acesso em setembro de 2020.

MACROECONOMIC POLICIES AND SOCIAL PROTECTION In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/macroeconomics-policies-and-social-protection> > . Acesso em novembro de 2020

MDG GOALS, TARGETS AND INDICATORS In **Millennium Development Goals in America and the Caribbean**, s/p. Disponível em < <https://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/mdg/noticias/paginas/7/35557/P35557.xml&xsl=/mdg/tpl/p18f-st.xsl&base=/mdg/tpl-i/top-bottom.xsl> > Acesso em setembro de 2020.

MILLENNIUM SUMMIT (2000) In **United Nations Conferences, Meetings and Events**, s/p. Disponível em < https://www.un.org/en/events/pastevents/millennium_summit.shtml > . Acesso em setembro de 2020.

MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial

Discourses. **Feminist Review**, n. 30, p. 61–88, 1988.

MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and. Revolution in Nicaragua. **Feminist Studies**: v. 11, n. 02, 1985, pp. 227-254.

_____; RAZAVI, Shahra. **Beijing Plus 10: An Ambivalent Record on Gender Justice**. Occasional Paper 15. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2006.

MOSER, Caroline. Gender Planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs. **World Development**. v. 17, n. 11. p. 1799-1825, 1989.

_____. **Gender Planning and Development: theory, practice and training**. Londres: Routledge, 1993.

PARPART, Jane; RAI, Shirin; STAUDT, Kathleen. **Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world**. Londres: Routledge, 2006.

PETERSON, Spike V. "International/Global Political Economy". In: SHEPHERD, LAURA J. **Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations**. Londres: Routledge, 2010.

PETTMAN, Jan Jindy. **Worlding Women: A Feminist International Politics**. Londres: Routledge, 1996.

PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES In **ONU Mulheres**, s/p. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-em poderamento-das-mulheres/>>. Acesso em novembro de 2020.

RAI, Shirin M. **Gender and The Political Economy of Development: from nationalism to globalization**. Cambridge: Polity Press, 2002.

_____; PARPART, Jane; STAUDT, Kathleen. **(Re)defining empowerment, measuring survival**. Carleton University: Ottawa, 2007.

RANKIN, Katherine. Governing Development: Neoliberalism, Microcredit and Rational Economic Woman. **Economy and Society**, v. 30, n. 01, pp. 18–37, 2001.

RATHGEBER, Eva M. WID, WAD, GAD: trends in research and practice. **The Journal of Developing Areas**. Tennessee State University: Vol. 24, No. 4, pp. 489-502, 1990.

RAZAVI, Shahra. The 2030 Agenda: challenges of implementation to attain gender equality and women's rights. **Gender & Development**, v. 24, n. 01, p. 25–41, 2016.

RAZAVI, Shahra; MILLER, Carol. **From WID to GAD: conceptual shifts in the women in development discourse**. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 1995a.

_____. **Gender Mainstreaming**: a study of efforts by the UNDP, the World Bank and the ILO to institutionalize gender issues. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 1995b.

REDDOCK, Rhoda. "Why Gender? Why Development?". In: **Theoretical perspectives on gender and development**. PARPART, Jane; CONNELLY, M. Patricia; BARRITEAU, V. Eudine. Ottawa: International Development Research Centre, 2000.

ROWLANDS, Jo. **Questioning Empowerment**: Working with Women in Honduras. Oxford: Oxfam, 1997.

_____. A Word of the Times, but What Does it Mean? Empowerment in the Discourse and Practice of Development. In: ASFSHAR, Haleh. **Women and Empowerment**: illustrations from the Third World. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1988.

RURAL WOMEN In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/rural-women> >. Acesso em novembro de 2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos ces** [Online], n. 18, 2012. Disponível em: < <http://eces.revues.org/1533> >.

SEN, Amartya. Many faces of gender inequality. **Frontline**, v. 18, n. 22, 2001.

SEN, Gita; GROWN, Caren. **Development, Crises and Alternative Visions**: third world women's perspectives. Nova York: Monthly Review Press, 1987.

_____. Empowerment as an approach to poverty. In: **Background paper to the Human Development Report**. India: Unpublished paper, 1997.

_____. **Neolib, Neocons and Gender Justice**: Lessons from Global Negotiations. Occasional Paper 9. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2005.

_____; MUKHERJEE, Avanti. No Empowerment without Rights, No Rights without Politics: Gender-equality, MDGs and the post-2015 Development Agenda. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 15, n. 2–3, p.188–202, 2014.

_____. Gender Equality and Women's Empowerment: Feminist Mobilization for the SDGs. **Global Policy**, v. 10, n. 01, p.28-38, 2019.

SHAHANI, Leticia. "The UN, Women, and Development: the world conferences on women". In: FRASER, Arvonne S.; TINKER, Irene. **Developing Power**: how women transformed international development. Nova York: Feminist Press, 2004.

SHARMA, Aradhana. **Logics of Empowerment**: development, gender, and governance in neoliberal India. University of Minnesota Press: Minneapolis, 2008.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND CLIMATE CHANGE In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/sustainable-development-and-climate-change> >. Acesso em novembro de 2020.

TEN-YEAR REVIEW AND APPRAISAL OF THE IMPLEMENTATION OF THE BEIJING DECLARATION AND PLATFORM FOR ACTION AND THE OUTCOME OF THE TWENTY-THIRD SPECIAL SESSION OF THE GENERAL ASSEMBLY HELD DURING THE FORTY-NINTH SESSION OF THE CSW (2005) In **UN Women**, s/p. Disponível em < <https://www.un.org/womenwatch/daw/Review/english/49sess.htm> >. Acesso em setembro de 2020

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

TINKER, Irene. "Introduction: ideas into action". In: FRASER, Arvonne S.; TINKER, Irene. **Developing Power: how women transformed international development**. Nova York: Feminist Press, 2004.

TRANSFORMING OUR WORLD: THE 2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT In **United Nations Department of Economic and Social Affairs**, s/p. Disponível em <<https://sdgs.un.org/2030agenda>>. Acesso em setembro de 2020.

TRICKLE-DOWN. **Cambridge Business English Dictionary online**. Disponível em < <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/trickle-down> >. Acesso em dezembro de 2019.

TRUE, Jacqui. "Mainstreaming Gender in International Institutions". In: SHEPHERD, Laura J. **Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations**. Londres: Routledge, 2010.

UN Development Fund for Women (UNIFEM). **UNIFEM Annual Report 2009-2010 (Annual Report)**, 2010. Disponível em < <https://www.refworld.org/docid/4c3c0b5a2.html> >. Acesso em setembro de 2020.

UN GENERAL ASSEMBLY. **Development and International Economic Co-operation: effective mobilization and integration of women in development**. Nova York: United Nations, 1984. Disponível em < <https://undocs.org/en/A/39/566> > Acesso em novembro de 2020.

UN GENERAL ASSEMBLY. **Resolution adopted by the General Assembly (A/RES/S-23/3)**. Nova York: United Nations, 2000b.

UN GENERAL ASSEMBLY. **Resolution adopted by the General Assembly (A/RES/55/2)**: United Nations Millennium Declaration. Nova York: United Nations, 2000a.

UN WOMEN. 2014 World Survey on the role of women in development: Gender equality and sustainable development. Nova York: United Nations, 2014.

UNITED NATIONS. **Report of The World Conference of the United Nations Decade for Women**. Nova York: United Nations, 1980. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhagem.pdf>

UNITED NATIONS. **Review of the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action, the outcomes of the twenty-third special session of the General Assembly and its contribution to shaping a gender perspective towards the full realization of the Millennium Development Goals**. Nova York: United Nations, 2010.

UNITED NATIONS. **Review of the implementation of the Beijing Platform for Action and the outcome documents of the special session of the General Assembly entitled “Women 2000: gender equality, development and peace for the twenty-first century”**. Nova York: United Nations, 2005.

UNITED NATIONS. **Review of the implementation of the Beijing Platform for Action and the outcome documents of the special session of the General Assembly entitled “Women 2000: gender equality, development and peace for the twenty-first century”**. Nova York: United Nations, 2005.

UNITED NATIONS. **The United Nations Development Decade: proposals for action**. Nova York: United Nations, 1962. Disponível em <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/3613> . Acesso em dezembro de 2019.

VIOTTI, Maria Luiza. “Apresentação”. In: **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim: ONU, 1995.

WALKER, Anne S. “The Women's Movement and Its Role in Development”. In: **Theoretical perspectives on gender and development**. PARPART, Jane; CONNELLY, M. Patricia; BARRITEAU, V. Eudine. Ottawa: International Development Research Centre, 2000.

WHAT WE DO In **UN Department of Economic and Social Affairs**. Disponível em <<https://www.un.org/en/desa/what-we-do>> . Acesso em dezembro de 2020.

WOMEN WHO SHAPED THE UNIVERSAL DECLARATION In **United Nations**, s/p. Disponível em <<https://www.un.org/en/observances/human-rights-day/women-who-shaped-the-universal-declaration>> . Acesso em setembro de 2020

WORLD SURVEY ON THE ROLE OF WOMEN IN DEVELOPMENT In **UN Women Digital Library**, s/p. Disponível em <<https://www.unwomen.org/en/digital-library/world-survey-on-the-role-of-women-in-development>> Acesso em novembro de 2019.

YOUNG, Kate. **Gender and development: a relational approach**. Oxford: Oxford University Press, 1988.